

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ANA TERRA MEJIA MUNHOZ

**A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO-SUJEITO:
O CASO DOS SUJEITOS LOCATIVOS**

BRASÍLIA
2011

ANA TERRA MEJIA MUNHOZ

A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO-SUJEITO:
O CASO DOS SUJEITOS LOCATIVOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em linguística. Área de concentração: Teoria e Análise Linguística
Orientadora: Profa. Dra. Rozana Reigota Naves

BRASÍLIA
2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 989426.

M966e Munhoz, Ana Terra Mejia.
A estrutura argumental das construções de tópico-sujeito
: o caso dos sujeitos locativos / Ana Terra Mejia
Munhoz. -- 2011.
131 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas,
Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2011.

Inclui bibliografia.

Orientação: Rozana Reigota Naves.

1. Lingüística. 2. Gramática comparada e geral - Sintagma
nominal. I. Naves, Rozana Reigota. II. Título.

CDU 801

ANA TERRA MEJIA MUNHOZ

A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO-SUJEITO:
O CASO DOS SUJEITOS LOCATIVOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em linguística. Área de concentração: Teoria e Análise Linguística
Orientadora: Profa. Dra. Rozana Reigota Naves

Banca examinadora

Dra. Rozana Reigota Naves (Presidente) – Universidade de Brasília

Dra. Evani Viotti – Universidade de São Paulo

Dra. Heloisa Salles – Universidade de Brasília

Dra. Eloisa Pilati (Suplente) – Universidade de Brasília

DEDICATÓRIA

À minha grande família, especialmente aos meus pais, que toda a vida me incentivaram em minha trajetória pessoal, escolar e acadêmica;

Ao Pedro Gadelha, meu querido e amoroso companheiro nesta vida, que me apoiou em todos os momentos, teve paciência com minhas ausências e me deu muita força para seguir adiante;

Aos caríssimos e amáveis colegas de pós-graduação Beatriz Carneiro, Cristiany Fernandes, Déborah Mendonça, Jaqueline Marinho, Moacir Júnior, Wanderson Bonfim e Zenaide Dias, pelos momentos em que compartilhamos nossas aflições, mas principalmente nossas felicidades pessoais e acadêmicas;

A todos os amigos da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, especialmente às queridas Debora Diniz, Fabiana Paranhos e Sandra Costa, por todo o incentivo para que eu ingressasse e prosseguisse no mestrado;

A todos os meus amigos, em especial a Gabriela Artemis, Luciana Pereira e Sandro Xavier, por todo o apoio e a compreensão que tiveram de minhas ausências durante os meses de redação deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha muito querida orientadora, Dra. Rozana Reigota Naves, pela orientação impecável, pelo incentivo, pela paciência, pelas palavras esclarecedoras e inspiradoras e, sobretudo, por todos os ensinamentos, desde etapas acadêmicas anteriores ao mestrado;

Às professoras convidadas a compor a banca, Dra. Evani Viotti, Dra. Heloisa Salles e Dra. Eloisa Pilati, pela solicitude em contribuir para o aprimoramento deste trabalho e para o meu desenvolvimento como pesquisadora;

Ao querido Marcus Lunguinho, por todo o estímulo e os ensinamentos desde a época em que fui sua aluna e orientanda na graduação, e também pela disposição em contribuir com este trabalho, dispondo-se a discutir a análise proposta e enviando material bibliográfico;

À professora Dra. Heloisa Salles, por todo o apoio durante o mestrado, tanto nas disciplinas de iniciação à sintaxe gerativa quanto em momentos posteriores, por meio da discussão dos dados e do suporte com material bibliográfico;

Às caras colegas Déborah Mendonça e Cristiany Fernandes, por todos os (fundamentais) momentos em que se dispuseram a conversar sobre os dados e as hipóteses desta pesquisa;

Às professoras Dra. Mary Kato e Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva, pelo envio de material bibliográfico inédito de sua autoria;

E ao CNPq, pelo auxílio financeiro ao longo do mestrado.

RESUMO

Esta dissertação dedica-se ao estudo das construções chamadas na literatura de “tópico-sujeito”, assim denominadas por aparentemente envolverem um sintagma tópico que exerce a função de sujeito da oração. Caracterizadas pela ordem linear [DP V DP], em que o primeiro DP é um locativo ou um todo cuja parte é o DP pós-verbal, as construções de tópico-sujeito são um desafio à investigação linguística por surgirem como um fenômeno que distancia o português brasileiro do português europeu e de outras línguas românicas. Por isso, várias análises vêm lidando com o tópico-sujeito no contexto ampliado da sintaxe do português do Brasil em comparação com a sintaxe do português europeu, especialmente no tocante às propriedades e ao preenchimento da posição de sujeito. Este trabalho, orientado pelos pressupostos da Gramática Gerativa, submete essas construções a um olhar diferenciado: o da estrutura argumental dos verbos que as licenciam. Ao fazê-lo, mostra que as construções sob o rótulo de “tópico-sujeito” são um grupo heterogêneo e se diferenciam essencialmente no tocante ao número de argumentos selecionados pelos verbos. Propõe-se que as construções aqui denominadas de tópico-sujeito genitivo, que envolvem interpretação de todo-parte, se formam com inacusativos típicos monoargumentais; já as construções aqui denominadas de tópico-sujeito locativo, que envolvem interpretação de tema em relação a um local, licenciam-se com inacusativos biargumentais. Esta dissertação corrobora, nesse sentido, os achados de estudos anteriores que vêm apontando para a heterogeneidade da classe dos inacusativos, bem como a descrição, feita por pesquisas voltadas especificamente à análise da estrutura das construções de tópico-sujeito, de que esse fenômeno envolve uma posição não temática de sujeito, disponibilizada por verbos inacusativos.

Palavras-chave: construções de tópico-sujeito; inacusatividade; estrutura argumental; sujeitos locativos.

ABSTRACT

This dissertation is dedicated to the study of the so-called ‘topic-subject’ constructions, named as such for apparently involving a topic phrase which plays the subject role of the clause. Characterized by the linear order [DP V DP], in which the first DP expresses either a location or the whole in a whole-part relation, topic-subject constructions pose a challenge to linguistic research for occurring as a phenomenon that separates the Brazilian Portuguese from the European Portuguese and other Romance. Because of that, several studies have been dealing with topic-subject constructions in the broader context of the Brazilian Portuguese syntax, in comparison with the European Portuguese syntax, especially with regards to the preference for overt elements in the subject position and to the properties of this position in Brazilian Portuguese. This work, as guided by the principles of Generative Grammar, analyzes these constructions from a different perspective, with a focus on the argument structure of the verbs that license them. In doing so, it demonstrates that the constructions labeled ‘topic-subject’ are a heterogeneous group, diverging mainly according to the number of arguments selected by the verbs. It is proposed that the constructions hence named genitive topic-subject constructions, which involve a whole-part interpretation, are formed with typical monadic unaccusatives; the ones called locative topic-subject constructions, which involve a theme-location interpretation, are formed with dyadic unaccusatives. This dissertation corroborates, in this sense, the findings of previous studies that point out the heterogeneity of the unaccusative verb class. It also confirms the description made by studies devoted specifically to the analysis of the structure underlying topic-subject constructions that this phenomenon involves a non-thematic subject position, as left available by unaccusative verbs.

Key-words: topic-subject constructions; unaccusativity; argument structure; locative subjects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	14
1.1 A Faculdade da Linguagem e o inatismo	15
1.2 O Programa Minimalista	16
<i>1.2.1 Merge e as relações sintagmáticas</i>	18
<i>1.2.2 Agree, Move e o sistema de Caso e concordância</i>	19
<i>1.2.3 Princípio de Projeção Estendido e parâmetro pro-drop</i>	20
1.3 Síntese do capítulo	23
2 ENTRE TÓPICOS E SUJEITOS, O TÓPICO-SUJEITO	24
2.1 Análises da sintaxe do português brasileiro e tópico-sujeito	25
<i>2.1.1 Reanálise do tópico como sujeito: Pontes (1986, 1987)</i>	26
<i>2.1.2 Posições de sujeito em português: Costa e Galves (2001)</i>	28
<i>2.1.3 Personalização da posição de sujeito: Kato e Duarte (2008)</i>	32
2.2 Um sujeito não canônico	35
<i>2.2.1 O comportamento sintático do tópico-sujeito</i>	37
<i>2.2.2 Características semânticas do tópico-sujeito</i>	44
2.3 Síntese do capítulo	48
3 UM FENÔMENO HETEROGÊNEO: OS TÓPICOS-SUJEITOS GENITIVO E LOCATIVO	50
3.1 Análises das construções de tópico-sujeito	50
<i>3.1.1 Projeção de uma categoria Pessoa: Galves (1998, 2001)</i>	50
<i>3.1.2 Deslocamento de um subconstituente do argumento interno: Lobato (2006)</i> ..	55
<i>3.1.3 Partição de constituintes: Lunguinho (2006)</i>	57
3.2 Distinções entre as construções de tópico-sujeito	61
<i>3.2.1 O tópico-sujeito genitivo</i>	62
<i>3.2.2 O tópico-sujeito locativo</i>	70
3.3 Os tópicos-sujeitos e a estrutura argumental	75
3.4 Síntese do capítulo	86

4 A HIPÓTESE DA INACUSATIVIDADE BIARGUMENTAL E O TÓPICO-SUJEITO LOCATIVO	88
4.1 O comportamento diversificado dos inacusativos em português	90
4.2 Três propostas de inacusativos biargumentais	95
4.2.1 <i>Inacusativos psicológicos: Belletti e Rizzi (1988)</i>	96
4.2.2 <i>Inacusativos não alternantes: Levin e Rappaport Hovav (1995)</i>	102
4.2.3 <i>Inacusativos que denotam local-alvo: Tortora (1996, 1997)</i>	106
4.3 A derivação das construções com inacusativos biargumentais	114
4.3.1 <i>Sentenças com locativo preposicionado</i>	117
4.3.2 <i>Sentenças sem preposição: o tópico-sujeito locativo</i>	120
4.4 Síntese do capítulo	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda construções do português brasileiro em que um sintagma de interpretação locativa aparece na posição de sujeito da oração, precedendo o verbo e um sintagma tema. Um exemplo dessa construção é (1):¹

(1) Essa casa bate bastante sol. (Pontes, 1987, p. 34)

Uma sentença como (1) pode ser entendida como versão alternante de (2), que contém a preposição locativa *em*:

(2) Bate bastante sol nessa casa.

Sentenças do tipo (1) têm sido atestadas no português brasileiro desde a década de 1980, com os estudos de Pontes (1986, 1987), e chamadas de “tópico-sujeito”, pois parecem envolver uma sobreposição entre tópico e sujeito: “Como o tópico está na posição do sujeito, que é a primeira da oração, e o ‘sujeito’ está na posição do objeto (depois do verbo), confunde-se essa frase com as de estrutura SVO, e a concordância passa a se fazer com o tópico-sujeito” (Pontes, 1987, p. 37). Outros dados de tópico-sujeito são como (3), em que os sintagmas pré e pós-verbal têm uma relação semântica de todo-parte. Essa mesma relação se faz presente por meio da preposição genitiva *de* na versão alternante (4):

(3) O meu carro furou o pneu. (Pontes, 1987, p. 35)

(4) Furou o pneu do meu carro.

Os dados de tópico-sujeito correspondem a construções inovadoras do português brasileiro, segundo relatam estudos variacionistas (Vasco, 2006). A inovação se dá principalmente sob um ponto de vista comparativo: no português europeu, estruturas como (1) e (3) não são gramaticais, apenas aquelas em (2) e (4), preposicionadas (Galves, 1998, 2001;

¹ Nesta dissertação, os dados que não estiverem seguidos de citação são da autora, recuperados principalmente de Munhoz (2007). Dados retirados da literatura serão seguidos de citação – imediatamente ao lado da sentença, como em (1), ou imediatamente ao lado ou abaixo da última sentença, caso esteja sendo citado mais de um dado. Aos dados em línguas estrangeiras foram acrescentadas glosas em português. Similarmente, as citações de textos em outras línguas são feitas em português, em traduções nossas.

Costa, 2010). O objeto desta pesquisa envolve, portanto, um fenômeno que diferencia essas duas línguas, o que pode sugerir a existência de distinções estruturais entre ambas.

Para a análise gramatical, as construções de tópico-sujeito constituem um problema sob ao menos duas perspectivas: i) da posição de sujeito no português do Brasil, uma vez que o sintagma inicial dessas sentenças é o sujeito da oração;² e ii) da estrutura argumental, foco deste trabalho, pois esse sujeito surge de diferentes posições, a depender das propriedades dos verbos que o licenciam.³

Esta dissertação adota o seguinte percurso argumentativo: no primeiro capítulo, é apresentado o referencial teórico que embasou a pesquisa. Este estudo alinha-se à abordagem gerativista de investigação da linguagem, cujos pressupostos e operações são brevemente explicados nesse capítulo inicial. O primeiro capítulo também menciona, ao explicar a operação *Merge*, as relações sintagmáticas estabelecidas entre núcleos, argumentos e adjuntos; e, ao introduzir as operações de checagem de traços *Agree* e *Move*, bem como o traço EPP, o parâmetro pro-drop, que é importante nas análises apresentadas nesta dissertação quanto ao preenchimento da posição de sujeito no português do Brasil.

O segundo capítulo oferece uma revisão de alguns estudos que, dedicados à caracterização do português brasileiro quanto a ser língua voltada para o tópico e/ou para o sujeito, de um lado, e língua pro-drop ou não pro-drop, de outro, abordam o tópico-sujeito. Esse percurso bibliográfico é aproveitado para apresentar algumas das características já identificadas na literatura a respeito dessa construção. Ao final do capítulo, levantamos argumentos em favor da hipótese de o tópico-sujeito ser um sujeito (de caráter não canônico) da oração.

No terceiro capítulo, são apresentadas propostas que se detêm mais especificamente na análise das construções de tópico-sujeito. Novamente, utiliza-se o percurso bibliográfico para mostrar outras características dessas construções, muitas das quais são acolhidas por este trabalho. Além disso, o terceiro capítulo aprofunda a descrição desse objeto e oferece uma argumentação empírica para defender que, embora superficialmente semelhantes, os dados de tópico-sujeito locativos e genitivos – respectivamente, (1) e (3) – constituem um fenômeno

² Nesse sentido, a manutenção do termo “tópico-sujeito” neste estudo tem como razão facilitar a identificação do fenômeno em análise, seguindo a tradição na literatura. Pode haver também motivações diacrônicas para tanto, uma vez que alguns autores defendem que esse fenômeno envolveria um processo de gramaticalização do tópico como sujeito gramatical (Berlinck; Duarte; Oliveira, 2009; Castilho, 2010).

³ Outra perspectiva, que não será adotada nesta dissertação, é a das alternâncias verbais, pois as construções de tópico-sujeito locativo, como (1), envolvem leitura de aparente sinonímia às construções preposicionadas, isto é, com uma projeção distinta dos argumentos tema e locativo, como (2).

heterogêneo. A perspectiva de análise desta pesquisa pode, então, ser estabelecida: a estrutura argumental das construções de tópico-sujeito.

Os contrastes empíricos evidenciados no terceiro capítulo levam a uma das principais constatações deste estudo: a de que o tópico-sujeito locativo se licencia com verbos inacusativos biargumentais, diferentemente do tópico-sujeito genitivo, que se forma com verbos inacusativos típicos, como tem mostrado a literatura. Além do argumento tema, os inacusativos biargumentais selecionam um argumento locativo. Assim, o quarto capítulo aborda a heterogeneidade da classe dos inacusativos e desenvolve a hipótese da inacusatividade biargumental, partindo de trabalhos de outros autores que apontam nessa mesma direção. Ao final desse capítulo, é oferecida uma proposta de derivação das construções de tópico-sujeito locativo.

As considerações finais sintetizam este estudo e apresentam suas conclusões. Além disso, apontam possíveis caminhos de investigação futura, com base nas relações do tópico-sujeito com outros fenômenos identificados no português brasileiro. A preocupação geral deste trabalho é contribuir para a descrição da gramática do português do Brasil, bem como, em última instância, para o conhecimento das propriedades gerais da linguagem humana, isto é, da Gramática Universal.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Toda pesquisa se origina de uma inquietação com os fatos da realidade. No campo da teoria gerativa, essa inquietação reside especificamente na relação entre a linguagem e a mente humana, o que se ilustra com várias imagens: da pessoa que, perplexa, ouve um estrangeiro falando uma língua que lhe é desconhecida (Roberts, 1996); que vê uma criança adquirir com proficiência sua língua materna, a despeito da qualidade dos dados a que é exposta (Hornstein; Nunes; Grohmann, 2005); que percebe que os seres humanos utilizam a linguagem como sistema sofisticado de comunicação, dotado de recursividade (Hauser; Chomsky; Fitch, 2002; Mioto; Figueiredo Silva; Lopes, 2007); e que, talvez numa situação mais desviante, depara-se com casos de indivíduos cujas experiências quer de isolamento social, quer de dano cerebral afetaram suas capacidades linguísticas.

Fascinam os linguistas duas propriedades consideradas exclusivas à espécie humana: a criatividade, atributo pelo qual os seres humanos podem proferir e compreender sentenças imprevisíveis, isto é, produzidas independentemente de estímulo, embora condicionadas por limites de gramaticalidade impostos pelo sistema linguístico; e a recursividade, que, reconhecida primeiramente por Galileu como propriedade essencial da linguagem humana, consiste na capacidade de produzir, com recursos sintáticos finitos, quantidade infinita de sentenças (Chomsky, 1997; Chomsky; Belletti; Rizzi, 2002; Hauser; Chomsky; Fitch, 2002). Como na combinação de números naturais, a linguagem faz uso da propriedade da infinitude discreta – com meios limitados, permite a expressão ilimitada (Chomsky, 1997).

Para um pesquisador gerativista, a linguagem faz parte da composição biológica humana. A pergunta de fundo da teoria gerativa talvez seja dupla: o que um falante-ouvinte ideal sabe sobre sua língua, e como ele atinge esse conhecimento? Em última instância, o desafio do pesquisador é não apenas o de descrever sistemas linguísticos particulares – o que corresponde à chamada adequação descritiva –, mas também o de explicar os princípios subjacentes às línguas, que permitem sua aquisição – a adequação explicativa (Chomsky, 1997). Ao conhecimento internalizado pelo falante sobre sua língua, dá-se o nome de competência. Descrever a competência linguística do indivíduo é um objetivo geral da pesquisa gerativa, o que se faz por um caminho invertido: não se acessa, por restrições éticas e tecnológicas, a mente das pessoas de forma direta; pelo contrário, parte-se dos dados por

elas proferidos – no que se chama de desempenho – para, assim, atingir seu conhecimento linguístico, entendido como um conjunto abstrato de regras.

1.1 A Faculdade da Linguagem e o inatismo

Todo indivíduo nasce com uma Faculdade da Linguagem, espécie de “órgão linguístico” que lhe permite adquirir a língua a que será exposto nos primeiros anos de vida (Chomsky, 1997). A Faculdade da Linguagem corresponde a um estado inicial considerado comum à espécie humana – daí ser possível uma criança adquirir qualquer língua materna com que tiver contato na comunidade onde nasce e vive a primeira fase de sua infância. Esse estado inicial compreende tanto princípios, condições gramaticais gerais, como parâmetros, valores distintos entre as línguas e cuja fixação se dá a partir da exposição da criança aos dados. Ao longo do processo de aquisição, a Faculdade da Linguagem sofre mudanças de estado em razão da interação da criança com o meio ambiente e da consequente fixação de parâmetros. A agenda de pesquisa gerativista envolve, nesse sentido, duas tarefas: descrever as línguas (isto é, as gramáticas particulares); e descrever, também, os princípios e parâmetros que estariam contidos no estado inicial da Faculdade da Linguagem (a Gramática Universal).

A existência de um conhecimento linguístico inato é proposta observando-se o processo de aquisição. A velocidade com que uma criança aprende sua língua materna é espantosa. Já nos primeiros anos da infância, uma pessoa domina o sistema fonológico de sua língua, a morfologia, parte considerável do léxico e, especialmente, a estrutura sintática. Isso se dá sem que se explicita à criança que sentenças seriam gramaticais ou agramaticais. Mais ainda, a criança é capaz de enunciar corretamente construções nunca antes ouvidas. Mesmo quando produz algum tipo de “erro”, a própria incorreção costuma ser uma evidência da internalização de outras regras da língua – exemplo clássico é a conjugação dos verbos ditos irregulares como regulares. Ainda em relação aos erros, eles raramente são corrigidos pelos adultos, o que não impede que todas as crianças adquiram a língua com perfeição. Seja em ambientes com grande estímulo (pais atenciosos, abundância de meios materiais), seja em contextos aparentemente inibidores do desenvolvimento cognitivo (abuso ou rejeição por parte dos adultos, extrema carência de recursos materiais), toda pessoa é bem-sucedida no domínio da estrutura de sua língua nativa.

O grande argumento em favor da hipótese de uma faculdade inata da linguagem é o da pobreza de estímulo. Conhecido como o problema de Platão, ele concentra-se no desafio imposto às crianças de adquirir, em curto período, a gramática de sua língua, a despeito da natureza empobrecida dos dados linguísticos primários. A complexidade da competência linguística de um falante extrapola as informações fornecidas nos dados a que ele é exposto, pois tais informações são deficientes. Há erros de desempenho, reformulações no momento da fala, frases fragmentadas. Não se recebe instrução explícita quanto a que construções seriam mal formadas na língua, nem tampouco se faz uma apresentação sistemática de que construções seriam bem formadas. Além disso, os dados disponíveis para a criança são necessariamente incompletos, uma vez que seria impossível mostrar a ela todas as sentenças gramaticais de uma língua. Tudo isso permite deduzir que, para que um pequeno ser humano consiga cumprir tão complexa tarefa, adquirir sua língua materna, em tão pouco tempo, há de existir algum conhecimento que lhe é inato e especificamente linguístico.

A mais recente resposta gerativista ao problema de Platão reside num modelo da Faculdade da Linguagem em termos de princípios gerais e parâmetros variáveis, que dariam conta de dois aspectos. O primeiro aspecto é a rapidez da aquisição, viabilizada pelo fato de o indivíduo já nascer provido de um conjunto de princípios (da Gramática Universal) e exercer a tarefa de fixar, no curso da experiência, os valores paramétricos de sua língua nativa. O segundo aspecto é a diversidade superficial entre as línguas, que seria explicada pelas distintas combinações paramétricas marcadas translinguisticamente. Assim, um modelo de princípios e parâmetros é, de um lado, rígido o bastante para dar conta da aquisição de gramáticas particulares e, de outro, flexível o bastante para abrigar a diversidade entre as línguas.

1.2 O Programa Minimalista

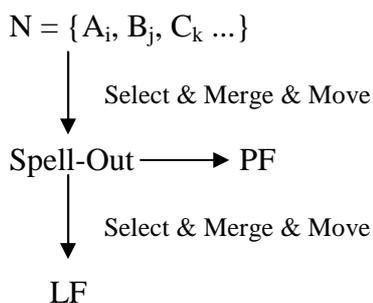
No âmbito da abordagem de princípios e parâmetros, Chomsky (1995) desenvolveu o Programa Minimalista, que visa explorar a questão de o quanto a linguagem é um sistema perfeito. Em termos minimalistas, expressões linguísticas são realizações ótimas de condições de interface, sendo a otimalidade estabelecida por restrições de economia especificadas pela Gramática Universal. A Faculdade da Linguagem, por sua vez, compreende um léxico e um sistema computacional. Do léxico são retirados os itens que o sistema computacional organiza

em pares (x, y), sendo cada membro desses pares um objeto interpretado como instrução para os sistemas de performance – o sistema articulatório-perceptual e o sistema concepto-intencional. Esses dois sistemas fazem interface, respectivamente, com os níveis linguísticos Forma Fonológica (PF, do inglês *Phonological Form*) e Forma Lógica (LF, do inglês *Logical Form*). Se um par (x, y) contém objetos legítimos interpretáveis em PF e em LF, pode-se dizer que esse par obedece ao Princípio da Interpretação Plena. Satisfeito esse princípio, a derivação de uma expressão linguística é considerada convergente.

A construção de uma sentença envolve uma série de operações a fim de formar um par (x, y) legível em PF e LF. Primeiramente, é selecionada do léxico uma Numeração, isto é, um conjunto de itens que serão estruturados para formar a sentença, cada qual com um índice registrando a quantidade de suas ocorrências. Esses itens são concatenados dois a dois recursivamente, formando objetos sintáticos e combinando objetos sintáticos já formados, até acabarem os itens da Numeração. Essas duas operações iniciais são designadas *Select* e *Merge*. Uma terceira operação é *Agree*, que estabelece uma combinação de traços formais dos itens selecionados. A *Agree* frequentemente se associa *Move*, que leva sintagmas para outra posição em processos de checagem de traços.

Uma quinta operação, *Spell-Out*, aplica-se em um ponto arbitrário da derivação e constitui o par (x, y) ao dividir a computação em duas partes: uma parte que contém as informações relevantes para a interpretação fonológica e leva a PF, chamada de componente fonológico; e uma parte que contém as informações relevantes para a interpretação semântica e leva a LF, chamada de componente semântico. A computação até o momento de *Spell-Out* é denominada de sintaxe aberta. O movimento aberto de categorias ocorre antes de *Spell-Out*, obtendo efeitos em ambas LF e PF; o movimento coberto ocorre depois de *Spell-Out* e tem efeitos apenas em LF. Esse modelo de construção da gramática é ilustrado em (1):

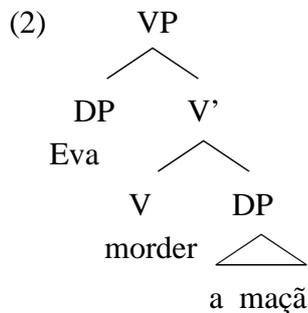
(1) Um modelo minimalista em T da gramática



(Hornstein; Nunes; Grohmann, 2005, p. 73)

1.2.1 Merge e as relações sintagmáticas

Por sua propriedade de unir elementos dois a dois e assim construir as estruturas sintagmáticas, *Merge* é a operação que expressa a recursividade. Mas, além de combinar elementos, *Merge* rotula o objeto sintático formado, o que permite identificar as propriedades desse objeto e, ainda, exprimir as assimetrias hierárquicas entre os itens lexicais, como as relações de complementação (núcleo e complemento), especificação (especificador e núcleo) ou modificação (adjunção) (Chomsky, 1995). Os núcleos selecionam seus complementos e especificadores, aos quais se unem via *Merge*. Por exemplo, em (2)

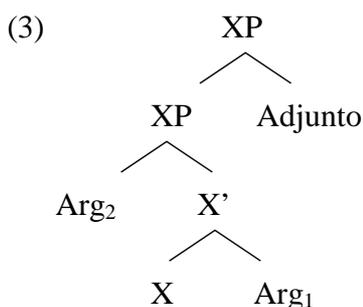


o verbo *morder* é um núcleo que seleciona como complemento direto um argumento interno de natureza nominal, *a maçã* (que é um constituinte também formado por *Merge* do determinante *a* ao nome *maçã*). Ao unir núcleo e complemento, *Merge* rotula o objeto formado como uma projeção intermediária do núcleo, segundo o esquema X-barras. Feito isso, é concatenado na posição de especificador do núcleo outro elemento nominal, o argumento *Eva*. Resultado da atuação recursiva de *Merge*, a união desses objetos forma um objeto maior, que é VP, uma projeção máxima do núcleo verbal.¹ Uma vez que núcleos têm projeções máximas, o número de argumentos por eles selecionados se limita a três (Kato; Miotto, 2009).

Além de projetar os núcleos e seus argumentos, *Merge* opera adjungindo elementos à estrutura sintática. Diferentemente dos argumentos, que são dominados pela projeção máxima de um sintagma, uma vez que expandem a projeção do núcleo que os seleciona, os adjuntos se concatenam nas bordas de uma projeção máxima, pois não são selecionados por um núcleo. Também por não serem selecionados, eles podem ser acrescentados em maior número na estrutura, não havendo restrições, em princípio, a sua quantidade. Os adjuntos expandem uma

¹ No exemplo, mantivemos o sujeito *Eva* interno ao VP para fins de simplicidade, visando expor a relação de especificação possibilitada por *Merge*.

categoria – isto é, acrescentam camadas hierárquicas à estrutura –, mas não modificam o estatuto categorial nem a projeção do elemento a que se unem. Como mostra (3), se um elemento é adjungido a XP, a projeção resultante permanece um XP; porém, se um argumento é combinado a um núcleo, o resultado é a projeção intermediária desse núcleo ou, ainda, a projeção máxima desse núcleo:



Portanto, a depender da forma como *Merge* opera – se projetando núcleos ou adjungindo elementos –, os sintagmas terão estatutos distintos na estrutura. É a partir da configuração estrutural em que os elementos são concatenados que se estabelecem as assimetrias hierárquicas e que se distinguem as relações entre os itens lexicais, tais como especificação e complementação, estabelecidas por argumentos de um núcleo, e adjunção, estabelecida por elementos não selecionados por um núcleo.

1.2.2 Agree, Move e o sistema de Caso e concordância

A legitimação dos objetos sintáticos formados está associada ao sistema de Caso e concordância, que envolve as operações *Agree* e *Move* na checagem de traços dos itens lexicais.² Segundo Chomsky (1995), os itens lexicais entram na derivação portando especificações de traços, que são usados pelo sistema computacional para licenciar as expressões linguísticas. Existem traços interpretáveis e não interpretáveis em LF, devendo estes últimos ser checados para que a derivação convirja. Exemplos de traços não interpretáveis são os traços de concordância, que expressam informações como gênero, número e pessoa,

² Caso expressa a noção de que todo DP é sintaticamente marcado – quer morfológica, quer abstratamente. Essa marcação sintática indica a função que o DP terá na estrutura: “Caso é um sistema de marcação de nomes dependentes para o tipo de relação que eles têm com seus núcleos” (Blake, 1994, p. 1).

das categorias funcionais, o traço de Caso dos sintagmas determinantes (DPs) e o traço EPP (Princípio de Projeção Estendido), que determina a projeção de um especificador em certas categorias funcionais. Os traços de concordância dos DPs são interpretáveis.

A checagem de traços de concordância (traços- ϕ) e a valoração de traços de Caso ocorrem por meio da operação *Agree*, que estabelece uma relação entre um elemento Sonda e um elemento Alvo. A Sonda é uma categoria funcional que tem traços- ϕ não interpretáveis; ela busca um Alvo ativo, isto é, um DP que tenha um traço de Caso ainda não valorado e que seja o elemento mais próximo c-comandado pela Sonda.³ Uma vez encontrado o Alvo, aplica-se *Agree*, o que tem como consequência a checagem dos traços- ϕ da categoria Sonda com os traços- ϕ do DP e, ainda, a valoração do Caso do DP pela Sonda.

Já se a Sonda tem um traço EPP, *Move* entra em jogo. Aplicando-se *Move*, o elemento Alvo segue até o especificador da Sonda a fim de checar o traço EPP, que pode alternativamente ser satisfeito por meio de *Merge* de um pronome expletivo. Essas duas formas de checagem do traço EPP são ilustradas abaixo com dados do inglês:

- (4) a. A man arrived.
b. There arrived a man.

Em (4), Tempo (T) é uma Sonda cujo traço EPP pode ser checado de duas maneiras. Em (4a), há movimento do DP *a man* para o especificador de TP. Em (4b), que conta com o pronome expletivo *there* na Numeração, há *Merge* desse pronome no especificador de TP. *Merge* é preferível a *Move* por ser uma operação mais econômica, uma vez que o próprio *Move* pressupõe *Merge*.

1.2.3 Princípio de Projeção Estendido e parâmetro pro-drop

A exigência estrutural imposta pelo traço EPP é a de o núcleo projetar um especificador, ou, em relação a T, de toda sentença ter um sujeito. No caso do inglês, exemplificado em (4), o especificador de TP pode ser ocupado por um argumento do verbo ou por um expletivo. Mas, diferentemente de línguas como o inglês e o francês, o português não

³ C-comando é uma relação estrutural: um elemento α c-comanda um elemento β se e somente se α não domina β e toda categoria que domina α domina β (Roberts, 1996).

possui em seu léxico pronomes expletivos foneticamente realizados, dispondo de um pronome expletivo nulo, *pro*. Esse pronome pode ocupar a posição de especificador de TP analogamente aos expletivos pronunciados:

- (5) a. It rains.
 b. Il pleut.
 c. *pro* Chove.

Essa distinção é referida como parâmetro pro-drop ou parâmetro do sujeito nulo, segundo o qual as línguas se dividem entre as que, como o português, exibem sujeitos fonologicamente nulos e as que não os aceitam (Chomsky, 1993). Nas línguas não pro-drop, a posição de sujeito deve ser preenchida quer por um DP pleno, quer por um expletivo. Nas línguas pro-drop, essa posição pode abrigar uma categoria vazia. O parâmetro pro-drop está originalmente relacionado a traços de concordância, daí ser feita uma associação entre as marcas flexionais dos verbos e a presença de sujeitos nulos.

Estudos sobre o português do Brasil, porém, têm apontado para uma mudança paramétrica quanto à possibilidade, reduzida nessa língua, de exibir sujeitos nulos (Duarte, 1993, 1995). Esse processo estaria associado a alterações no paradigma pronominal do português brasileiro a partir da substituição da segunda pessoa do plural *vós* por *vocês* e da inserção tanto da forma de segunda pessoa do singular *você*, concorrendo com *tu*, como da forma de primeira pessoa do plural *a gente*, concorrendo com *nós*. Uma vez que as formas incorporadas desencadeiam morfologia verbal de terceira pessoa, a alteração no quadro pronominal geraria também uma redução no paradigma de flexões verbais, como ilustra o quadro a seguir:

Eu fal-o	Eu fal-o	Eu fal-o
Tu fala-s	Você fala-Ø	Tu/Você fala-Ø
Ele fala-Ø	Ele fala-Ø	Ele fala-Ø
Nós fala-mos	Nós fala-mos	Nós/a gente fala-Ø
Vós fala-is	Vocês fala-m	Vocês fala-Ø
Eles fala-m	Eles fala-m	Eles fala-Ø

Quadro 1 Redução no paradigma de flexões verbais no português brasileiro

Fonte: adaptado de Duarte (1993, p. 107)

Dado o esvaziamento das distinções flexionais verbais entre segunda e terceira pessoas, restando apenas a oposição morfológica entre pessoa, a primeira, e não pessoa, a

terceira, a consequência seria, de um lado, o enfraquecimento da concordância, uma vez que a morfologia flexional perderia a capacidade de identificar as pessoas do discurso (Galves, 1993); e, de outro, a crescente necessidade de preenchimento da posição de sujeito no português do Brasil.⁴ Contudo, diferentemente do que ocorreu no francês antigo, por exemplo, em que surgiu o expletivo *il*, o preenchimento do sujeito no português brasileiro se dá não pelo desenvolvimento de um expletivo lexical, mas por meio de elementos referenciais (Kato; Duarte, 2008) – tais como o argumento interno de verbos inacusativos, o locativo em sentenças existenciais ou de fenômeno da natureza, o sujeito de orações com *parecer*, o complemento de verbos transitivos em sentenças ergativas, e mesmo o elemento possuidor em uma relação genitiva, ilustrados respectivamente em:⁵

- (6) O pneu do carro furou.
- (7) Londres tem prédios lindos.
- (8) Essas florestas chovem muito.
- (9) Quando eu brigo, eu pareço que eu vou explodir de raiva.
- (10) Com a reforma, meu jardim destruiu inteirinho.
- (11) Minhas pernas racharam a pele. (Kato; Duarte, 2008, p. 4-6)

Uma das ideias desenvolvidas neste trabalho é a de que as construções de tópico-sujeito se relacionam com a necessidade de preenchimento da posição de sujeito em razão da presença de um traço EPP que precisa ser checado. Como ilustram os dados de (6) a (11), essa necessidade estrutural parece alcançar também outros fenômenos da sintaxe do português brasileiro, o que localiza este estudo dentro de um quadro maior de investigações sobre essa língua.

⁴ O argumento da correlação entre o decréscimo na ocorrência de sujeitos nulos e o empobrecimento do paradigma flexional dos verbos não é consensual. Há línguas, como o chinês, que, a despeito de não apresentarem sistema flexional rico, exibem sujeitos nulos. Em relação ao português do Brasil, Negrão (1999, 2001) defende que, embora a flexão tenha perdido a capacidade de identificar referencialmente categorias vazias na posição de sujeito, essas categorias podem ser mantidas em razão de sua interpretação ocorrer via ligação com um sintagma em posição de tópico. As propriedades de língua voltada para o discurso – e não para a sentença, seguindo a proposta tipológica de Huang (1984 *apud* Negrão, 1999) –, como a marcação na sintaxe aberta do conteúdo informacional dos constituintes e a possibilidade de o sujeito encontrar-se no sintagma complementador (CP), esvaziam o papel que as flexões verbais desempenhariam.

⁵ Esses dados fazem parte da análise de Kato e Duarte (2008), que será abordada no próximo capítulo, em 2.1.3.

1.3 Síntese do capítulo

Este capítulo situou o quadro teórico em que se fundamenta esta dissertação. Primeiramente, foram apresentados os pressupostos da abordagem gerativa, particularmente a visão inatista do conhecimento linguístico e a postulação da Faculdade da Linguagem. Em seguida, foram expostas linhas gerais do Programa Minimalista, especialmente as operações que permitem formar expressões linguísticas. Procurou-se associar a apresentação de aspectos do Programa Minimalista a temas que serão relevantes nesta dissertação: *Merge* e as relações sintagmáticas, particularmente as distinções estruturais entre complementação, especificação e adjunção; *Agree* e *Move* e o licenciamento das sentenças; e o traço EPP e o parâmetro *pro-drop*, em especial a forma como o português brasileiro se comporta em relação a esse parâmetro e à exigência de satisfação do EPP. O próximo capítulo apresenta o objeto de estudo desta dissertação, à luz de propostas que o têm abordado em relação a sujeitos e tópicos no português brasileiro.

2 ENTRE TÓPICOS E SUJEITOS, O TÓPICO-SUJEITO

As construções de tópico-sujeito vêm sendo mencionadas na literatura como um dos fatores sintáticos que caracterizam o português do Brasil como língua de proeminência de tópico e de sujeito (Pontes, 1987; Kato; Duarte, 2008) ou com orientação para o tópico (Costa; Galves, 2001). O argumento básico é que o verbo poderia concordar com um sintagma tópico, que se comportaria, portanto, como sujeito.

O debate sobre a caracterização tipológica do português brasileiro tem como marco os trabalhos de Pontes (1986, 1987). Estudando as manifestações do tópico nessa língua de uma perspectiva funcionalista, a autora identifica construções como a de tópico-sujeito, cuja estrutura, segundo ela, seria mais bem analisada como de tópico-comentário. Para Pontes (1987), o português brasileiro seria não uma língua com proeminência de sujeito, como se defendia até então, mas no mínimo uma língua em que tanto tópico quanto sujeito são proeminentes. Ela propõe tal classificação porque o português do Brasil apresenta, além do tópico-sujeito, as seguintes características, identificadas por Li e Thompson (1976) em línguas de tópico:¹ a marginalidade das passivas; a ausência de sujeitos expletivos fonologicamente realizados, como *it* e *il*, do inglês e do francês; a presença de construções de “duplo sujeito”, como *Essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira* (Pontes, 1987, p. 13); a escassez de restrições a que elemento da sentença pode ser tópico; e o estatuto das sentenças de tópico-comentário como básicas.

Uma ótica também tipológica na descrição do português do Brasil, agora no âmbito da teoria gerativa, é trazida por Negrão (1999, 2001), ao apontar que essa seria uma língua voltada para o discurso, e não para a sentença. A autora adota a proposta de Huang (1984), segundo a qual, nas línguas voltadas para o discurso, o elemento proeminente é o tópico, as sentenças de tópico-comentário são numerosas e a estrutura sujeito-predicado não é básica. Já nas línguas voltadas para a sentença, o elemento proeminente é o sujeito. Os argumentos para essa caracterização do português brasileiro são o desafio à ideia de que ele está se tornando língua não pro-drop; a defesa de o sujeito, nessa língua, ocupar abertamente uma posição de especificador de uma projeção dentro do sintagma complementador (CP); a proposta de que a

¹ Li e Thompson (1976) defendem que, no quadro tipológico das línguas, existiriam aquelas i) de proeminência de sujeito, em que a relação de predicação básica seria a de sujeito e predicado; ii) de proeminência de tópico, em que essa predicação seria a de tópico e comentário; iii) de proeminência de tópico e de sujeito, em que ambas as predicações existem e se diferenciam; e iv) de proeminência nem de sujeito, nem de tópico, em que o sujeito e o tópico coincidem de tal forma que não se distinguem.

ordem verbo-sujeito tem um argumento em posição de objeto para exercer, na sintaxe aberta, a função informacional de foco apresentativo; e a difusão de construções de “duplo sujeito”.

As construções de tópico-sujeito abrem espaço para a discussão sobre o enquadramento tipológico do português brasileiro porque se mostram um fenômeno singular dessa língua: não são aceitas no português europeu moderno (Vasco, 2006; Costa, 2010), não ocorrem em outras línguas românicas, nem tampouco existiam no português clássico (Galves, 2001). Essas construções parecem típicas do português brasileiro.² A relação do tópico-sujeito com as especificidades da sintaxe do português do Brasil é identificada fortemente na literatura, em que algumas das análises desse fenômeno voltam-se, de um lado, para a caracterização tipológica do português brasileiro e, de outro, para a especificação das posições de sujeito (e suas estratégias de preenchimento) nessa língua, em contraste com o português europeu e outras línguas românicas. Assim, apesar de não buscarmos propriamente discutir a categorização tipológica do português brasileiro nem seu estatuto quanto ao parâmetro pro-drop, este capítulo tangencia esse debate ao apresentar alguns trabalhos que abordam nesse âmbito as construções de tópico-sujeito. A recuperação das ideias de outros autores dá ensejo a uma argumentação empírica, na segunda parte do capítulo, em favor da descrição do tópico-sujeito como o sujeito, ainda que não canônico, da oração – embora não seja nosso objetivo, tampouco, especificar a posição de sujeito envolvida nessas construções.

2.1 Análises da sintaxe do português brasileiro e tópico-sujeito

As construções de tópico-sujeito costumam servir de argumento empírico para descrever o português do Brasil como língua distinta do português europeu em termos: i) da configuração discursiva, pois o português brasileiro estaria voltando-se para o tópico ou para o discurso; ii) das posições sintáticas que podem abrigar sujeitos, que seriam distintas das posições ativadas em outras línguas; e iii) das estratégias de preenchimento da posição do

² Em estudo sociolinguístico sobre o tópico na fala popular, Vasco (2006) observa que há ocorrência de construções de tópico-sujeito apenas no português brasileiro, em uma proporção de 13%. O fenômeno do tópico-sujeito também é encontrado no chamado português afro-brasileiro, em comunidades isoladas no interior da Bahia (Araújo, 2009). Araújo (2009, p. 248) sugere que construções como as de tópico-sujeito estariam presentes no português do Brasil pelo menos desde o final do século XIX ou início do século XX, “sendo também possível que tenham surgido a partir da influência do contato do português com as línguas africanas”. Lobato (2006), por sua vez, sugere que as características inovadoras do português brasileiro decorrem não necessariamente da influência estrutural de outras línguas, mas de uma situação de aprendizado do português como segunda língua por falantes adultos.

sujeito, também particulares à sintaxe dessa língua. Nesta seção, apresentamos trabalhos situados nessa perspectiva.

2.1.1 Reanálise do tópico como sujeito: Pontes (1986, 1987)

Os trabalhos de Pontes (1986, 1987), que tinham como uma de suas preocupações centrais a manifestação do tópico no português brasileiro, foram os pioneiros na descrição do tópico-sujeito nessa língua. A autora descreve que, nas construções de tópico-sujeito, o que se esperaria ser o sujeito da oração encontra-se em posição pós-verbal, sendo a posição pré-verbal ocupada por um elemento que não tem o mesmo estatuto lógico:

- (1) a. A Sarinha tá nascendo dente.
 b. Esse carro cabe 60l de gasolina.
 c. O meu carro furou o pneu.
 d. O jasmim amarelou as pontas. (Pontes, 1987, p. 34-35)

Entretanto, Pontes (1987) mostra que, diferentemente do que ocorre em geral com elementos sujeito, o sintagma pós-verbal não pode ser anteposto:

- (2) a. * Essa casa bastante sol bate.
 b. * O meu carro 60l de gasolina cabe.
 c. * O jasmim as pontas amarelou (-aram?) (Pontes, 1987, p. 36)

Além disso, o DP posposto, embora pareça sujeito, não desencadeia concordância com o verbo, como mostra (3). A concordância apenas é possível se a frase estiver “sem tópico” (Pontes, 1987, p. 37), isto é, com o verbo em primeira posição e o sintagma inicial de (1) localizado ao final da sentença, preposicionado – como ilustra (4).

- (3) a. * A Sarinha tão nascendo dentes.
 b. * Esse carro cabem 60l de gasolina.
 c. * Meu carro furaram os pneus. (Pontes, 1987, p. 36)

- (4) a. Nasceram os dentes da Sarinha.³
 b. Cabem 60l de gasolina nesse carro.
 c. Amarelaram as pontas do jasmim. (Pontes, 1987, p. 37)

Segundo Pontes (1986, 1987), o DP pós-verbal das construções de tópico-sujeito acaba apresentando características de objeto, em especial a posição e a ausência de concordância verbal:

Ora, as duas características superficiais mais marcantes do sujeito em português são a posição (o sujeito é o SN que ocorre antes do V) e a concordância. Esse SN que ocorre depois de V nas Ss [sentenças] examinadas não tem nem uma das duas características do sujeito [...]. Por outro lado, [...] compartilha de características do objeto em português: uma é a posição, ou seja, o fato de ocorrer posposto ao V; outra é não haver concordância (Pontes, 1986, p. 19).

Mas a autora nota que também há problemas nessa análise, uma vez que tais “objetos” não aceitam ser apassivados nem substituídos por clíticos:⁴

- (5) a. * A gasolina é cabida pela Belina.
 b. * O dente é nascido pela Sarinha. (Pontes, 1986, p. 19)
- (6) a. * A Sarinha nasceu-o.
 b. * Esse carro cabe-a.
 c. * Essa casa bate-o. (Pontes, 1986, p. 23)

Por outro lado, Pontes mostra que a concordância com o DP inicial é gramatical:

- (7) a. Essas casas batem bastante sol.
 b. Meus carros furaram o pneu. (Pontes, 1987, p. 36)

³ Observe-se que, para gerar uma frase gramatical em (4a), Pontes acrescentou o artigo definido *os*, que não existia em (1a). O próximo capítulo explora a relação entre as construções de tópico-sujeito e a propriedade da definitude.

⁴ Um efeito que acreditamos estar relacionado à própria natureza dos verbos que formam essas construções – verbos inacusativos (cf. capítulos 3 e 4), cujos argumentos internos tipicamente não admitem a apassivação nem a cliticização:

- (i) a. Chegou a carta.
 b. * A carta foi chegada.
 c. * Chegou-a.

A conclusão é a de que, embora essas construções envolvam verbos tipicamente intransitivos, “[...] elas têm sempre o sujeito (ou o que seria sujeito na ordem direta) posposto. Como o tópico está na posição inicial da oração ele se confunde com um sujeito e a ordem da frase dá a aparência perfeita de uma ordem SVO [...]” (Pontes, 1987, p. 35). Haveria assim, segundo a autora, uma espécie de reanálise do tópico como sujeito, daí as construções serem de “tópico-sujeito”.⁵

2.1.2 Posições de sujeito em português: Costa e Galves (2001)

As construções de tópico-sujeito são abordadas também no trabalho de Costa e Galves (2001), que oferece um contraste entre a posição de sujeito no português europeu e no português brasileiro. Ambas as línguas têm sujeitos externos e não adjacentes ao verbo, como mostram os autores em (8) e (9):

(8) O Pedro provavelmente viu a Maria.

(9) Os meninos todos viram a Maria. (Costa; Galves, 2001, p. 1)

Segundo Costa e Galves (2001), tanto no português brasileiro como no europeu, diferentemente das demais línguas românicas, o verbo sofre movimento curto, apenas até T. Assim, o verbo sobe obrigatoriamente para I, mas não vai para o núcleo flexional mais alto, AgrS. Isso explica a não adjacência entre sujeito e verbo, dado que eles não estão, nesse caso, em relação de núcleo e especificador. Essa explicação da não adjacência pelo movimento curto do verbo independe da posição específica ocupada pelo sujeito, e por isso é usada pelos autores em favor de uma hipótese segundo a qual o sujeito externo nessas línguas não está necessariamente em uma posição periférica, como suporia uma análise por deslocamento à esquerda. Além disso, para os autores, o português brasileiro e o europeu têm mais de uma posição para os sujeitos pré-verbais.

A despeito de compartilharem a externalidade do sujeito e o movimento curto do verbo, o português europeu e o brasileiro apresentam ao menos três diferenças cruciais (Costa; Galves, 2001): i) o português do Brasil permite com produtividade construções de

⁵ Em 2.2, veremos que essa ideia de reanálise será recuperada por Castilho (2010).

redobramento pronominal do sujeito pré-verbal – (10) –, inclusive em orações encaixadas – (11) –, mas o português europeu só as admite em contextos restritos; ii) o português brasileiro é uma língua orientada para o tópico, por permitir concordância entre tópico e verbo – (12) e (13) –, algo proibido no português europeu;⁶ e iii) o português europeu, como outras línguas românicas de sujeito nulo, admite a ordem VSO, inclusive com redobramento pronominal do sujeito – (14) –, em contraste com o português brasileiro.

(10) O Pedro, ele telefonou.

(11) Eu acho que o povo brasileiro, ele tem uma grave doença.

(12) A mesa quebrou as pernas.

(13) A revista xerocou.

(14) O Pedro, leu ele o livro. (Costa; Galves, 2001, p. 4 e p. 7)

A proposta dos autores para explicar essas diferenças reside numa divisão entre as línguas quanto à posição do sujeito externo:

(15) Um sujeito é externo se:

a. Está deslocado à esquerda.

b. Está em Spec, AgrS, e o verbo sofre movimento curto para T.

c. Está deslocado à esquerda, e o verbo sofre movimento curto para T.

(Costa; Galves, 2001, p. 4-5)

Segundo Costa e Galves (2001), a descrição em (15a) transparece em línguas como o trentino, em que o redobramento do sujeito externo por um clítico é obrigatório. Já (15b) se aplica ao português europeu, e (15c), ao português do Brasil. Os autores afirmam que AgrS no português do Brasil é uma categoria defectiva, pois não tem nem traços-D, nem traços-V que atraiam o sujeito e o verbo. Esse caráter defectivo se correlaciona à pobreza do paradigma verbal na língua, que contém sujeitos nulos, mas não mais os identifica por meio da flexão de concordância. Assim, o EPP só pode ser satisfeito no especificador de TP, que é uma posição relacionada ao verbo e tende a ser preenchido por um pronome. As representações para sentenças com sujeitos pré-verbais nesses três tipos de língua são:

⁶ Costa e Galves (2001), bem como Galves (1998, 2001), trabalham com construções como (12) e (13) conjuntamente. Nesta dissertação, abordamos apenas as sentenças do tipo (12), de ordem superficial [DP V DP]. Para um estudo sobre construções do tipo (13), ver Negrão e Viotti (2010).

(16) Trentino, catalão (Barbosa, 1995)
 [IP Subj [IP (cl_i) V [VP pro_i t_v]]]

(17) Português europeu
 [AgrSP Subj [TP t_{Subj} V [VP t_{Subj} t_v]]]

(18) Português brasileiro
 [AgrSP Subj [AgrSP [TP pro/ele V [VP t_{pro} t_v]]]] (Costa; Galves, 2001, p. 5)

Na descrição dos autores, em trentino, a posição-A do sujeito é o especificador de VP, e os sujeitos pré-verbais são deslocados à esquerda. No português europeu, as posições-A existentes para o sujeito são os especificadores de VP, de TP e de AgrSP. Já no português brasileiro, obrigatoriamente uma categoria pronominal associada ao sujeito preenche o especificador de TP, e o especificador de VP não está disponível superficialmente para sujeitos.

Essas propriedades aproximam, segundo eles, o português brasileiro das línguas com sujeito deslocado à esquerda.⁷ Elas permitem prever a construção de redobramento pronominal, considerando-se a presença de um sujeito lexical em posição de adjunção a IP, o que possibilita que haja ainda uma posição pré-verbal interna, ocupada pelo pronome. Se o sujeito lexical se encontrasse interno à oração, explicam os autores, não haveria posição para o pronome, uma vez que o redobramento pronominal de um constituinte interno à sentença é impossível em português.

A divisão em (15) prevê que haverá estratégias distintas para licenciar AgrS. Ele é identificado pelo verbo em línguas como o trentino, nas quais o verbo se move até esse núcleo funcional. No português europeu, em que o verbo não sobe até AgrS, esse núcleo funcional pode ser identificado pelo sujeito em configuração de especificador e núcleo. Por sua vez, no português brasileiro, AgrS tem núcleo vazio e especificador vazio, o que impede que sejam usadas as mesmas estratégias existentes em trentino e no português europeu. Assim, AgrS é identificado por traços pronominais que se movem, como clíticos escondidos (*hidden clitics*), da posição argumental coindexada ao sintagma deslocado à esquerda.

As construções que, segundo Costa e Galves (2001), definem o português brasileiro como orientado para o tópico também são previstas por essa proposta. De acordo com os

⁷ Por outro lado, o português brasileiro se distingue dessas línguas por ter orientação para o tópico. Daí os autores proporem três representações em (15).

autores, dados como (12) e (13) se caracterizariam pela ausência do argumento agente. Como mostra (19), eles contrastam com a passiva, que tem agente implícito capaz de controlar o sujeito nulo da oração adverbial final:

- (19) a. A revista foi xerocada para ganhar tempo.
 b. * A revista xerocou para ganhar tempo. (Costa; Galves, 2001, p. 7)

Isso leva os autores à conclusão de que nessas sentenças, cuja estrutura proposta é (20), não há projeção de especificador de TP:

- (20) [_{AgrSP} DP_i [_{AgrSP} AgrS_i [_{TP} V-fi [_{VP} t_v pro_i]]]] (Costa; Galves, 2001, p. 8)

Costa e Galves (2001) explicam que, na estrutura em (20), os traços de concordância do verbo não estabelecem relação de especificador e núcleo com TP, e por isso passam a identificar os traços de AgrS, concordando com o DP pré-verbal. Quanto a esse DP, ele não pode estar no especificador de AgrSP. Se estivesse, o traço de AgrS seria identificado pelo DP, e os traços do verbo permaneceriam não checados. Além disso, o DP pré-verbal não poderia mover-se do domínio interno do verbo em sua forma ativa para o domínio externo.⁸

A diferença crucial entre construções com concordância com o tópico, como (12) e (13), e sentenças com redobrimento pronominal do sujeito está, segundo os autores, na ausência ou presença de especificador de TP projetado. Em comum, ambas têm o fato de somente ocorrerem em uma língua em que AgrS não tem nem traços-V, nem traços-D – que, segundo Costa e Galves (2001), é o que caracteriza línguas orientadas para o tópico. No português europeu, as construções (12) e (13) seriam impedidas porque o sujeito nessa língua fica no especificador de AgrSP, e não adjungido a essa categoria.

Portanto, na análise de Costa e Galves (2001), as construções de tópico-sujeito, tratadas em conjunto com sentenças ergativas do tipo (13), particularizam o português brasileiro como língua orientada para o tópico. Essa caracterização ocorre especificamente em razão de, diferentemente do que ocorre em outras línguas, a posição-A mais alta na estrutura, AgrS, ficar vazia, estando o sujeito adjungido a essa projeção.

⁸ Os autores acrescentam ainda que os traços-D de T são checados em uma relação de concordância entre o morfema de concordância do verbo e AgrS, em uma análise que considera os traços-D como de concordância, e não de EPP.

2.1.3 Personalização da posição de sujeito: Kato e Duarte (2008)

Na análise de Kato e Duarte (2008), as construções de tópico-sujeito são mencionadas em meio à discussão sobre o comportamento do português do Brasil em relação ao preenchimento da posição de sujeito. Esse comportamento estaria relacionado à mudança a partir da qual o português brasileiro teria deixado de ser uma língua de proeminência de sujeito e se tornado uma língua de proeminência de tópico e de sujeito, segundo a tipologia de Li e Thompson (1976).⁹ As autoras se baseiam na observação de que essa língua registra diminuição na quantidade de sujeitos nulos referenciais, embora mantenha os sujeitos nulos em certos contextos sintáticos.¹⁰

Além disso, o português brasileiro vem apresentando uma tendência de personalização, em que “a posição de sujeito não referencial pode aparecer foneticamente realizada” (Kato; Duarte, 2008, p. 4). Para ocupar essa posição, entram em jogo especialmente elementos referenciais, diferentemente de expletivos lexicais disponíveis em algumas línguas, como *il*, em francês. Segundo as autoras, uma estratégia para preencher a posição de sujeito (e evitar o expletivo nulo) é o alçamento do locativo argumental de construções existenciais, do sujeito de encaixadas com verbos do tipo *custar* e *demorar* e do complemento de inacusativos, como ilustra (21):

- (21) a. Londres_i tem prédios lindos t_i.
 b. Eu_i custei a t_i sair de casa.
 c. O pneu do carro_i furou t_i. (Kato; Duarte, 2008, p. 4)

Os alçamentos em (21), segundo as autoras, são comuns às línguas de sujeito nulo com proeminência de sujeito. Mas o português do Brasil conta ainda com outras construções, apresentadas respectivamente em (22), que o aproximam das línguas de tópico – a ocorrência irrestrita de sujeitos duplos (deslocados à esquerda); a presença de sujeitos lexicais locativos e dêiticos de verbos *quasi*-argumentais; a inserção de pronomes na posição de sujeito em

⁹ Também a partir dessa discussão tipológica (levantada, como vimos acima, por Pontes na década de 1980), um trabalho anterior de Kato (1989) discute as categorias de tópico e sujeito no português do Brasil e em japonês, língua que compartilharia a classificação de proeminência de tópico e de sujeito. A tese da autora é a de que, como aconteceria com a partícula *-wa* do japonês, o elemento que vinha sendo descrito como tópico no português brasileiro, no caso do tópico-sujeito, seria na realidade um sujeito.

¹⁰ Daí, para as autoras, o português brasileiro ser uma língua de sujeito nulo parcial.

sentenças existenciais; o hiperalçamento do sujeito de *parecer* ou do tópico; o alçamento de genitivo com verbos inacusativos;¹¹ e a ergativização de verbos transitivos:¹²

- (22) a. Toda criança_i ela_i aprende rápido a gostar de coca-cola.
 b. Essas florestas chovem muito.
 c. Cê tem prédios lindos em Londres.
 d. Tem ocasiões que eu_i nem pareço que *t_i* sou brasileiro.
 e. Quando eu brigo, eu pareço que eu vou explodir de raiva.
 f. Minhas pernas_i racharam a pele *t_i*.
 g. Com a reforma, meu jardim destruiu inteirinho. (Kato; Duarte, 2008, p. 5-6)

Dada a presença tanto dos fenômenos em (21) como dos fenômenos em (22) no português do Brasil, as autoras defendem que essa é uma língua de proeminência de sujeito e de tópico. Elas adotam as propostas de Kiss (2002 *apud* Kato; Duarte, 2008), de acordo com a qual em línguas orientadas para o discurso o EPP é satisfeito como especificador de SubjP, isto é, como sujeito de predicação; e de Cardinaletti (2004 *apud* Kato; Duarte, 2008), segundo a qual o IP é dividido em duas projeções funcionais: SubjP, cujo especificador abriga o sujeito de predicação, e TP, onde se checam os traços-φ e se valoram os traços de Caso.¹³ Assim, no português brasileiro, o complemento de CP pode ser tanto SubjP como TP. A depender do complemento selecionado, o EPP pode ser satisfeito no especificador de SubjP ou no especificador de TP.

Segundo Cardinaletti (2004 *apud* Kato; Duarte, 2008), os pronomes fortes ocupam o especificador de SubjP, e os pronomes fracos, o especificador de AgrSP. Nesse sentido, de acordo com Kato e Duarte (2008), o português brasileiro se diferenciaria do português

¹¹ As autoras mencionam, ainda, construções inacusativas com alçamento de “adjuntos” e “dativos” para o especificador de TP – (i) e (ii) –, que se diferenciariam das construções de topicalização selvagem – (iii):

- (i) O seu regime_i entra muito laticínio *t_i*?
 (ii) Eles_i ainda faltam três voltas *t_i*. A gente_i só falta uma *t_i*. (alunos de natação)
 (iii) A Maria_i eu sempre saio *t_i*. (Kato; Duarte, 2008, p. 6)

¹² Costa (2010) contra-argumenta que nem todas essas construções singularizam o português brasileiro diante do português europeu, que também apresentaria sujeitos lexicais locativos e dêiticos, construções existenciais com pronomes lexicais manifestos, hiperalçamento com *parecer* e ergativização de verbos transitivos. Relevantemente para esta dissertação, o autor afirma que sentenças como (22f), de fato, representam “[...] uma diferença real entre as duas gramáticas do português” (Costa, 2010, p. 134). Essas duas línguas se distinguiriam, segundo ele, em relação à categoria de Flexão – o português brasileiro poderia ter concordância com o tópico, sendo (22f) agramatical no português europeu.

¹³ Cardinaletti (2004 *apud* Kato; Duarte, 2008) mantém AgrSP e TP no domínio flexional, mas Kato e Duarte (2008) trabalham apenas com TP.

européu, língua prototípica de sujeito nulo, por apresentar sujeitos pronominais fracos, duplicados por pronomes fortes:

- (23) a. [SubjP ELE_i [TP fala-Ø_i [VP (PE)
 b. [SubjP ELE_i [TP ele_i fala [VP (PB) (Kato; Duarte, 2008, p. 7)

A ideia de Kato e Duarte (2008) é a de que o português brasileiro, por ter proeminência de tópico e de sujeito, pode tanto projetar TP, somente, quanto projetar TP e SubjP. Somando essa proposta à afirmação de Cardinaletti (2004 *apud* Kato; Duarte, 2008) de que os sujeitos locativos se localizam no especificador de SubjP, as sentenças existenciais no português do Brasil seriam estruturadas, segundo Kato e Duarte (2008), como em (24):

- (24) a. [TP Ø tem_V [VP t_V prédios lindos em Londres]]
 b. [TP Cê_i tem_{T+V} [VP t_V [prédios lindos em Londres]]]
 c. [SubjP Londres_{loc} [TP tem_{T+V} [VP t_V [prédios lindos t_{loc}]]]]
 d. [SubjP Londres [TP cê tem [VP t_V prédios lindos t_{loc}]]]
 (Kato; Duarte, 2008, p. 7)

Se em (24a), uma construção impessoal com projeção apenas de TP, há um sujeito expletivo nulo na posição de sujeito, em (24b) há um pronome fraco, *cê*, inserido em lugar do expletivo nulo, diretamente no especificador de TP. Já (24c), que também não conta com expletivo na Numeração, apresenta um locativo alçado ao especificador de SubjP. Finalmente, (24d) apresenta tanto a projeção de TP, com *cê* na posição de especificador, como a de SubjP, com *Londres* em seu especificador.

As autoras sintetizam que, de um lado, línguas com proeminência de sujeito admitem o alçamento de argumentos do verbo para a posição de sujeito ou inserem um expletivo (lexical ou nulo) nessa posição; de outro, línguas com proeminência de tópico, por não contarem com expletivos lexicais, “[...] só podem alçar constituintes referenciais, como complementos de nomes e de preposições” (Kato; Duarte, 2008, p. 8), formando construções como (25), em análise nesta dissertação:

- (25) a. Ø_{expl} Furou o pneu do carro.
 b. [O carro]_i furou [o pneu t_i]
 c. [SubjP O carro_i [TP furo_{V-u_{2p/?n/nom}} [TP t_V [VP o pneu_{3p.sg, nom} [DP t_i]]_{3p.sg} t_V]]]]

Uma sentença com alçamento do locativo de verbos com *quasi*-argumentos teria análise semelhante:

- (26) a. \emptyset_{expl} chove muito [nessas florestas]_i.
 b. [Essas florestas]_i chovem [t]_i muito.
 c. [_{SubjP} Essas florestas_{3p.pl.nomi} [_{TP} chove-_{m_p?n?case} [_{TP} t_v [[_{VP} t_v [_{DP} t_i] muito]]]]]
 (Kato; Duarte, 2008, p. 8)

Como língua de tópico e de sujeito, o português brasileiro admitiria ambas as estratégias de preenchimento do sujeito, o que se revela estruturalmente pela possibilidade de se projetar ou TP e SubjP, ou TP apenas. O EPP pode ser satisfeito quer via alçamento de argumentos referenciais para o especificador de SubjP – como ocorre em (25c) e (26c) –, quer via preenchimento do especificador de TP, pela inserção de um pronome como *cê*, similar aos expletivos, ou pelo alçamento de argumentos.

2.2 Um sujeito não canônico

Na seção anterior, vimos que o tópico-sujeito é um fenômeno passível de ser analisado sob distintas óticas voltadas para a sintaxe do português brasileiro, especialmente no tocante ao enquadramento tipológico dessa língua e às propriedades da posição de sujeito. Os trabalhos encontrados na literatura levantam também a questão da função exercida pelo sintagma “tópico-sujeito”, que, como argumentaremos a seguir, é a de sujeito da oração – não um sujeito típico, mas não canônico.

Como observamos, o debate sobre o estatuto do sintagma “tópico-sujeito” começa nos trabalhos de Pontes (1986, 1987), que investiga construções de tópico no português brasileiro. Em geral, a caracterização das construções de tópico-sujeito é feita com base na afirmação de que há um elemento tópico exercendo um comportamento sintático de sujeito, como o desencadeamento de concordância verbal. O “tópico-sujeito” costuma ser listado entre as construções de tópico – apenas para citar três exemplos, há, na perspectiva teórica da sociolinguística, o trabalho de Vasco (2006); no campo dos estudos do português afro-brasileiro, o de Araújo (2009); e, no âmbito de uma gramática descritiva do português culto

falado no Brasil, o de Berlinck, Duarte e Oliveira (2009). O próprio nome “tópico-sujeito” expressa essa ambiguidade de um sintagma que parece acumular duas funções.

Não é novidade na literatura a questão do limiar entre tópicos e sujeitos.¹⁴ Por exemplo, na visão de Brito, Duarte e Matos (2003), uma frase SVO pode ser descrita como sentença de tópico não marcado, em que as funções discursiva de tópico e gramatical de sujeito coincidem em um mesmo sintagma. Também Castilho (2010, p. 281, grifos do autor) menciona a existência de uma relação entre as construções de tópico e o sujeito gramatical, alertando para a dificuldade “em analisar expressões que exemplificam categorias discursivas e categorias gramaticais *ao mesmo tempo*”. Para o autor, duas perspectivas excludentes entram em jogo: i) a de que categorias discursivas derivam de categorias gramaticais – por exemplo, um tópico pode ser um complemento movido para a esquerda; e ii) a de que categorias gramaticais surgem de categorias discursivas via gramaticalização – por exemplo, sintagmas de tópico podem se tornar o sujeito da sentença.

Quanto a essa segunda possibilidade, o autor afirma que uma reanálise do tópico como sujeito se daria a partir de uma estrutura [Top Ø V X], em que Ø é um sujeito nulo cuja posição acaba sendo ocupada pelo tópico. Essa descrição é inclusive encontrada no trabalho de Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), que afirmam que o tópico pode, dada a tendência de preenchimento da posição de sujeito, ser reanalisado como sujeito por estar próximo de um expletivo nulo. Um exemplo dessa proximidade seria (27):

- (27) O Amazonas, [Ø_{expl}] é impressionante o número de frutas, e frutas assim, tudo duro, do tipo cajá-manga. (Berlinck; Duarte; Oliveira, 2009, p. 160)

Daí também haver, segundo as autoras, sentenças como (28b), em que o preenchimento do especificador de IP é feito por um constituinte interno ao VP:

- (28) a. [Ø_{expl}] acabou [_{SN} a bateria do meu celular].
 b. [Meu celular]_i acabou [a bateria [_____]_i].
 (Berlinck; Duarte; Oliveira, 2009, p. 161)

¹⁴ Vide, por exemplo, estruturas como *A Eva, ela mordeu a maçã*, que alguns autores consideram de redobramento do sujeito, mas que numa perspectiva como a de Brito, Duarte e Matos (2003) seriam denominadas de construções de tópico marcado. Também Pires (2007) considera que um sintagma como *a Eva* se encontra numa posição de tópico, e *ela*, de sujeito. Como apontou Viotti (c. p.), o tópico, sendo por definição aquilo do que se fala, pode ser codificado gramaticalmente como sujeito – e o sujeito será, nesse sentido, um tópico. Deixamos uma exploração mais detida dos conceitos de tópico e de sujeito para um momento de investigação futura.

Para Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), estruturas como (28b) poderiam ser consideradas de tópico marcado, em que o constituinte movido se encontra externo à sentença. Porém, segundo elas, a presença de concordância em (29c) corrobora a ideia de reanálise do tópico como sujeito:

- (29) a. Vê se [\emptyset_{expl}] está chovendo dentro do quarto.
 b. Vê se [\emptyset_{expl}] está entrando água pelas janelas do quarto lá de dentro.
 c. Vê se aquelas janelas 'tão chovendo.

(Berlinck; Duarte; Oliveira, 2009, p. 161)

Nesta seção, argumentaremos pelo comportamento sintático de sujeito do DP pré-verbal das construções de tópico-sujeito, embora não seja nosso objetivo discutir detidamente a distinção entre tópico e sujeito, nem a possível caracterização desse sujeito como tópico reanalisado. Em relação às construções de tópico-sujeito, sugerimos que o DP pré-verbal procede de outra posição e que seu movimento ocorre por necessidades derivacionais. Como a posição de sujeito nessas construções não é uma posição temática, ela pode ser preenchida por um elemento menos típico ou canônico,¹⁵ cujas características semânticas serão brevemente exploradas também nesta seção. Nosso foco neste momento é na classificação sintática dos DPs “tópicos-sujeitos” a fim de justificar, de um lado, a descrição dessas sentenças como um fenômeno que envolve a posição de sujeito e, de outro, o argumento encontrado nos próximos capítulos de que há alçamento de um DP para essa posição.

2.2.1 O comportamento sintático do tópico-sujeito

Numa abordagem gerativa, a classificação de um sintagma é motivada pela posição ocupada por ele na sentença. Tipicamente, tópicos situam-se na camada complementadora (CP), em posição não argumental e à esquerda da sentença, ao passo que sujeitos, na camada

¹⁵ “Típico” no sentido mais tradicional ou intuitivo, de sujeitos agentes e animados. Para Pontes (1986), por exemplo, que investiga o conceito de sujeito, um sujeito prototípico é portador dos traços [+ agente] e [+ tópico] e das características sintáticas de anteposição ao verbo e possibilidade de desencadear concordância verbal.

flexional (IP) da sentença, em posição argumental.¹⁶ As construções de tópico-sujeito podem em princípio ser analisadas de duas formas:

- (30) a. [SUJEITO Essa mala] cabe muita coisa.
 b. [TÓPICO Essa mala] *pro* cabe muita coisa.

A hipótese de análise que adotaremos é (30a). A evidência de que partimos, já apontada na literatura, é a concordância verbal com o DP anteposto.¹⁷ Nas construções de tópico-sujeito, a concordância não ocorre com o DP posposto, que seria o sujeito lógico:

- (31) a. Essas casas batem sol.
 b. * Essa casa batem muitos raios de sol.
 c. Os jasmims amarelaram a ponta.
 d. * O jasmim amarelaram as pontas.

Mas, uma vez que o português brasileiro apresenta concordância variável, esse critério não é definitivo (Pontes, 1987; Kato, 1989), o que nos leva a recorrer a outros argumentos empíricos. Um deles é o fato de que os sintagmas iniciais dessas orações podem ser coindexados a categorias vazias que desempenham o papel de sujeito em outra oração – por exemplo, uma estrutura coordenada:

- (32) a. Essas casas_i batem bastante sol, mas não *cv*_i possuem sistema de captação de energia solar.
 b. * Essa casa bate muitos raios de sol_i, mas não *cv*_i secam a roupa direito.
 c. O jasmim_i amarelou as pontas e *cv*_i embelezou o jardim.
 d. * O jasmim amarelou as pontas_i e *cv*_i embelezaram o jardim.

¹⁶ Há um intenso debate teórico sobre as posições disponíveis para os sujeitos no português brasileiro: especificador de TP, mas também adjunção a AgrSP (Costa; Galves, 2001), adjunção a Pessoa (Galves, 1998, 2001), sintagma sujeito (SubjP) (Kato; Duarte, 2008), ou mesmo a periferia esquerda da sentença (Pires, 2007). Esse é um campo amplo de estudos a respeito da sintaxe do português do Brasil, e por isso extrapola os limites deste trabalho definir qual seria a posição específica ocupada pelo “tópico-sujeito”. Assumiremos, sem maiores aprofundamentos teóricos, a posição tradicional de sujeito como de especificador de TP.

¹⁷ Kato (1989) mostra que, embora o português brasileiro permita a justaposição recursiva de vários DPs no início da oração (assim como o japonês), a concordância ocorre apenas com aquele que se encontra no especificador de IP. Um exemplo é *O Pedro, ele vem hoje* (Kato, 1989, p. 127), em que apenas o pronome em posição argumental tem Caso valorado por I e desencadeia concordância.

Os fatos empíricos em (32) confirmam o que está descrito na literatura. Torres Morais (2003, p. 77), por exemplo, mostra que o sujeito nulo da oração coordenada apenas pode estar coindexado ao sujeito pleno da oração coordenante, que determina sua referência (o dado em (33) é do português europeu):

- (33) a. O mecânico_i arranhou o pneu e $cv_i/*_j$ foi-se embora.
 b. O mecânico_i arranhou o pneu e ele_{*i/j} foi-se embora.

Avelar (2009, p. 236), por sua vez, usa o teste da coordenação para mostrar que sintagmas locativos preposicionados, como em (34c), se comportam do mesmo modo que sujeitos argumentais pré-verbais, como em (34a). Particularmente, o autor defende que, em (34c), o sintagma locativo preenche a posição de sujeito quando o sujeito argumental está após o verbo:

- (34) a. [Muita gente]_i trabalha naquela fábrica e cv_i mora do outro lado da cidade.
 b. * Naquela fábrica trabalha [muita gente]_i e cv_i mora do outro lado da cidade.
 c. [Naquela fábrica]_i trabalha muita gente e ainda assim cv_i vai contratar mais cem funcionários até o final do ano.

Nesse mesmo sentido, observamos que os DPs antepostos ao verbo nas construções de tópico-sujeito são correferenciais ao sujeito de uma oração adjungida, como revela (35):

- (35) a. Essas casas_i batem bastante sol porque cv_i ficam distantes das árvores.
 b. * Essas casas batem bastante sol_i porque cv_i ilumina a tarde toda.

O contraste em (35) se assemelha ao apontado em (36), por Pilati e Naves (2010, p. 2):

- (36) a. As crianças_i dormem ali porque cv_i querem.
 b. ?? Ali dormem as crianças_i porque cv_i querem.
 c. Ali_i dormem as crianças porque cv_i é mais quente.

Outro argumento é que os sujeitos podem controlar a interpretação de PRO, um controle obrigatório em algumas orações. Isso ocorre em (37):

- (37) a. Poirot abandoned the investigation [without giving an explanation].
Poirot abandonou a investigação sem dar uma explicação
- b. [For Poirot to abandon the investigation [without giving an explanation]] would not be justified.
Poirot abandonar a investigação sem dar uma explicação não seria justificado
- c. [To abandon the investigation [without giving an explanation]] would not be justified.
Abandonar a investigação sem dar uma explicação não seria justificado
- d. [PRO to abandon the investigation [without giving an explanation]] would not be justified.
Abandonar a investigação sem dar uma explicação não seria justificado
- (Haegeman, 1994, p. 260)

Em (37a-b), o sujeito de *dar* é interpretado como *Poirot*, que é o sujeito de *abandonar*; em (37c), similarmente, o sujeito de *dar* é controlado pelo sujeito de *abandonar*, que, embora não manifesto fonologicamente, é interpretado e está representado na sintaxe, como mostra (37d). Em (38) e (39), abaixo, mostramos que os DPs iniciais das sentenças de tópico-sujeito podem controlar a interpretação de PRO:

- (38) a. A Sarinha nasceu dente antes de atingir a idade certa.
 b. A Sarinha nascer dente antes de atingir a idade certa prejudicou o desenvolvimento dela.
 c. A Sarinha está ansiosa pra nascer dente logo.
- (39) a. Essa casa é ótima por bater sol de manhãzinha e estar bem localizada.
 b. O jasmim está suscetível de não amarelar as pontas neste inverno.

Outra motivação empírica é encontrada no trabalho de Ferreira (2000, p. 20), que, lidando com argumentos nulos, afirma que “o sujeito nulo referencial do PB deve estar c-comandado por um antecedente na oração imediatamente mais alta”. Ele propõe essa generalização com base em dados como (40), em que (40c) é agramatical porque o sujeito nulo não pode ter antecedente cindido:

- (40) a. * O João disse [que a Maria acha [que *cv* é bonito]].
 b. * A mãe do João acha [que *cv* é bonito].
 c. * O João disse [que a Maria acha [que *cv* são bonitos]].
 d. O João_i acha [que *cv*_i é bonito]. (Ferreira, 2000, p. 20)

Os contrastes apontados pelo autor parecem valer também para os dados de tópico-sujeito, como observamos em (41):

- (41) a. * A Sarinha_i disse [que o Carlos André acha [que *cv*_i está nascendo dente].
 b. * A mãe d[a Sarinha_i] acha [que *cv*_i está nascendo dente].
 c. * O Carlos André_i disse [que a Sarinha_j acha [que *cv*_{i,j} estão nascendo dente]].
 d. A Sarinha_i acha [que *cv*_i está nascendo dente].

Ferreira (2000, p. 25-26) mostra, ainda, que casos de hiperalçamento a partir da posição de sujeito de uma oração finita, como (42a), também licenciam sujeitos nulos:

- (42) a. O João parece que comprou um carro novo.
 b. Cê parece que está doente.
 c. Alguém parece que está doente.
 d. * Cê, o João me disse que seria aprovada.
 e. * Alguém, o João me disse que seria aprovado.

O autor explica que *o João* em (42a) não pode ser um tópico associado ao sujeito da oração encaixada e seguido de um sujeito expletivo nulo na oração matriz. Ele afirma que *o João* pode ser substituído por pronomes fracos como *cê* ou por um quantificador como *alguém*, como mostram (42b-c), dois elementos não passíveis de topicalização, como se vê em (42d-e) – portanto, *o João* é um sujeito, localizado na oração matriz por um processo de hiperalçamento. Os dados desta pesquisa parecem conformar-se a esse mesmo padrão:

- (43) a. A Sarinha parece que está nascendo dente.
 b. Essa mala parece que cabe muita coisa.

O teste do alçamento é empregado também por Avelar (2009, p. 235-236), que afirma que o sintagma preposicional (PP) locativo em (44a-b), como qualquer outro DP sujeito – (44c-d) –, deve ser movido para a posição de sujeito da oração matriz, não podendo permanecer como sujeito de infinitivo:

- (44) a. * Parece naquele shopping trabalhar muita gente.
 b. Naquele shopping parece trabalhar muita gente.
 c. * Parece muita gente trabalhar naquele shopping.
 d. Muita gente parece trabalhar naquele shopping.

E, ainda, Fernández-Soriano (1999, p. 108) recorre a esse argumento para mostrar que os locativos de construções impessoais no espanhol ocupam a posição de sujeito, pois é o elemento locativo que é alçado, e não o tema (a menos que o tema seja focalizado ou deslocado à esquerda):

- (45) a. Aquí parece {sobrar/faltar/ocurrir} algo.
Aquí parece sobrar/faltar/ocorrer algo
 b. # Algo parece {sobrar/faltar/ocurrir} aquí.
Algo parece sobrar/faltar/ocorrer aqui

Mais um argumento em favor de o DP pré-verbal nas construções de tópico-sujeito ser sujeito pode ser construído com base no comportamento de sintagmas que têm função de tópico. Rizzi (1997), em seu trabalho sobre a periferia esquerda das orações, propõe que, assim como o VP e o IP podem ser subdivididos em várias projeções, também o CP pode ser explodido, de tal forma que cada uma de suas projeções fica responsável por abrigar elementos específicos.¹⁸ Dentro do CP, haveria projeções de tópico e de foco. Ambos teriam a mesma representação sintática no esquema X-barra, mas se diferenciariam por vários fatores. Um deles, ilustrado abaixo com dados do italiano, é que o tópico pode ser acompanhado de pronome resumptivo no comentário, mas não o foco:¹⁹

¹⁸ É com base nessa proposta que Figueiredo Silva (1996) descreve as construções de tópico-sujeito em termos do deslocamento do sujeito para dentro do CP. Essas construções seriam, segundo a autora, “[...] manifestações de movimento do ‘sujeito’ para o especificador do TopP mais baixo” (Figueiredo Silva, 1996, p. 73).

¹⁹ A sentença (46b) é gramatical no português brasileiro, o que não invalida a possibilidade (não obrigatoriedade) de os tópicos nessa língua aceitarem pronomes resumptivos, como em (46a). Outra diferença interlinguística seria a presença de um clítico acusativo no italiano, mas de um pronome nominativo no português do Brasil para estabelecer a retomada: *O seu livro, (eu) comprei ele*.

- (46) a. Il tuo libro, lo ho comprato.
O seu livro, o comprei
- b. * Il tuo libro, ho comprato t.
O seu livro, comprei (Rizzi, 1997, p. 289-290)
- (47) a. * IL TUO LIBRO lo ho comprato (non il suo)
O SEU LIVRO o comprei (não o dele)
- b. IL TUO LIBRO ho comprato t (non il suo)
O SEU LIVRO comprei (não o dele) (Rizzi, 1997, p. 290)

Nesse sentido, supõe-se que os dados desta pesquisa, se topicalizados, aceitarão pronomes resumptivos – (48a-c) –, diferenciando-se de focos – (48d-f):²⁰

- (48) a. Esse carro, ele cabe muita gente.
 b. Esse carro, cabe muita gente nele.
 c. * Esse carro, cabe muita gente.
 d. * ESSE CARRO, ele cabe muita gente.
 e. * ESSE CARRO cabe muita gente nele.
 f. ESSE CARRO cabe muita gente.

Além disso, numa leitura neutra – nem de tópico, nem de foco –, que sugerimos ser a de sujeito, os DPs pré-verbais das construções de tópico-sujeito não aceitam pronome resumptivo:

- (49) a. Esse carro cabe muita gente.
 b. * Esse carro cabe muita gente nele.
 c. Essa televisão estragou a tela.

²⁰ Mioto (2003, p. 180) mostra que a descrição de Rizzi (1997) se aplica ao português brasileiro em dados como:

- (i) a. ?(?) [_F O João_i] que a mãe dele_i ama t_i, não a Maria.
 b. O João_i, a mãe dele_i ama ele_i.
- (ii) a. [_F Para ninguém] ele vai mandar cartão de Natal este ano.
 b. * Para ninguém, ele vai mandar cartão de Natal este ano.
- (iii) a. * Foi [_F aquele carro] que a Maria comprou ele domingo.
 b. Aquele carro, a Maria comprou ele domingo.

d. * Essa televisão estragou a tela dela.

Esse é um contraste já ilustrado por Galves (1998), que, conforme veremos no próximo capítulo, afirma que um sintagma “tópico-sujeito” é licenciado ou via concordância verbal, ou via retomada por pronome.²¹ Assim, em (48) e (49), parece haver uma distribuição complementar: tópicos admitem retomada pronominal – (48a-c) –, mas não focos nem sujeitos – (48d-f) e (49). Também Avelar e Cyrino (2008, p. 9) recorrem a esse contraste:

- (50) a. Aquela biblioteca_i tem muito livro lá_i.
 b. * Aquela biblioteca_i tem muito livro lá_i.
 c. Aquela biblioteca tem muito livro.

Diante dessas evidências, analisamos o DP pré-verbal das sentenças de tópico-sujeito como o sujeito da oração. A seguir, faremos apontamentos para uma caracterização semântica desse sujeito.

2.2.2 Características semânticas do tópico-sujeito

Os exemplos prototípicos de construções de tópico-sujeito envolvem um DP sujeito pleno e específico, embora esse fenômeno alcance também construções com DPs sujeitos nus ou genéricos, conforme veremos a seguir. Tipicamente, o DP sujeito das sentenças de tópico-sujeito corresponde a um nome próprio ou a um nome selecionado por um artigo definido, um demonstrativo ou um possessivo, que carregam uma interpretação específica (Lyons, 1999):

- (51) O Carlos André cresceu o nariz. (Pontes, 1987, p. 35)
- (52) a. A televisão estragou a tela.
 b. Essa televisão estragou a tela.
 c. Minha televisão estragou a tela.

²¹ A autora defende que nas estruturas com pronome resumptivo os elementos à esquerda da oração estão em Pessoa, uma projeção tópica acima de TP (cf. seção 3.3.1). Aqui, estamos considerando esses elementos simplesmente como tópicos para fins de clareza na apresentação.

Em (51), o DP sujeito é um nome próprio precedido de um artigo definido. O português brasileiro admite que esse mesmo sintagma apareça sem determinante; mesmo nesse caso, a interpretação seria específica, uma vez que nomes próprios são considerados expressões definidas e referenciais (Lyons, 1999).²² Em (52a), o DP é formado por um artigo definido que seleciona um nome. Esse artigo permite ao ouvinte identificar, ou inferir, o referente de que se fala no mundo. Em (52b), o mesmo nome é antecedido de um demonstrativo, cuja interpretação é específica, semelhantemente à dos artigos definidos, por permitir a identificação do referente. Particularmente, os demonstrativos têm a característica adicional de oferecer uma informação dêitica, uma vez que possibilitam ao ouvinte identificar de forma mais imediata, em um ponto de referência extralinguístico, o elemento mencionado pelo falante. Finalmente, em (52c), o DP inicial é formado por um possessivo, que também especifica o nome selecionado.

Uma possível regra descritiva, portanto, é que o DP sujeito das sentenças de tópico-sujeito tem interpretação específica, expressa sintaticamente por elementos portadores de definitude – como artigos definidos ou pronomes demonstrativos e possessivos.²³ Assim, mesmo em sentenças como (53a), abaixo, embora haja um artigo indefinido antes do nome *carro*, a interpretação não é a de um carro qualquer no mundo, mas a de um carro particular ou específico do ponto de vista do falante. Ocorre o mesmo em (53b), em que, apesar de o carro em questão não ser conhecido do ouvinte, é um carro específico a que se faz referência. É diferente de (53c), em que o falante pode estar conversando sobre um carro qualquer:

- (53) a. Eu cheguei atrasado porque um carro lá furou o pneu e engarrafou a pista toda.
 b. Eu comprei um carro esta manhã.
 c. Eu quero comprar um carro.

Dada essa generalização da interpretação específica do sujeito em sentenças de tópico-sujeito, a previsão é que sentenças com o DP sujeito nu serão agramaticais, como em (54):

²² Há um debate teórico se os nomes próprios de fato são definidos. Propostas alternativas defendem que tal definitude se originaria de um determinante fonologicamente nulo (nos casos em que o nome não é precedido de artigo) ou pronunciado (em línguas como o português, o grego clássico e o catalão, em que um nome próprio pode ser antecedido de artigo), caso este em que a interpretação seria similar à de sintagmas de interpretação única no mundo, como *o sol*. Outra visão é que nomes próprios são na verdade indefinidos, comportando-se aparentemente como definidos em razão de sua natureza genérica (Lyons, 1999). Contudo, não é nosso objetivo nos aprofundar nesse debate neste trabalho.

²³ Também é debatido se os possessivos de fato carregam a informação de definitude (Lyons, 1999). Novamente, não aprofundaremos essa discussão.

- (54) a. * Televisão estragou a tela.
b. * Mala coube muita coisa.

Porém, o tópico-sujeito é um fenômeno encontrado também em estruturas particulares cujas propriedades permitem licenciá-lo, ainda que não codificado como DP pleno. Um exemplo são as sentenças médias, um tipo de alternância verbal em que o objeto da variante transitiva exerce a função de sujeito da intransitiva (Levin, 1993). Entre as características das médias no português brasileiro, segundo Rodrigues (1998), estão a interpretação de propriedade – uma qualidade atribuída ao DP sujeito, que é o objeto lógico –, a referência genérica de tempo e a presença de algum modificador, que pode ser de vários tipos, como um advérbio ou um foco contrastivo:

(55) Pães de queijo assam rapidamente. (Rodrigues, 1998, p. 109)

(56) ESSE BOLO assa. (Rodrigues, 1998, p. 111)

Essas são características encontradas nas sentenças de tópico-sujeito em (57), uma vez que há modificadores especificando o sintagma sujeito, ao qual é atribuída uma propriedade – isto é, menciona-se um tipo de *televisão* ou *mala* que tem determinada característica;²⁴ e há tempo genérico, pois os verbos estão no presente do indicativo.

- (57) a. Televisão de plasma estraga a tela.
b. Mala com fundo falso cabe muita coisa.

Similarmente a (56), os dados de tópico-sujeito admitem leitura medial com foco contrastivo:

- (58) a. TELEVISÃO estraga a tela, celular não.
b. MALA cabe muita coisa, maleta não.

²⁴ O tipo de modificação dos nomes em (57) não está mencionado em Rodrigues (1998), mas mantemos a ideia de que essas sentenças têm caráter medial porque elas parecem implicar uma leitura de lista: televisões de plasma estragam a tela, mas televisões de LCD, não; malas com fundo falso cabem muita coisa, mas sem fundo falso, não. Essa interpretação é captada, segundo Rodrigues, em sentenças médias como (i), que dispensariam o modificador (embora, em (ib), *de madeira* nos pareça desempenhar papel de modificação):

- (i) a. Esses tecidos (se) desbotam.
b. Barcos de madeira afundam. (Rodrigues, 1998, p. 112)

Uma vez podendo ocorrer em sentenças médias, o tópico-sujeito se submeterá às exigências desse tipo de construção. As frases abaixo confirmam a necessidade dos fatores indicados por Rodrigues (1998) para o licenciamento, nas construções médias, de um tópico-sujeito. No caso de (59a-b), mesmo com a referência genérica de tempo, a sentença é agramatical (ou marginal) em razão da ausência de modificadores, e em (59c-d), mesmo com modificação por meio do foco contrastivo, o tempo específico gera agramaticalidade:

- (59) a. *? Televisão estraga a tela.
 b. *? Mala cabe muita coisa.
 c. * TELEVISÃO estragou a tela, celular não.
 d. * MALA coube muita coisa, maleta não.

Em interpretação similar à de propriedade presente nas médias, outra maneira como um DP sujeito nu é licenciado nas construções de tópico-sujeito é por meio da expressão de genericidade, isto é, “regularidades ou leis mais gerais”, com o DP no plural (Müller, 2003a, p. 155). Nesse caso, o plural nu denota não entidades específicas, mas, semelhantemente a (55) e (57), espécies ou classes que têm determinada característica (Müller, 2003b):²⁵

- (60) a. Televisões estragam a tela.
 b. Malas cabem muita coisa.

Assim, salvo em contextos particulares, como as sentenças médias ou genéricas, nas quais a possibilidade de um DP nu é uma propriedade da estrutura em que ele se encontra, as construções de tópico-sujeito têm prototipicamente como sujeito um DP pleno. O papel dos determinantes, nesse caso, é garantir uma interpretação específica àquilo de que se fala, permitindo identificar imediatamente esse elemento ou inferi-lo na situação discursiva (Lyons, 1999). Tal característica do tópico-sujeito relaciona-se com o fato já apontado na literatura a respeito de esse sujeito ser referencial (Kato; Duarte, 2008, cf. 2.1.3).²⁶

²⁵ A leitura de genericidade, também em referência a espécies, é captada ainda com o DP definido singular nas construções de tópico-sujeito:

- (i) O *smartphone* dura pouco a bateria.

²⁶ A referencialidade é a relação entre uma expressão linguística e o objeto a ela correspondente no mundo. Quando se diz uma sentença como *Meu carro furou o pneu* ou *Essa casa bate sol*, o sujeito, que é um DP pleno e específico, refere-se a objetos particulares no mundo: o carro do falante ou a casa para a qual o falante aponta. Já numa sentença genérica do tipo *Televisões estragam a tela*, a referência se faz não a um objeto em particular, mas a uma classe de objetos.

2.3 Síntese do capítulo

A primeira parte deste capítulo apresentou o objeto de estudo desta dissertação no contexto em que ele é frequentemente mencionado, o da classificação tipológica do português do Brasil, do comportamento dessa língua quanto ao parâmetro do sujeito nulo e das formas de preenchimento da posição de sujeito. Subjacente a esse contexto estava a discussão sobre a função sintática exercida pelos DPs pré-verbais das construções de tópico-sujeito. Assim, na segunda parte do capítulo, buscamos evidências empíricas que confirmassem a ideia intuitiva de que esses DPs são sujeitos, ainda que não típicos.

Embora não tenhamos tido a preocupação de definir a posição ocupada por esse sujeito – que, conforme descrevemos, é tipicamente específico e codificado como DP pleno –, essa descrição é importante para a análise das construções de tópico-sujeito como resultantes de um processo derivacional que envolve o movimento de um sintagma. Descrever o “tópico-sujeito” como sujeito coaduna-se, ainda, com o fato de que essa posição costuma ser “o alvo imediato das operações que alteram a diátese verbal”, especialmente porque essa não é uma posição temática (Franchi; Negrão; Viotti, 1998). Essa é uma posição que deve estar disponível para abrigar elementos não típicos, o que se confirma pelo fato de as construções de tópico-sujeito serem produtivas com verbos cujos argumentos não são sujeitos profundos – verbos inacusativos, conforme defenderemos nos próximos capítulos. A perspectiva pela qual examinaremos as construções de tópico-sujeito é a da estrutura argumental dos verbos que as formam.

O próximo capítulo apresenta propostas dedicadas especificamente à análise das construções de tópico-sujeito. Essas propostas oferecem elementos para um estudo mais detido das propriedades dessas construções, mas sobretudo nos levam ao recorte desta pesquisa. Fundamentalmente, aprofundaremos a descrição do fenômeno do tópico-sujeito, mostrando que esse rótulo abrange configurações estruturais distintas, embora semelhantes quanto à ordem linear dos termos e ao efeito final de preenchimento da posição de sujeito.

3 UM FENÔMENO HETEROGÊNEO: OS TÓPICOS-SUJEITOS GENITIVO E LOCATIVO

Este capítulo apresenta, inicialmente, três propostas dedicadas à estrutura das construções de tópico-sujeito. Essas propostas põem em jogo outros fatores além da posição de sujeito, explorada no capítulo anterior, como os traços relevantes para o licenciamento de constituintes, a configuração estrutural que propicia a interpretação semântica genitiva e a inacusatividade. Porém, embora esses trabalhos lidem com as sentenças de tópico-sujeito como um fenômeno homogêneo, mostraremos, na segunda parte deste capítulo, que tais construções exibem contrastes entre si. Esses contrastes serão relacionados, na terceira parte do capítulo, à estrutura argumental. Defenderemos que as construções genitivas, como *O carro furou o pneu*, licenciam-se com verbos inacusativos monoargumentais, e as construções locativas, como *Essa casa bate sol*, com verbos inacusativos biargumentais.

3.1 Análises das construções de tópico-sujeito

Nesta seção, apresentamos três análises das construções de tópico-sujeito: a de Galves (1998, 2001), a de Lobato (2006) e a de Lunguinho (2006). Essas análises aprofundam a descrição do fenômeno apresentada no capítulo anterior, que será ainda mais refinada no restante do capítulo.

3.1.1 Projeção de uma categoria Pessoa: Galves (1998, 2001)

Galves (1998, 2001) descreve as construções de tópico-sujeito como estruturas “[...] pseudo-transitivas em que um verbo ergativo vem precedido de um NP que não é interpretado como agente ou causa do processo expresso pelo verbo, mas como locativo ou todo do qual o NP pós-verbal é uma parte” (Galves, 1998, p. 19):

- (1) Esta casa bate sol.

- (2) O relógio quebrou o ponteiro. (Galves, 1998, p. 19)

Segundo Galves (1998, 2001), nessas construções os DPs iniciais são o sujeito da oração, pois concordam com o verbo. Além disso, há contraste entre as sentenças de tópico-sujeito e as que envolvem pronome resumptivo, isto é, de tópico “não sujeito”:

- (3) a. Bate muito sol *(n)esta casa.
 b. Nesta casa, bate muito sol.
 c. Esta casa bate muito sol.
 d. Esta casa, bate muito sol nela. (Galves, 1998, p. 21)

Para a autora, (3a) reflete a projeção direta da estrutura argumental de *bater*, com elemento locativo obrigatoriamente preposicionado, sendo (3b) uma versão topicalizada dessa sentença. Já em (3c) e (3d) o elemento locativo aparece sem preposição, sendo legitimado quer por concordância verbal com o DP inicial, quer por retomada desse DP por um pronome, duas estratégias que estariam em distribuição complementar – daí a agramaticalidade de (4b):

- (4) a. Estas casas batem muito sol.
 b. * Estas casas batem muito sol nelas. (Galves, 1998, p. 21)

Além disso, não há concordância com o DP pós-verbal, a menos que esse mesmo DP seja retomado por um pronome:

- (5) a. Este carro, cabem muitas pessoas nele.
 b. ?? Este carro cabem muitas pessoas. (Galves, 1998, p. 22)

Galves (1998) assim sintetiza as características das construções de tópico-sujeito: i) o DP anteposto ao verbo não é retomado por um pronome (que seria uma marca explícita de topicalização); ii) o verbo não concorda com o DP posposto, mas com o anteposto; iii) o argumento externo não está projetado;¹ e iv) quando o DP anteposto e o posposto ao verbo estão em relação genitiva, deve haver uma interpretação de todo-parte entre eles. Essa última propriedade é ilustrada pelo seguinte contraste:

¹ A observação empírica que justifica essa conclusão é a mesma apresentada em (19), na seção 2.1.2, a respeito do controle pelo sujeito em orações adverbiais finais.

- (6) a. Furou o pneu do meu carro.
 b. Meu carro, furou o pneu dele.
 c. Meu carro furou o pneu. (Galves, 1998, p. 22)
- (7) a. O carro do João pifou.
 b. O João, pifou o carro dele.
 c. * O João pifou o carro. (Galves, 1998, p. 22)

A fim de explicar tais propriedades, Galves (1998, 2001) lança mão de duas hipóteses: a de que Agr seria um traço formal e a de que haveria uma categoria funcional entre C e T, a categoria Pessoa (PersP). A autora oferece inicialmente uma breve resenha do trabalho de Chomsky (1995), que exclui Agr como categoria funcional acima de T. Para ela, embora tenha deixado de ser considerada uma categoria, Agr exerce papel relevante na computação sintática, devendo ser tratada como um traço formal que força uma configuração de especificador e núcleo e é atribuído parametricamente (Galves, 1998, 2001). Por sua vez, Pessoa seria uma categoria relevante sintaticamente em várias línguas ergativas e, dado o seu caráter funcional, teria traços- ϕ não interpretáveis. A checagem desses traços ocorreria ou pela presença de um sintagma no especificador de PersP (caso a língua tenha o traço Agr nessa categoria), ou pelo movimento de traços- ϕ para o núcleo de Pessoa (quer por movimento visível do verbo, quer por movimento coberto de traços).

Ainda em relação ao traço Agr, ele seria responsável também pela legitimação dos pronomes fracos, considerados traços- ϕ interpretáveis. Essa associação seria capaz de explicar a ocorrência de pronomes fracos exercendo um papel de concordância comparável ao de morfemas flexionais em várias línguas, como ocorre em dados como (8):

- (8) Essa competência, ela é de natureza mental. (Galves, 1998, p. 26)

Em (8), o sujeito se encontra deslocado e retomado por um pronome que aparece antes do verbo. A ideia da autora para explicar esse tipo de construção é a de que há clíticos invisíveis correspondentes aos traços- ϕ de pronomes tônicos movidos cobertamente para checar os traços- ϕ de Pessoa. Há uma relação de concordância entre os traços presentes no núcleo de Pessoa e o DP adjungido à oração, o que licencia esse DP como sujeito.

Como defende Galves (1998, 2001), o português brasileiro obedece a uma parametrização segundo a qual, opostamente a Tempo, que teria os traços V e Agr, Pessoa

não teria nenhum deles. A ausência do traço-V em Pessoa se coaduna com a associação do movimento curto do verbo (apenas até T) à pobreza morfológica verbal no português do Brasil, em que não se faz distinção entre segunda e terceira pessoas. Já a parametrização proposta para T permite considerar que o especificador de TP corresponde à posição do sujeito. A estrutura de uma construção quando a derivação alcança Pessoa seria esta:

$$(9) \quad [_{\text{PersP}} \text{Pessoa } [_{\text{TP}} \text{DP V}]] \quad (\text{Galves, 2001, p. 256})$$

A checagem dos traços- ϕ do verbo, que são não interpretáveis, se dá via concordância com os traços- ϕ do DP sujeito situado no especificador de TP. Mas a checagem dos traços- ϕ de Pessoa também precisa ser feita, e a ausência dos traços Agr e V nessa categoria “[...] tem como efeito que os seus traços- ϕ não podem ser checados nem em consequência do movimento do verbo, nem em consequência do movimento do sujeito” (Galves, 1998, p. 27). A checagem ocorre, então, por meio do movimento coberto de traços pronominais. Assim, uma construção com pronome resumptivo, como (8), teria a estrutura em (10), em que os traços- ϕ do pronome *ela*, responsável pela concordância, se movem cobertamente para checar os traços- ϕ de Pessoa, categoria à qual *essa competência* se encontra adjungida:

$$(10) \quad [_{\text{PersP}} \text{Essa competência } [_{\text{PersP}} \phi_i [_{\text{TP}} \text{ela}_i \text{ é de natureza mental}]]] \quad (\text{Galves, 1998, p. 28})$$

Segundo essa análise, na ausência de um pronome lexical, haveria um pronome nulo na posição de especificador de TP. O sujeito lexical no português brasileiro ocuparia, portanto, uma posição de adjunção a PersP (Galves, 2001).

Na análise de Galves, como descrevemos acima, as construções de tópico-sujeito não são legitimadas em razão da presença de um pronome coindexado ao DP inicial, como em (10), sendo na verdade licenciadas via concordância verbal. Por causa da não projeção do argumento externo, a Numeração referente a esses dados não inclui pronome resumptivo nem *pro* expletivo. Também por não haver essa projeção de especificador, a checagem dos traços- ϕ do verbo não pode se dar em configuração de especificador e núcleo. A única forma de sua checagem ocorrer, explica a autora, é com os traços- ϕ de Pessoa, para onde esses traços se movem cobertamente:

$$(11) \quad [_{\text{PersP}} \text{DP } [_{\text{PersP}} \phi_i [_{\text{TP}} \text{V}_i]]] \quad (\text{Galves, 2001, p. 260})$$

Segundo Galves (1998, 2001), esse movimento torna Pessoa uma extensão de TP, o que possibilita que o DP em adjunção a PersP esteja no domínio de checagem do traço Agr de Tempo: “[...] O traço Agr de Tempo pode ser checado no especificador de Pessoa, uma vez que a cadeia entre o verbo e o núcleo de Pessoa, criada pelo movimento dos traços- ϕ do verbo, torna a projeção de Pessoa a projeção de Tempo também” (Galves, 1998, p. 29). Como consequência dessa derivação, há concordância morfológica entre o verbo e o DP anteposto.

A distribuição complementar entre a presença do pronome lembrete e a concordância se explica com base na projeção do especificador de TP: havendo especificador, a checagem dos traços- ϕ de Pessoa se dá com os traços- ϕ de um pronome; não havendo, essa checagem acontece por meio da subida dos traços do verbo para TP, estendendo essa projeção. Tal distribuição “[...] coloca o pronome lembrete e o NP pré-verbal no mesmo domínio de ligação, provocando a violação do princípio B” (Galves, 1998, p. 29). Daí a impossibilidade de as duas estratégias de legitimação do DP inicial serem usadas simultaneamente, como mostrou (4b).

Uma dificuldade apontada por Lunguinho (2006) na proposta de Galves (1998, 2001) é que, sendo os traços- ϕ de Pessoa não interpretáveis, sua checagem via movimento coberto dos traços- ϕ do verbo não seria possível, já que eles também não são interpretáveis.² Outra dificuldade é referente à preposição. A derivação em (12), ilustrada por Lunguinho (2006) com base na proposta da autora, mostra que, em construções de tópico-sujeito, o sintagma *o ponteiro do relógio*, de onde o DP *o relógio* foi movido, pressupõe que tenha sido concatenada a esse DP, em um momento anterior da derivação, a preposição genitiva *de*. Não fica claro por que esse PP teria sido formado e depois desfeito, nem por que a preposição teria sido apagada após o alçamento de *o relógio*. Além disso, ocorreria uma violação da Restrição de Minimalidade no momento em que *o relógio* ultrapassasse *o ponteiro*, que é o elemento mais próximo em relação de c-comando com a Sonda T. E, finalmente, não haveria razão para explicar o movimento de *o relógio*, que já teria tido seu Caso licenciado pela preposição.

(12) [PersP O relógio [PersP ϕ_i [TP quebrou_i [VP o ponteiro ~~do relógio~~]]]]



 Movimento de traços- ϕ de V
 para o núcleo de Pessoa

(Lunguinho, 2006, p. 136)

² Salles (c. p.) sugere que Pessoa poderia ter traços- ϕ interpretáveis, já que a noção de pessoa é interpretável. Reconhecemos que as propriedades dessa categoria são um tema interessante de investigação, mas não as exploraremos neste momento. Um trabalho que vem investigando a relação entre os traços pronominais de pessoa no português do Brasil e a ocorrência de sujeitos não canônicos – partindo da observação de que sentenças de tópico-sujeito e, também, de ordem VS são produtivas com verbos na 3ª pessoa – é Pilati e Naves (2010, 2011).

Diante disso, uma hipótese é que talvez as estruturas de tópico-sujeito não sejam derivadas a partir de sentenças com preposição, algo explorado adiante. Por ora, apresentaremos a proposta de Lobato (2006), que vê nas construções de tópico-sujeito uma instância de alçamento de um subconstituente de um argumento interno.

3.1.2 *Deslocamento de um subconstituente do argumento interno: Lobato (2006)*

Para Lobato (2006), as construções de tópico-sujeito são licenciadas por meio do deslocamento de um subconstituente do argumento interno para a posição de sujeito. Essa propriedade estaria presente na gramática do português brasileiro e de línguas ameríndias, mas não do português europeu. O contexto em que se insere o trabalho da autora é o da discussão a respeito da formação do português do Brasil, mais especificamente da suposta influência de línguas indígenas ou gerais sobre essa formação. Visando oferecer uma análise em termos gramaticais, a autora mostra o contraste em (13):

- (13) a. O meu carro furou o pneu. (PE: *, PB: OK)
 b. Furou o pneu do meu carro. (PE: OK, PB: OK)
 c. O pneu do meu carro furou. (PE: OK, PB: OK)

(Lobato, 2006, p. 68)

Lobato (2006) descreve essa diferença nos julgamentos de gramaticalidade afirmando que apenas o português brasileiro permite uma configuração sintática como (13a), em que tanto a posição de sujeito como a de objeto são preenchidas por subconstituintes de um argumento tema. Segundo a autora, o que explica essa configuração é o fato de o sistema computacional no português brasileiro poder vasculhar o interior do argumento interno, identificando dois subconstituintes e licenciando-os como sujeito e objeto de uma mesma oração. Basta, para isso, que ambos os subconstituintes tenham propriedades completas de expressões nominais, isto é, uma estrutura léxico-conceitual e uma extensão definida.

A autora mostra que o guarani antigo também apresenta deslocamento de subconstituente, embora nessa língua o elemento deslocado seja o referente à parte, e não aquele referente ao todo:³

- (14) a. a- i- kutúg cyuã r- ayú
 1/NOM R ferir João R- veia
 Eu feri a veia de João
- b. a- h- ayú- kutúg cyuã
 1/NOM R veia ferir João
 Eu feri a veia de João (Grannier, 2002 *apud* Lobato, 2006, p. 70)

No guarani antigo, como se vê em (14b), ocorre a incorporação da parte *ayú*, que forma o constituinte semântico *cyuã rayú* em (14a), na morfologia do verbo. No português brasileiro, diferentemente, é o elemento que denota o todo que é deslocado (para a posição de sujeito), permanecendo o que denota a parte na posição de objeto. Mas em ambas as línguas o efeito é semelhante: a manutenção do subconstituente relativo à parte mais próximo do verbo. É por permitir que a parte, que consiste no elemento diretamente afetado pela ação verbal, fique mais perto do verbo que, segundo Lobato (2006), esse deslocamento é licenciado.

Como afirmado acima, a autora propõe que, na relação de todo-parte presente no argumento interno de (13a), os dois subconstituintes podem ser licenciados em posições diferentes por possuírem propriedades completas de expressões nominais. A relação de todo-parte, segundo Lobato (2006), independe de qualquer núcleo, diferentemente da relação de argumento, uma vez que todo argumento depende de um núcleo lexical. Assim, ser argumento corresponde a uma informação lexical, mas ser todo-parte corresponde a uma relação semântica, determinada pela estruturação do objeto denotado.⁴

No português europeu, a sentença com deslocamento de subconstituente do argumento interno seria agramatical exatamente porque apenas parte desse argumento teria sido alçada. O português europeu somente permite, segundo Lobato (2006), o preenchimento de posições sintáticas por argumentos completos, daí apenas (13b) e (13c) serem gramaticais; além disso, essa língua não admite o exame do interior do argumento interno, daí a agramaticalidade de

³ Nos dados, R refere-se a um morfema relacional, um prefixo que remete à função sintática do seu antecedente (Grannier, 2005 *apud* Lobato, 2006).

⁴ Daí, conforme desenvolveremos adiante, lidarmos com as construções de tópico-sujeito genitivo como tendo um argumento apenas, estruturado numa relação de todo-parte, e de tópico-sujeito locativo como tendo dois argumentos, ambos selecionados por um núcleo lexical.

(13a). Crucialmente, o que distinguiria o português europeu do português brasileiro seria o traço considerado relevante para a geração sintática: o português do Brasil licencia sujeitos “[...] por meio da leitura extensional da expressão nominal, pela verificação do seu traço categorial, e o português europeu, por meio da leitura temática da expressão nominal, pela verificação do seu traço temático” (Lobato, 2006, p. 68). Assim, se no português europeu o sistema computacional trabalha com a leitura temática, na projeção lexical do VP, no português brasileiro, a ausência desse requisito permite que ele trabalhe com a leitura categorial, na projeção funcional da sentença (isto é, CP/TP). O sujeito nessa língua será derivado por uma operação formal da gramática, independente da semântica.

Outro traço estrutural que possibilita o alçamento de um subconstituente do argumento interno, acrescenta Lobato (2006), é a tendência ao preenchimento manifesto da posição de sujeito no português brasileiro. Tal preenchimento é favorecido por um traço lexical dos verbos que admitem o deslocamento de um subconstituente: segundo a autora, verbos inacusativos. Uma vez que o argumento de tais verbos pode ficar tanto pré quanto pós-verbal, quando esse argumento está na posição de objeto, é licenciado o deslocamento de um sintagma para a posição de sujeito disponível.

3.1.3 Partição de constituintes: Lunguinho (2006)

A proposta de Lunguinho (2006) é lidar com o fenômeno denominado partição de constituintes, presente em (15):

- (15) a. O carro furou o pneu.
b. O celular estragou a bateria.
c. A casa caiu o telhado. (Lunguinho, 2006, p. 133)

Esse fenômeno se caracteriza, segundo o autor, pelo fato de que os dois DPs de cada sentença são interpretados como um único constituinte semântico, em relação de todo-parte, mas se manifestam sintaticamente como um constituinte descontínuo. Assim, o português brasileiro permite sentenças tanto com partição de constituintes quanto sem partição, como em (16):

- (16) a. O pneu do carro furou.
 b. Furou o pneu do carro. (Lunguinho, 2006, p. 133)

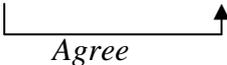
Duas perguntas orientam a análise de Lunguinho (2006): i) como se licenciam os elementos nominais das sentenças com partição de constituintes? e ii) como se derivam as sentenças com e sem partição de constituintes, respectivamente ilustradas por (15) e (16)?

O autor concorda com Galves (1998, 2001) que os verbos no português do Brasil se movem para T abertamente; além disso, como a pesquisadora, afirma que não há, nas sentenças em estudo, argumento externo. Isso ocorreria, segundo Lunguinho (2006), porque os verbos que as formam seriam inacusativos – o que aproxima sua análise à de Lobato (2006).⁵ Além disso, o autor acredita, como Lobato, que o DP sujeito nas orações com partição de constituintes é um subconstituente do argumento tema.

Lunguinho (2006) propõe que os processos que derivam estruturas como (15) e (16) envolvem Numerações distintas. Os itens lexicais que formam sintaticamente (16a) seriam:

- (17) {o₂, pneu₁, de₁, carro₁, furou₁, T₁, C₁} (Lunguinho, 2006, p. 139)

Vale observar que consta, na Numeração proposta, a preposição *de*, responsável pela interpretação semântica de todo-parte na sentença. A forma como se derivaria (16a) encontra-se descrita em (18):

- (18) [TP o pneu do carro [T furou [VP furou [DP ~~o pneu do carro~~]]]]
 (Lunguinho, 2006, p. 139)

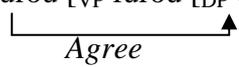
A derivação é assim explicada: o núcleo funcional T, por possuir traços- ϕ não interpretáveis, se constitui como uma Sonda. O verbo *furar* é inacusativo; portanto, o argumento interno *o pneu do carro* ainda não teve seu Caso valorado e pode ser o Alvo. Ocorre a operação *Agree* – os traços- ϕ do Alvo checam os traços- ϕ da Sonda, e a Sonda valoriza o traço de Caso do Alvo, como Nominativo. Além disso, T possui mais um traço não interpretável: EPP. A checagem desse traço ocorre por movimento do DP Alvo, *o pneu do carro*, para a posição de especificador de TP. Daí resulta a sentença em (16a).

A Numeração de (16b) se distingue da de (16a) por conter o expletivo *pro*:

⁵ O autor refere-se mais especificamente a Lobato (2002), um trabalho ao qual não tivemos acesso.

(19) {o₂, pneu₁, de₁, carro₁, furou₁, pro₁, T₁, C₁} (Lunguinho, 2006, p. 139)

Segundo o autor, a derivação de (16b) é similar à de (16a) até a operação *Agree* entre T e o DP *o pneu do carro*. O traço EPP de T, porém, não é valorado via movimento do DP, pois há o expletivo *pro* na Numeração. O expletivo é inserido na posição de especificador de TP. Daí resulta (16b), conforme ilustrado em (20):

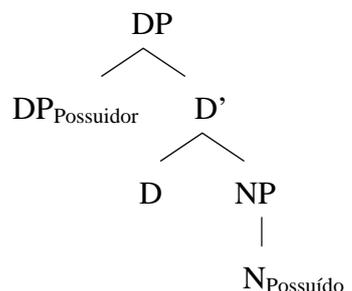
(20) [TP *pro*_{expletivo} [T furou [VP ~~furou~~ [DP O pneu do carro]]]]
 (Lunguinho, 2006, p. 139)

As derivações em (18) e (20) explicariam a geração de sentenças sem partição de constituintes. A derivação de uma sentença com partição de constituintes, como (15a), envolveria uma terceira Numeração:

(21) {o₂, pneu₁, carro₁, furou₁, T₁, C₁} (Lunguinho, 2006, p. 141)

Essa Numeração se diferencia das anteriores, pois não tem *pro* expletivo nem a preposição genitiva *de*. A ausência da preposição impede que seja formado o constituinte *o pneu do carro*, de interpretação de todo-parte. Lunguinho (2006) então sugere que essa leitura semântica decorre da configuração estrutural em que se concatenam os dois elementos nominais, formando um grande DP possessivo:

(22)



(Lunguinho, 2006, p. 142)

A evidência para (22) é encontrada em dados com quantificadores flutuantes, como (23), em que *todos os carros* e *o pneu dianteiro* formam um constituinte, e *os carros* é alçado:

(23) a. Todos os carros furaram o pneu dianteiro
 [TP Todos os carros furaram [DP ~~todos os carros~~ [D' o pneu dianteiro]]]

b. Os carros furaram todos o pneu dianteiro

[_{TP} Os carros furaram [_{DP} todos ~~os carros~~ [_{D'} o pneu dianteiro]]

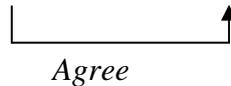
c. * Os carros furaram o pneu dianteiro todos

[_{TP} Os carros furaram [_{DP} o pneu dianteiro todos ~~os carros~~]]

(Lunguinho, 2006, p. 142)

Assim, dada a estrutura do DP proposta em (22), a derivação de (15a) seria esta:

(24) [_{TP} [_{DP} o carro] [_T furou [_{VP} ~~furou~~ [_{DP} [_{DP} ~~o carro~~] [_{D'} o [_{NP} pneu]]]]]]]



Agree

(Lunguinho, 2006, p. 142)

A Sonda T encontra o complemento do inacusativo *furar*, o DP *o carro o pneu*. Examinando o interior do Alvo, a Sonda identifica o DP possuidor *o carro*, que se encontra ativo e tem traços- ϕ . *Agree* opera, checando os traços- ϕ da Sonda e valorando o Caso do Alvo. Uma vez que a Sonda tem traço EPP e que a Numeração não inclui expletivo, esse traço é checado por meio do alçamento do possuidor para o especificador de TP.

Haveria, na verdade, dois Alvos possíveis: o DP *o carro o pneu* e o DP possuidor *o carro*. A escolha do possuidor, dominado pelo DP *o carro o pneu*, é legítima, pois não viola nenhuma restrição sintática. Conforme explica o autor, o elemento nominal possuído não pode ser Alvo por estar c-comandado pelo possuidor, não sendo, portanto, o constituinte mais próximo c-comandado pela Sonda. Segundo Lunguinho (2006, p. 143), “uma comprovação de que nas estruturas com partição de constituintes o Alvo é o DP possuidor vem dos contrastes com relação à concordância verbal”. O autor fornece como exemplos os dados em (25), em que é gramatical a concordância com o possuidor, mas não com o possuído:

(25) a. As bicicletas furaram o pneu.

b. * As bicicletas furou o pneu.

(Lunguinho, 2006, p. 143)

Por fim, Lunguinho (2006) explica como se licencia o DP complemento *o carro o pneu*, com base em características da operação *Merge* – especificamente, a propriedade de continência imediata. O DP *o carro o pneu* (DP₁) se forma pela concatenação de dois objetos sintáticos, um dos quais o possuidor *o carro* (DP₂). Portanto, DP₁ imediatamente contém DP₂. O traço de Caso de DP₂ é valorado via *Agree* com a Sonda T, em um momento da derivação

em que DP₂ ainda se encontra no domínio de DP₁, cujo Caso não está valorado. A proposta é que a existência de um traço de Caso valorado no domínio de DP₁, isto é, em DP₂, serve para valorar o traço de DP₁ e licenciá-lo.

Em síntese, o autor trata o chamado fenômeno da partição de constituintes em termos do alçamento de um DP possuidor para checar um traço EPP.⁶ As sentenças com partição de constituintes têm Numeração distinta da de sentenças sem partição, crucialmente em razão da ausência, naquelas, da preposição *de*. Não havendo a preposição, a interpretação de todo-parte dessas construções é garantida, segundo Lunguinho (2006), pela estrutura do DP possessivo.

3.2 Distinções entre as construções de tópico-sujeito

Os trabalhos apresentados na seção anterior lançam luzes sobre a estrutura que licencia o tópico-sujeito: em distribuição complementar com pronomes resumptivos ou expletivos; a partir da leitura extensional da expressão sintática; e por meio do alçamento de um DP possuidor, quando não há preposição. Em nossa análise, concordamos com os autores que não há argumento externo projetado nessas estruturas (Galves, 1998, 2001) e que esse fenômeno é produtivo com verbos inacusativos (Lobato, 2006; Lunguinho, 2006). Contudo, sugerimos que as construções de tópico-sujeito não se submetem a uma análise única: existem as construções genitivas e as locativas, mas essa distinção é mais do que semântica. Essencialmente, a diferença entre ambas relaciona-se com a própria inacusatividade – que, como descreveremos no próximo capítulo, não representa uma classe homogênea de verbos.

Os elementos que formam essas construções são distintos do ponto de vista da própria gramática tradicional, que ofereceria uma análise sintática diferenciada para os termos das contrapartes preposicionadas das construções de tópico-sujeito:

(26) Furou o pneu do meu carro.

Adjunto adnominal de posse

⁶ Viotti (c. p.) alerta para uma questão teórica levantada por essa proposta, que é a ausência de previsão, pela teoria gerativa, do movimento de partes de constituintes apenas, em vez de constituintes completos. Haveria uma possibilidade de esse tipo de movimento acarretar a supergeração de dados, permitindo a produção de sentenças agramaticais. Essa observação mereceria maior reflexão teórica e empírica, o que não é o objetivo deste trabalho, que se centrará na análise das sentenças de tópico-sujeito locativo. Por isso, consideraremos que a proposta de Lunguinho (2006) é, até o momento, a mais satisfatória para a análise das sentenças de tópico-sujeito genitivo.

(27) Entrou formiga nesse pote.

Adjunto adverbial de lugar

Isto é, o possuidor (*d*)*o meu carro*, em (26), modifica o possuído *o pneu*, e o locativo (*n*)*esse pote*, em (27), modifica o verbo *entrar*. Essas relações também são mencionadas por Perini (2008), em uma abordagem linguística descritiva. O autor defende que, se uma sentença como (28), abaixo, pode ser entendida em termos da valência (e das diáteses) do verbo, que teria dois argumentos, uma frase como (29) não permite esse mesmo tratamento. Isso porque o papel temático de possuidor não se relaciona ao verbo, pertencendo à valência nominal do núcleo *pneu*. Para Perini (2008, p. 377), casos como (29), ou “construções pseudoergativas”, envolvem topicalização de uma parte de um sintagma nominal.

(28) Esse cano sai fumaça. (Perini, 2008, p. 339)

(29) Meu carro furou o pneu. (Perini, 2008, p. 341)

Assim, como desenvolveremos adiante, o possuidor forma com o possuído um constituinte, no sentido do que propõe Lunguinho (2006), algo que não acontece com o tema e o locativo. Embora ambos preencham a posição de sujeito, possuidor e locativo não compartilham o mesmo estatuto sintático. As construções de tópico-sujeito têm distinções que vão além da semântica genitiva ou locativa, manifestando-se estruturalmente. A fim de mostrar esses contrastes, esta seção aprofunda a descrição das sentenças de tópico-sujeito por meio de uma análise dupla: primeiro, das genitivas; em seguida, das locativas.

3.2.1 O tópico-sujeito genitivo

O tópico-sujeito genitivo é uma construção em que se expressa uma ideia de possuidor e possuído, ou de todo-parte, entre os dois DPs da oração. Como vimos em 3.1.1, Galves (1998, 2001) afirma que a relação de todo-parte é necessária a essas construções, algo evidenciado no contraste entre (30) e (31):

(30) a. Furou o pneu do meu carro.

b. Meu carro furou o pneu.

(Galves, 1998, p. 22)

- (31) a. O carro do João pifou.
 b. * O João pifou o carro. (Galves, 1998, p. 22)

Porém, talvez essa não seja de fato uma condição necessária, uma vez que pode haver sentenças de tópico-sujeito genitivo sem a relação de todo-parte (Lunguinho, 2005, p. 10):

- (32) a. Eu gostaria de saber se essa viagem ainda é possível alterar a data.
 b. O apartamento de seu filho acaba quando a reforma?

Também as noções de possuidor e possuído não descrevem a totalidade dos fatos, pois nem sempre há a interpretação de posse nos dados – em (32b), por exemplo, não se capta com clareza essa relação entre *apartamento* e *reforma*. De fato, precisar a relação semântica entre os DPs das construções de tópico-sujeito genitivo é uma tarefa desafiadora. Nossa tentativa será a de caracterizá-la em termos de uma relação de conjuntos: o DP pós-verbal é um membro do conjunto de itens relacionados ao DP pré-verbal.⁷ Por exemplo, *o pneu* é um dos elementos de um conjunto representado por *meu carro*, e *o dente da frente* é um dos membros do conjunto representado por *Sarinha*:

- (33) a. O meu carro furou o pneu.
 b. A Sarinha está nascendo o dente da frente.

Nossa opção por trabalhar com a ideia de conjuntos se justifica por permitir identificar um efeito sintático, o que fazemos com base no trabalho de Klein (2003). A autora propõe que *mesmo* seria um marcador de foco no português brasileiro. Um dos tipos de foco expressos por *mesmo* é, segundo Klein (2003), o foco restritivo. Nesse caso, *mesmo* aparece adjacente a um nome e é usado para exemplificar membros de um conjunto. Um dado de foco restritivo oferecido pela autora é:

- (34) a. Você conhece alguém que possa me ensinar a fazer artes vitrais?
 b. Claro. A Rosa mesmo é mestre em artes plásticas. (Klein, 2003, p. 144)

⁷ Mesmo a descrição usando a ideia de conjuntos não abarca todos os dados de tópico-sujeito genitivo. Por exemplo, essa noção não parece transparente em uma sentença como *O guaraná subiu o preço*, em que a relação de pertinência a um conjunto é, talvez, mais abstrata. Não pretendemos esgotar essa descrição aqui. A noção de conjunto e subconjunto nos servirá apenas para mostrar que a semântica das construções de tópico-sujeito genitivo não é a mesma das de tópico-sujeito locativo.

Do conjunto de pessoas com conhecimentos sobre arte, *Rosa* é um membro. O pertencimento a um conjunto é interpretado, na proposta de Klein (2003), em razão da presença de *mesmo*. Como no exemplo (34), os dados de tópico-sujeito genitivo também respondem à expressão do foco restritivo:

(35) *Esse carro furou o pneu*

a. Esse carro está cheio de problemas. O pneu mesmo está furado.

(36) *Essa televisão estragou a tela*

a. É uma porcaria essa televisão que eu comprei na feira. A tela mesmo já estragou.

(37) *O apartamento de seu filho acaba quando a reforma?*

a. O apartamento do meu filho ainda está longe de ficar pronto. A reforma mesmo só deve acabar em abril.

Esse efeito não é encontrado nos dados de tópico-sujeito locativo. Nessas construções, se a sentença com *mesmo* é gramatical, a leitura não parece de foco restritivo:

(38) *Minha mala coube vários paletós*

a. * Pra última viagem longa que eu fiz, minha mala foi uma maravilha. Vários paletós mesmo couberam.

(39) *Meu carro apareceu uns arranhões*

a. * Meu carro já nem parece novo. Uns arranhões mesmo apareceram.

(40) *Esse pote entrou formiga*

a. * Esse pote não estava vedado. Formiga/uma formiga mesmo entrou.

Portanto, apenas as sentenças de tópico-sujeito genitivo são sensíveis à focalização restritiva com *mesmo*, diferentemente das de tópico-sujeito locativo, o que sugere que estas últimas não veiculam a informação de conjunto e subconjunto.⁸

⁸ Como mostra Lyons (1999), nas construções que envolvem interpretação possessiva em geral, o referente é um elemento de um pequeno número de elementos. Ele explica que esse uso se restringe a sintagmas nominais cujo

O fato de o DP pós-verbal das construções de tópico-sujeito genitivo ser um elemento de um conjunto pode também se relacionar com uma condição: esse sintagma é, no tópico-sujeito genitivo, um DP específico (em geral definido) e pleno, e não um DP nu.⁹ Os dados em (41) mostram isso. Observe-se que mesmo em (41b) e (41c), em que há, respectivamente, um numeral e um artigo indefinido, ambas expressões de indefinidade, a interpretação é a de um ou dois botões específicos que estragaram, e não de botões quaisquer no mundo:

- (41) a. Essa televisão estragou a tela.
 b. Essa televisão estragou dois botões.
 c. Essa televisão estragou um botão.
 d. * Essa televisão estragou tela.
 e. * Essa televisão estragou botões.

Contudo, vimos em 2.2.2 que o tópico-sujeito pode se manifestar também em sentenças médias. Em contextos sintáticos particulares como esse, o DP pós-verbal de uma sentença de tópico-sujeito genitivo pode aparecer sem determinante, como em (42); e um DP nu também é possível em uma leitura de eventos iterativos, como em (43):

- (42) a. ? Eu não sabia que essa camisa quebrava botão tão fácil.¹⁰
 b. ? Eu não sabia que esse carro furava pneu tão fácil.

núcleo é de “[...] uma classe lexical que denota principalmente partes do corpo, vestimentas, e relações familiares ou outras relações pessoais – portanto, posse inalienável e outras posses íntimas” (Lyons, 1999, p. 26). O autor mostra que isso ocorre em inglês e também em outras línguas, como o francês:

- (i) Jacques s’est cassé la jambe.
Jacques quebrou a perna

⁹ Nesse sentido, entendemos que uma frase como *A Sarinha está nascendo dente* não é genitiva, mas locativa, correspondendo a (ia), a seguir. Repare-se que, para parafrasear essa sentença como genitiva, é preciso acrescentar um artigo definido, como em (ib). Essa relação entre definitude e interpretação genitiva ou locativa será abordada também em 3.2.2.

- (i) *A Sarinha está nascendo dente*
 a. Está nascendo dente na Sarinha./A Sarinha, está nascendo dente nela.
 b. Está nascendo o dente da Sarinha./A Sarinha, está nascendo o dente dela.
 c. * Está nascendo dente da Sarinha./*A Sarinha, está nascendo dente dela.

¹⁰ Dado adaptado de *Eu não sabia que essa camisa quebrava tanto botão* (Pontes, 1987, p. 38). Os falantes que consultamos consideraram as sentenças em (42) menos aceitáveis que suas versões com determinante (*Eu não sabia que essa camisa quebrava o botão tão fácil* e *Eu não sabia que esse carro furava o pneu tão fácil*, respectivamente). Ainda assim, eles as julgaram sentenças gramaticais.

- (43) a. Meu carro vive furando pneu.
 b. Os ônibus da empresa tão furando pneu quase toda semana naquela estrada.

Uma maneira de compreender a preferência por um DP pós-verbal pleno nas construções de tópico-sujeito genitivo talvez seja com base em uma condição de familiaridade ou locação (Hawkings, 1978 *apud* Lyons, 1999 e Viotti, 2002). Para Hawkings, o uso do artigo definido permite ao ouvinte localizar o referente do nome em um conjunto de conhecimentos compartilhados com o falante. Por isso o emprego de um artigo definido com um nome mencionado em contextos *out of the blue* pode gerar problemas de interpretação. Por exemplo, se pronunciada a frase

- (44) # Eu adoro a cor. (Viotti, 2002, p. 131)

sem um contexto ou um discurso prévio que garantam ao falante um conjunto de conhecimentos compartilhados com o ouvinte, esse falante não poderá identificar o referente e não compreenderá a sentença (Viotti, 2002). Para que a frase fique interpretável, é preciso acrescentar, por exemplo, um modificador do nome definido:

- (45) A Paula gosta muito da cor lilás. (Viotti, 2002, p. 130)

Se adotamos esse ponto de vista, uma frase de tópico-sujeito terá um DP pós-verbal definido porque esse sintagma é especificado pelo DP sujeito:¹¹

- (46) *Essa televisão estragou a tela*
 [a tela] essa televisão
 ▲

Nessa relação, o artigo definido modifica *tela*, e *essa televisão* é um sintagma que adiciona informação de modo a oferecer um conjunto compartilhado de conhecimentos entre os interlocutores, permitindo ao ouvinte identificar o referente. Sem esse sintagma, não haveria tal conjunto:

¹¹ Lyons (1999, p. 3) explica essa mesma relação com o sintagma preposicionado *o presidente de Gana*:

- (i) The president of Ghana is visiting tomorrow.
O presidente de Gana fará uma visita amanhã

(47) # Estragou a tela.

Outra característica do tópico-sujeito genitivo é que essa construção é produtiva com a leitura eventiva e episódica – o que correlacionaremos, a seguir, com o fato de o verbo nessas construções ser um inacusativo típico de mudança de estado. A leitura estativa e genérica fica reservada a contextos de sentenças médias:

(48) *Leitura eventiva*

- a. O meu carro furou o pneu.
- b. O Carlos André cresceu o nariz.
- c. O jasmim amarelou as pontas.

(49) *Leitura estativa*

- a. * O meu carro fura o pneu.
- b. * O Carlos André cresce o nariz.
- c. ? O jasmim amarela as pontas.

Em (49c), por exemplo, é uma propriedade inerente ao *jasmim* que suas *pontas* amarelem. A agramaticalidade de (49a) e (49b) decorre, então, não do fato de haver um tópico-sujeito na sentença, mas da ausência de leitura de propriedade, um requisito para a formação de sentenças médias, como vimos em 2.2.2. Observe-se ainda que, se acrescidas de modificadores que denotam eventos, essas duas frases ficam gramaticais, o que corrobora a descrição de que a leitura preferencial das construções de tópico-sujeito genitivo é eventiva:

- (50) a. O meu carro fura o pneu toda vez que passo naquele buraco.
b. O Carlos André cresce o nariz quando mente.

Os fatos de as construções de tópico-sujeito genitivo denotarem eventos, em geral, episódicos, e exigirem DP pós-verbal pleno podem ser correlacionados. É sabido que o argumento interno pode delimitar o evento descrito pelo verbo, isto é, conferir composicionalmente a informação aspectual de telicidade (Tenny, 1987). Um exemplo dessa propriedade dos argumentos internos é (51):

- (51) a. Dustin ate an apple (?for an hour/in an hour).

Dustin comeu uma maçã (por uma hora/em uma hora)

- b. Dustin ate apples (for an hour/?in an hour).

Dustin comeu maçãs (por uma hora/em uma hora) (Tenny, 1987, p. 113)

O nome nu *apples* em (51b) não confere telicidade ao evento de *comer*, mas o nome pleno, em (51a), sim. Assim, (51b) denota o processo de *comer*, sem indicar seu término, e não necessariamente implica que o sujeito *Dustin* comeu maçãs inteiras, podendo ter comido pedaços de maçã apenas. Já (51a) denota o processo culminado de *comer*, com um término definido no momento em que o sujeito acaba de comer a maçã. A telicidade, uma propriedade associada à afetação do objeto, capta o ponto final do evento, e portanto se associa a processos culminados e a culminações.

Tipicamente, os verbos que formam o tópico-sujeito genitivo são verbos eventivos de mudança de estado. Eles se enquadram na descrição de Levin e Rappaport Hovav (1995) de uma classe dos inacusativos que participa da alternância causativa:

- (52) a. O João furou o pneu do carro.

- b. O pneu do carro furou.

Uma observação nesse sentido é que os predicados alternantes são os que têm o traço de telicidade (Naves, 2005). Logo, sendo os verbos que formam o tópico-sujeito genitivo eventivos e denotadores de mudança de estado, é esperado que eles exijam DPs pospostos plenos (em geral, definidos), pois estes garantem a interpretação de afetação ao conferirem telicidade ao evento. Retomemos agora os casos em que as sentenças de tópico-sujeito genitivo não têm sintagma pós-verbal pleno – (53) e (54), agora com o acréscimo de (54c):

- (53) a. ? Eu não sabia que essa camisa quebrava botão tão fácil.

- b. ? Eu não sabia que esse carro furava pneu tão fácil.

- (54) a. Meu carro vive furando pneu.

- b. Os ônibus da empresa tão furando pneu quase toda semana naquela estrada.

- c. Meu carro já furou pneu antes.

Essas sentenças não têm sintagmas pós-verbais definidos, e portanto deve haver outros fatores entrando em jogo para licenciá-las. Como afirmamos acima, no caso de (53), acreditamos que as duas construções sejam licenciadas por uma leitura medial – é uma propriedade da *camisa* que seus botões quebrem com facilidade e do *carro* que seus pneus furem facilmente; além disso, há tempo genérico e modificador em ambas as sentenças. Já no caso de (54a-b), denotam-se vários eventos iterativos de *furar*; e, no de (54c), um advérbio temporal com informação aspectual, *já*, focaliza o ponto de culminação do evento e permite licenciar essa construção.

Generalização semelhante é identificada por Naves e Lunguinho (2008) para a alternância causativa no português do Brasil. Examinando dados como (55), com verbos que em geral não alternam causativamente,

- (55) a. Minha mãe lavou a roupa.
 b. * A roupa lavou.
 c. ? A roupa já lavou.
 d. A roupa (es)tá lavando.
 e. ?? A roupa começou a lavar.
 f. A roupa continua lavando.
 g. ?? A roupa terminou de lavar.

os autores mostram que essas construções são licenciadas pela presença de verbos auxiliares e/ou de advérbios temporais. Tal licenciamento se dá focalizando-se a culminação do evento – caso de (55c), (55e) e (55g) – ou a progressão do evento, como (55d) e (55f).

Em síntese, descrevemos as construções de tópico-sujeito genitivo como construções eventivas, formadas por verbos inacusativos de mudança de estado e, em geral, participantes da alternância causativa. Nessas construções, há um sintagma pós-verbal pleno, comumente definido, que é especificado pelo DP pré-verbal e garante telicidade ao evento. Diferentemente da alternância causativa, porém, em que um argumento completo é o sujeito da variante intransitiva, nas construções de tópico-sujeito genitivo, o DP pós-verbal pode ser descrito como um elemento do conjunto formado pelo DP sujeito, o que captamos com o uso de *mesmo* para o efeito de focalização restritiva.

3.2.2 O tópico-sujeito locativo

Em termos semânticos, o tópico-sujeito locativo é uma construção que expressa a presença (ou ausência) de um elemento tema em um local ou, ainda, o aparecimento (ou desaparecimento) desse elemento em um local, conforme ilustramos em (56).¹² O tema é o DP pós-verbal, e o locativo é o DP sujeito.¹³

- (56) a. Seu cabelo está faltando queratina.
b. O rosto da Ana está aparecendo um monte de manchas de sol.

Os dados de tópico-sujeito locativo diferem dos de tópico-sujeito genitivo por admitirem DPs pós-verbais não apenas plenos, como em (56b), mas também nus. Esses DPs nus podem ser contáveis ou massivos, como em (57a) e (57b), respectivamente:

- (57) a. A Sarinha está nascendo dente.
b. Doce não pode entrar água, senão estraga.

Essa não parece ser uma configuração disponível para o DP pós-verbal das sentenças de tópico-sujeito genitivo, que exigem um determinante mesmo diante de um nome massivo:

- (58) a. * Meu carro acabou gasolina.
b. Meu carro acabou a gasolina.

Além disso, alguns dados de tópico-sujeito locativo com DPs pós-verbais plenos, formados por determinantes indefinidos, diferem dos dados de tópico-sujeito genitivo que também têm DP indefinido. Nas construções de tópico-sujeito genitivo, mesmo um

¹² Neste trabalho, fazemos referência às noções de local e tema, que correspondem também a local e localizado, *location* e *locatum*, nos termos de Levin (1993), ao abordar a alternância locativa, e de Hale e Keyser (1993). Usamos os rótulos de local e tema como forma de descrição geral, sem maiores comprometimentos teóricos com essas noções, que sabemos ter nuances distintas. Pinheiro (2007), por exemplo, no âmbito da Gramática das Construções, descreve que o rótulo de locativo pode envolver uma rede de significados relacionados ao de continência em um local, tais como permanecer em um local (*continuar* em X), passar a estar em um local (*aparecer* em X) e modalidade (poder estar, *cabere* em X).

¹³ O caráter locativo desses sujeitos é captado por meio de sua substituição por pronomes como *aqui*, *ali* e *onde*:

- (i) a. Aqui/Ali está faltando queratina.
b. Onde está aparecendo um monte de manchas de sol?

determinante indefinido no DP pós-verbal é interpretado como específico: em (59a), foi um *botão* em particular, do conjunto de botões da televisão, que estragou. Nas construções de tópico-sujeito locativo, o determinante indefinido não acarreta interpretação específica: em (59b), é um *submarino* qualquer, ou genérico, que cabe na casa.

- (59) a. Essa televisão estragou um botão.
b. Tia, a nossa casa cabe um submarino?

Logo, quanto ao DP pós-verbal, as construções de tópico-sujeito locativo são distintas das de tópico-sujeito genitivo. Se nas genitivas esse DP é específico, sendo expresso frequentemente por um artigo definido, nas locativas esse DP manifesta-se comumente na forma de elementos de interpretação não específica ou mesmo genérica: artigos indefinidos, sintagmas nus (singulares e plurais) e nomes massivos. Sintagmas com determinantes definidos parecem menos produtivos nas construções de tópico-sujeito locativo, mas também ocorrem, particularmente em verbos cuja semântica carrega tanto a informação de tema como a de local:

- (60) a. Carro preto aparece esses arranhões.
b. Meu bolso coube a minha carteira e o meu celular, mais nada.

Em um pequeno conjunto de verbos que não trazem imediatamente a informação lexical locativa, a interpretação genitiva ou locativa dependerá de propriedades estruturais, em particular, da definitude.¹⁴ Observem-se, por exemplo, os casos (61) e (62) abaixo. Neles, se em princípio há uma aparente ambiguidade quanto à interpretação locativa ou genitiva, essa ambiguidade se resolve pelo uso de um sintagma definido ou indefinido/nu após o verbo. Se acompanhado de DP pós-verbal nu ou indefinido, o tópico-sujeito terá interpretação locativa; se acompanhado de DP pós-verbal definido, terá interpretação genitiva:

- (61) a. O campo cresceu grama/um matagal.

¹⁴ É sabido que a definitude pode exercer um efeito de mudança de significado. Callou *et al.* (2000, p. 83), por exemplo, mostram essa propriedade:

- (i) a. Brenda abriu mão do namorado.
b. Brenda abriu a mão do namorado.

b. * Cresceu grama/um matagal do campo./* O campo, cresceu grama/um matagal dele.

c. Cresceu grama/um matagal no campo./O campo, cresceu grama/um matagal nele.

(62) a. O campo cresceu a grama.

b. Cresceu a grama do campo./O campo, cresceu a grama dele.

c. * Cresceu a grama no campo./O campo, cresceu a grama nele.

Esse contraste mostra que a definitude tem papel importante na classificação de certos dados como genitivos ou locativos,¹⁵ mas sobretudo que os DPs pós-verbais inespecíficos não são licenciados em sentenças de tópico-sujeito genitivo. É possível que isso ocorra, como vimos sugerindo, porque há uma relação entre os DPs pré e pós-verbal nas sentenças genitivas que não se verifica nos dados de tópico-sujeito locativo.

Outra característica que parece diferir o tópico-sujeito genitivo do locativo é quanto às leituras de estado e evento. Vimos que as sentenças de tópico-sujeito genitivo são geralmente formadas por verbos eventivos de mudança de estado. Aquelas de tópico-sujeito locativo, por sua vez, admitem ambas as leituras de evento ou episódica e de estado ou genérica:

(63) *Leitura de evento ou episódica*

a. A festa da minha sobrinha sobrou comida.

b. O rosto da Ana está aparecendo manchas de sol.

c. Esse pote está entrando formiga.

(64) *Leitura de estado ou genérica*

a. A UnB está sobrando dinheiro pra bolsas de pós-graduação.

b. Carro preto aparece esses arranhões, mesmo.

c. Doce não pode entrar água, senão estraga.

¹⁵ Esse é um efeito que captamos em apenas uma pequena classe dos inacusativos, composta por verbos como *nascer* (cf. nota 7, neste capítulo) e *crescer*, que nem alternam causativamente (como os inacusativos típicos), nem carregam informação lexical de local (como os inacusativos biargumentais, conforme descreveremos). Embora não tenhamos explicação satisfatória para esse efeito no momento, o fato é que, nas sentenças como (61), o locativo parece “fazer as vezes” de argumento (cf. * *Cresceu grama*). Além disso, verbos como *crescer* são ambíguos interlinguisticamente: em italiano, *crescere* pode significar tanto *crescer* quanto *criar*: *crescere i bambini* (“criar os filhos”); em inglês, *to grow* pode significar tanto *crescer* quanto *cultivar*: *to grow tomatoes* (“cultivar tomates”).

Como nas sentenças de tópico-sujeito genitivo, a interpretação eventiva pode focalizar tanto a culminação, como (63a), quanto a progressão do evento expresso pelo verbo, como (63c), ou ainda eventos iterativos, como (63b). Já a interpretação estativa pode abarcar tanto uma informação de propriedade, como (64b-c), tal qual ocorre com as frases de tópico-sujeito genitivo licenciadas via estrutura medial, como a descrição de um estado temporário (portanto, não uma propriedade inerente ao sujeito), como em (64a).

Mas os eventos denotados pelas sentenças de tópico-sujeito locativo não são idênticos aos denotados pelas construções de tópico-sujeito genitivo. Os verbos das sentenças genitivas, como vimos, são inacusativos típicos de mudança de estado e participam da alternância causativa – (52), acima. Os verbos das sentenças locativas não correspondem a essa caracterização:

- (65) a. Sobrou comida na festa da minha sobrinha.
b. * Os convidados sobraram comida na festa da minha sobrinha.
- (66) a. Apareceu um monte de manchas de sol no rosto da Ana.
b. * O verão apareceu um monte de manchas de sol no rosto da Ana.
- (67) a. Entrou formiga nesse pote.
b. * O cheiro do doce entrou formiga nesse pote.

Além de não alternarem causativamente, os verbos das construções de tópico-sujeito locativo não têm semântica de mudança de estado. Seu significado parece aproximar-se ao de verbos na língua inglesa que participam das construções de inserção de *there* e de inversão locativa (Levin, 1993). Levin, a respeito dessas duas últimas construções, afirma que elas ocorrem com verbos que denotam existência e aparecimento e que, se por ventura acontecem com um verbo de mudança de estado, esse verbo perde o significado de mudança de estado e adquire um sentido de existência e aparecimento quando nessa construção.¹⁶

¹⁶ A autora não exemplifica esse fato, mas acreditamos que ele esteja presente em sentenças como estas:

- (i) a. In 1591 there opened a printing house that started to issue books in the Belarusian language.
Em 1591 abriu(-se) uma editora que começou a publicar livros na língua bielorrussa
b. And thus there broke the plagues.
E então irromperam as pragas
c. There grew a desert in my mind.
Surgiu um deserto na minha mente (dados de internet)

Retomemos o caso de (61) e (62), em que vimos que a interpretação locativa de *crescer* parece determinada estruturalmente, pela presença de um DP não específico, indefinido ou nu. O que chama a atenção é que, na sentença locativa, o verbo tem sentido de aparecimento: “surgiu grama no campo”. Como acontece com alguns verbos nas construções com inserção de *there* e de inversão locativa do inglês, conforme a descrição de Levin (1993), *crescer* parece, nesses casos, adquirir um sentido de existência e aparecimento. Na sentença genitiva, *crescer* mantém seu sentido original, de desenvolvimento: “a grama do campo, que já existia lá, tornou-se maior ou mais extensa”.

As sentenças de tópico-sujeito locativo parecem aproximar-se do que Franchi, Negrão e Viotti (1998) consideram um tipo de construção apresentativa no português brasileiro. Essa construção, formada por verbos ergativos com sujeito posposto, expressaria geralmente a existência, presença ou ausência de algo em uma situação e seria semelhante às sentenças de inversão locativa e de inserção de *there* do inglês. Segundo os autores, ela ocorreria com verbos como *acontecer*, *aparecer*, *chegar*, *existir*, *faltar*, *ir*, *ocorrer*, *sobrar*, *surgir* e *vir*, os quais, como identificamos em nossos dados, também licenciam o tópico-sujeito.

Ainda de acordo com Franchi, Negrão e Viotti (1998), essas construções podem ter ancoragem espaço-temporal, manifesta por meio de sintagmas locativos ou temporais, especialmente à esquerda do verbo; apresentam relativa sensibilidade ao efeito de definitude, pois, embora os sintagmas indefinidos sejam predominantes, ocorrem também sintagmas definidos;¹⁷ e têm estrutura argumental <tema, locação>, sendo o tema mais proeminente em

¹⁷ Os dados de tópico-sujeito locativo, como vimos, admitem tanto sintagmas pós-verbais definidos como indefinidos, embora a indefinidade, expressa por meio de artigos indefinidos, de quantificadores como *muito* e *vários* e de sintagmas nus – contáveis ou massivos, singulares ou plurais – pareça preferencial em alguns casos:

- (i) a. O seu quarto entrou formiga/umas formiguinhas/?o João/?seu irmãozinho/água da chuva/?a água da chuva.

Além disso, certos inacusativos parecem apresentar contrastes quanto à natureza [+/- humana] do sujeito sintático. Veja-se, por exemplo, o verbo *chegar*, em (ii). Tal contraste é notado também por Silva e Farias (2011, p. 12), em (iii):

- (ii) a. ?? Chegado o João, pudemos iniciar a reunião.
b. Chegadas as cartas, pudemos iniciar a leitura.
- (iii) a. O João/* A carta chegou voluntariamente/propositadamente/intencionalmente a/em Lisboa.
b. O João/* A carta chegou a/na cidade por acaso/sem querer.
c. O João/* A carta chegou à universidade para participar da reunião.

Silva e Farias (2011, p. 14) sugerem que um sujeito humano recebe uma função- θ externa agentiva do complexo verbo+PP complemento, não devendo ser abordado como sujeito derivado, mas como sujeito temático. Isso não ocorreria com sujeitos não humanos, que não estariam numa posição-A, o que se evidenciaria no teste de ligação em (iv):

uma hierarquia temática, e portanto selecionado como argumento externo, mas podendo ocorrer também em posição pós-verbal, caso em que se codifica sintaticamente um foco apresentativo. Dois exemplos trazidos pelos autores são:

- (68) a. [Na estrada] de vez em quando aparecem as riscas no chão marcando o início de pista.
 b. É, o pato é assim. Ele vem o pato cozido, feito uma espécie de canja.

Em síntese, as construções de tópico-sujeito locativo diferem das de tópico-sujeito genitivo ao menos nos seguintes aspectos: a interpretação das genitivas envolve elementos de um conjunto, e a das locativas, a presença/ausência ou o aparecimento/desaparecimento de um elemento em um local. As genitivas impõem mais restrições quanto ao DP pós-verbal, que é, em geral, pleno e tem interpretação específica. O DP pós-verbal das locativas, por sua vez, é preferencialmente não específico (indefinido ou nu), embora possa ser definido também. Os verbos das construções genitivas são inacusativos típicos de mudança de estado; os verbos das locativas, como desenvolveremos adiante, são inacusativos que selecionam um argumento tema, mas também um sintagma locativo. A próxima seção busca precisar o que talvez esteja subjacente a esses contrastes: a estrutura argumental.

3.3 Os tópicos-sujeitos e a estrutura argumental

Defendemos acima que as construções de tópico-sujeito genitivo e locativo são distintas, e um dos elementos que gera essa distinção é a natureza dos verbos que as formam. Nas sentenças genitivas, em geral os verbos expressam mudança de estado e participam da alternância causativa, tais como *amarelar*, *estourar*, *estragar*, *furar* e *quebrar*. Nas sentenças locativas, os verbos denotam a situação de um elemento tema em relação a um local, a exemplo de *aparecer*, *bater*, *caber*, *chegar*, *entrar*, *faltar*, *passar*, *sobrar* e *vir*.

-
- (iv) a. O João_i chegou a/em sua_i casa.
 b. * A carta_i chegou a/em sua_i casa.

Os dados de tópico-sujeito também parecem mais produtivos com sintagmas não humanos (cf. (i)). Deixaremos essa restrição para investigação futura.

Vimos ainda, na primeira parte deste capítulo, que a literatura sobre as construções de tópico-sujeito tem tratado esse fenômeno associando-o à inacusatividade verbal: se Pontes (1986, 1987) já apontava que as construções de tópico-sujeito ocorrem com verbos tipicamente intransitivos, Galves (1998, 2001) mostra que elas não têm agente implícito, portanto não projetam argumento externo, e Lobato (2006) e Lunguinho (2006) afirmam que tais sentenças são possíveis com verbos inacusativos. Buscando dar conta das distinções entre o tópico-sujeito genitivo e o locativo, nossa proposta acata a ideia de inacusatividade para ambos os casos, mas oferece uma distinção quanto ao número de argumentos: o tópico-sujeito genitivo é formado com verbos de um só argumento, mas o tópico-sujeito locativo se licencia com verbos inacusativos biargumentais. Para tanto, esta seção reforça as distinções entre as sentenças genitivas e locativas, mas agora sob uma perspectiva estrutural. Ao fazê-lo, aborda o estatuto de argumento do elemento locativo.

Ambas as construções de tópico-sujeito que vimos estudando compartilham a ordem superficial [DP V DP]. Porém, elas diferem quanto à possibilidade de supressão de um dos DPs: observando-se (69), nota-se que as frases são gramaticais mesmo não estando explícito o elemento possuidor do sintagma *o pneu*; já em (70), a ausência do elemento locativo gera agramaticalidade:¹⁸

- (69) a. Furou o pneu.
b. O pneu furou.

- (70) a. * Bate bastante sol.
b. * Bastante sol bate.

Esse contraste permite considerar que os sujeitos possuidor e locativo nas construções de tópico-sujeito têm estatutos distintos. No tópico-sujeito genitivo, o sintagma possuidor (o

¹⁸ Nem toda sentença fica agramatical quando se omite o elemento locativo:

- (i) Chegaram as cartas.
(ii) Faltam especialistas em reabilitação de viciados. (Correio Braziliense, 23 jan. 2011, p. 1)

Mesmo nesses casos, o elemento locativo pode ser interpretado. Há duas maneiras de lidar com isso: afirmar que o argumento locativo está sempre presente, mesmo que não fonologicamente; ou afirmar que ele é projetado opcionalmente. Segundo Raposo (1992, p. 92), “os complementos de um verbo completam o seu significado, e são em geral obrigatórios. Quando são omitidos, podem verificar-se duas situações: (i) ou a significação intrínseca do verbo não é completamente expressa e a frase não é gramatical [...]; (ii) ou a significação intrínseca do verbo é expressa, e o complemento ausente é interpretado de modo ‘subentendido’[...]”. Daí seriam possíveis frases como *O João já comeu*. Para fins de simplicidade argumentativa, neste trabalho assumiremos que o argumento locativo é opcional, deixando maiores questões teóricas para uma investigação futura.

todo) e o sintagma possuído (a parte) formam um só constituinte subjacente, o argumento interno (Lunguinho, 2006). O possuidor associa-se ao nome possuído e é, portanto, analisado em termos da valência desse nome (Perini, 2008). O sintagma possuído é quem satisfaz a grade argumental do verbo, podendo o possuidor ser suprimido sem que isso ocasione agramaticalidade. Já no tópico-sujeito locativo, o sintagma locativo não forma, com o sintagma tema, um constituinte. Há dois constituintes, o argumento tema e, conforme defenderemos a seguir, o argumento locativo. Essa descrição fica mais clara se fazemos testes de constituência com as contrapartes preposicionadas das construções de tópico-sujeito:

- (71) *O meu carro furou o pneu*¹⁹
- a. O pneu do meu carro, ele furou.
 - b. * O pneu, ele furou do meu carro.
 - c. Foi o pneu do meu carro que furou.
 - d. * Foi o pneu que furou do meu carro.

- (72) *Essa casa bate sol*
- a. * O sol nessa casa, ele bate.
 - b. O sol, ele bate nessa casa.
 - c. * É sol nessa casa que bate.
 - d. É sol que bate nessa casa.

Em (71), os elementos possuidor e possuído formam um só constituinte preposicionado e devem ficar adjacentes. A falta de adjacência resulta na agramaticalidade de (71b) e (71d). Em (72), há dois constituintes, um DP tema e um PP locativo, que podem ser

¹⁹ Sentenças como (71d) só são “salvas”, talvez, se licenciadas via focalização identificacional. O foco identificacional, conforme propõe Miotto (2003), está presente nas clivadas do português e veicula informação de exaustividade: o subconjunto exaustivo de um conjunto de elementos ao qual o predicado se aplica. Assim, dada uma pergunta que requer informação exaustiva, (71d) seria uma resposta adequada. Por exemplo, um contexto seria este: percebendo a existência de problemas em seu carro, João leva o veículo à oficina. O mecânico faz a avaliação e informa que duas partes do carro estão estragadas. João, tentando entender o problema, pergunta:

- (i)
 - a. – O que foi que estragou do meu carro?
 - b. – Estragou o catalisador e a injeção eletrônica do meu carro.
 - c. – Foi o catalisador e a injeção eletrônica que estragou(/?estragaram) do meu carro.
 - d. – O que estragou do meu carro foi o catalisador e a injeção eletrônica.

Como nos demais casos de foco identificacional, a interpretação é a de exaustividade: “o que estragou do carro foram duas coisas, o catalisador e a injeção”. Mas veja-se que o licenciamento somente é possível com a focalização, pois uma frase como (ii) é claramente agramatical:

- (ii) * O pneu furou do meu carro.

separados pelo verbo, de tal forma que (72b) e (72d) são gramaticais. Dessa mesma existência de um ou dois constituintes decorre outra diferença entre as construções de tópico-sujeito genitivo e locativo: o constituinte formado pelos sintagmas possuidor e possuído pode ocorrer na posição pré ou pós-verbal, mas isso não acontece com os constituintes tema e locativo:

- (73) a. Furou o pneu do meu carro.
b. O pneu do meu carro furou.

- (74) a. Bate bastante sol nessa casa.
b. * Bastante sol nessa casa bate.

Os fatos de que os elementos tema e locativo são constituintes distintos e de que o locativo nem sempre pode ser suprimido, como mostrou (70), nos levam à ideia de que os verbos que formam as construções de tópico-sujeito locativo têm dois argumentos, os quais “concorrem” na posição pré-verbal. Uma primeira observação nesse sentido é que verbos inergativos, tipicamente monoargumentais, não formam sentenças de tópico-sujeito, ainda que haja elemento locativo na sentença:

- (75) a. Os melhores da equipe nadaram na piscina do Sesc.
b. Na piscina do Sesc nadaram os melhores da equipe.
c. * A piscina do Sesc nadou os melhores da equipe.

Relevantemente, (75c) mostra que, se o elemento locativo de uma sentença intransitiva, como (75a-b), é um adjunto, ele não pode ser um sujeito locativo não preposicionado em uma variante dessa mesma sentença.

Eliminada a possibilidade de verbos inergativos com adjunto formarem sentenças de tópico-sujeito locativo, uma hipótese que surge é que os verbos dessas construções têm o locativo como argumento. Sugerimos que os verbos do tópico-sujeito locativo selecionam de fato dois argumentos, mas nenhum dos dois externos, o que os diferencia dos verbos transitivos. Em outras palavras, retomamos a ideia de Kato (1989, p. 117) de que,

[...] quando temos sentenças com dois argumentos, em que um deles não é um agente volitivo, as línguas tendem a neutralizar a codificação desses argumentos na sintaxe superficial, às vezes tratando ambos como argumentos internos, ou marcando os dois argumentos não-agentivos com o mesmo caso, ou ainda apresentando ordens alternativas de tal forma que o mesmo argumento apareça ou como sujeito ou como objeto do mesmo verbo.

Conforme as possibilidades de codificação mencionadas pela autora, deve haver uma sentença como (76a), com dois argumentos internos ao VP; ou ainda como (76b) ou (76c), com o mesmo sintagma como sujeito ou objeto:²⁰

- (76) a. Bate sol nessa casa.
 b. O sol bate nessa casa.
 c. Essa casa bate sol.

Como se vê em (76b-c), tanto o elemento tema como o locativo podem ser o sujeito da oração. Isso se relaciona com o fato de que não há, nessas sentenças, um argumento externo que possa ocupar imediatamente essa posição. Daí, por exemplo, as apassivações em (77) serem agramaticais (diferentemente dos predicados transitivos típicos, que têm argumento externo e admitem uma estrutura passiva):

- (77) a. * Bastante sol é batido nessa casa.
 b. * Essa casa é batida bastante sol.

A hipótese de que os verbos das construções de tópico-sujeito locativo têm um argumento interno tema e outro locativo implica uma cisão na classe dos inacusativos. De fato, observamos que os inacusativos típicos, de mudança de estado, não permitem essa construção, mesmo que ocorram com adjunto locativo:

- (78) a. Quebrou um copo naquela pia.
 b. * Aquela pia quebrou um copo.

Se (78b) fosse gramatical, sua interpretação seria a de que a *pia* causou a quebra do *copo*, como a *piscina do Sesc* teria causado a *natação dos melhores da equipe*, caso (75c) fosse gramatical. Um exemplo gramatical, mas na leitura irrelevante – pois é de causa e não de local –, é (79a), que não é sinônima a (79b):

- (79) a. Aquele buraco furou o pneu do meu carro.
 b. O pneu do meu carro furou naquele buraco.

²⁰ Viotti (c. p.) observa que o próprio fato de ser mais natural a ordem VS, que é a ordem da estrutura argumental, em (76a), corrobora a afirmação de que há dois argumentos internos nessas sentenças.

Com isso constatamos que, quando um sintagma locativo adjunto em uma sentença é encontrado na posição de sujeito de uma sentença variante, sem preposição, esta segunda oração tem significado causativo.²¹ Mas quando o sintagma locativo é argumento, como propomos para o caso dos verbos inacusativos biargumentais, sua interpretação na posição de sujeito não se altera:

- (80) a. Entrou formiga [_{LOC} nesse pote].
 b. [_{LOC} Esse pote] entrou formiga.

Um teste revelador da biargumentalidade de alguns inacusativos é apresentado por Silva e Farias (2011), ao defenderem que verbos do tipo *ir* e *chegar* são verbos de dois lugares que selecionam um PP argumento. Segundo os autores, esse PP deve ficar adjacente ao verbo – (81) –, diferentemente do PP adjunto – (82). Assim como *chegar*, *entrar* também forma construções de tópico-sujeito – (83) – e tem PP locativo com estatuto argumental.²²

- (81) a. O João chegou a/em casa. (*PE com *em*)
 a'. Foi chegar a/em casa o que o João fez.
 a''. * Foi chegar o que o João fez a/em casa.
 a'''. * Foi a/em casa o que o João fez chegar. (Silva; Farias, 2011, p. 11)
- (82) a. O João trabalha em Maceió.
 a'. Foi trabalhar em Maceió o que o João fez.
 a''. Foi trabalhar o que o João fez em Maceió. (Silva; Farias, 2011, p. 11)
- (83) a. Esse pote entrou formiga./As formigas entraram nesse pote.
 a'. Foi entrar no pote o que as formigas fizeram.
 a''. * Foi entrar o que as formigas fizeram no pote.

O argumento mais preciso em favor da biargumentalidade de alguns inacusativos advém das possibilidades de extração de uma ilha fraca. Ilhas fracas são contextos sintáticos que permitem a extração de argumentos, mas não de adjuntos. Por exemplo, Negrão (1999, p.

²¹ Esse efeito de sentido causativo é relevante porque será encontrado com verbos transitivos, abordados adiante.

²² Um dado de tópico-sujeito com *chegar* é *Minha casa chegou uma encomenda*. Esse teste funciona melhor com verbos eventivos, por causa da natureza eventiva de *fazer*.

181), estudando a estrutura sentencial do português brasileiro no que toca às extrações QU-, mostra que a extração de material sintático de interrogativas indiretas é possível se o elemento QU- for deslocado a partir da posição de sujeito ou de complemento, mas não de adjunto:

- (84) a. Quem_i a secretária não sabe [se t_i já deixou o currículo para ser analisado]?
 b. O que_i a secretária não sabe [se a Cristina já deixou t_i no departamento]?
 c. * Por que_i a secretária não sabe [se a Cristina deixou estes documentos no departamento t_i]?

Essa é uma condição encontrada também nos dados de tópico-sujeito locativo, cujo comportamento no mesmo tipo de ilha permite caracterizar tanto tema quanto locativo como argumentos:

- (85) *O motorista não sabe se vai caber toda a mudança no caminhão/toda a mudança vai caber no caminhão/o caminhão vai caber toda a mudança.*

Tema argumento

- a. O que_i (que) o motorista não sabe [se vai caber t_i no caminhão]?
 b. O que_i (que) o motorista não sabe [se t_i vai caber no caminhão]?
 c. O que_i (que) o motorista não sabe [se o caminhão vai caber t_i]?

Locativo argumento

- d. Onde_i/em que_i (que) o motorista não sabe [se vai caber toda a mudança t_i]?
 e. Onde_i/em que_i (que) o motorista não sabe [se toda a mudança vai caber t_i]?
 f. Onde_i/o que_i (que) o motorista não sabe [se t_i vai caber toda a mudança]?

Observe-se que o comportamento do argumento locativo em (85) difere do locativo adjunto, encontrado em sentenças com verbos inergativos ou transitivos:

- (86) *O João não sabe se o motorista trabalha nessa firma.*
 a. * Onde_i (que) o João não sabe [se o motorista trabalha t_i]?

- (87) *O João não sabe se vende livro esotérico na livraria do Chiquinho.*
 a. * Onde_i (que) o João não sabe [se t_i vende livro esotérico]?

E note-se, finalmente, que o estatuto do DP locativo em (85) é distinto do estatuto dos DPs das sentenças de tópico-sujeito genitivo, formadas por inacusativos monoargumentais:

(88) *O mecânico não sabe se furou o pneu do carro/o pneu do carro furou/o carro furou o pneu.*

Possuído (subconstituente-parte do argumento tema)

- a. * O que o mecânico não sabe [se furou t_i do carro]?
- b. * O que o mecânico não sabe [se t_i do carro furou]?
- c. * O que o mecânico não sabe [se o carro furou t_i]?

Possuidor (subconstituente-todo do argumento tema)

- d. * Do que o mecânico não sabe [se furou o pneu t_i]?
- e. * Do que o mecânico não sabe [se o pneu t_i furou]?
- f. * O que o mecânico não sabe [se t_i furou o pneu]?

Possuído e possuidor (constituente tema)

- g. O que o mecânico não sabe [se furou t_i]?

Essas evidências mostram que ambos tema e locativo são argumentos dos verbos encontrados nas construções de tópico-sujeito locativo. Poderíamos, porém, levantar ainda a hipótese de que um desses argumentos é externo, e o outro, interno. Não haveria, dessa maneira, inacusativos biargumentais, mas verbos transitivos com argumento externo locativo.²³ Entretanto, essa não nos parece uma possibilidade viável. Como veremos, as sentenças transitivas com sujeito locativo são distintas das de tópico-sujeito locativo, formadas por inacusativos. Fundamentalmente, o sujeito locativo superficial das construções de tópico-sujeito é um sujeito derivado.²⁴

A hipótese de a biargumentalidade nas construções de tópico-sujeito locativo corresponder a uma transitividade não se sustenta. Se esses verbos fossem transitivos, seu objeto deveria poder sofrer apassivação – uma previsão que já mostramos em (77), mas reiteramos abaixo – ou substituição por um clítico acusativo:

²³ Uma possível transitividade talvez desse conta também da Generalização de Burzio (1986), segundo a qual um verbo só atribui papel temático ao argumento externo se atribuir Caso ao argumento interno: o verbo transitivo atribuiria Caso ao argumento tema e também poderia atribuir papel temático locativo ao sujeito. Conforme veremos, porém, os predicados de tópico-sujeito não são transitivos, e essa generalização precisará ser tratada de outra forma neste trabalho (cf. capítulo 4).

²⁴ Alguns dos testes apresentados nesta seção em relação ao caráter derivado do sujeito encontram-se em Beletti e Rizzi (1988), cuja proposta será abordada no próximo capítulo.

- (89) a. * Bastante sol é batido por essa casa./* Essa casa o bate.
 b. * A formiga foi entrada por esse pote./* Esse pote a entrou.

Como afirmam Beletti e Rizzi (1988, p. 308), “[...] estruturas com sujeitos não temáticos não podem ser apassivadas: em geral as línguas naturais não permitem (outra) apassivação de verbos de passiva, alçamento ou ergativos”. Os sujeitos das sentenças de tópico-sujeito locativo parecem, nesse sentido, não temáticos.

Além disso, se considerássemos os verbos das construções de tópico-sujeito locativo como transitivos, estaríamos igualando-os a verbos como este em (90), uma construção agentiva ou causativa:²⁵

- (90) Aquela loja vende livro. (Avelar, 2009, p. 232)

Mas o verbo de (90), apesar de também admitir locativo sujeito, é tipicamente transitivo e, portanto, tem comportamentos não identificados nos verbos em (89):

- (91) a. Livros são vendidos por aquela loja./Aquele loja os vende.

Ademais, nas sentenças transitivas, o sintagma locativo adquire interpretação agentiva ou causativa quando se encontra pré-verbal – (90). Assim ele pode, por exemplo, ser manifesto como sintagma-*por* em uma oração na voz passiva – (91). Tal sentido agentivo/causativo é captado ainda em dados como (92) e (93), em que o sintagma locativo adjunto de orações transitivas ocupa a posição de sujeito em uma variante dessas sentenças:²⁶

- (92) a. A gasolina que você usa tá fazendo aquele barulhinho esquisito no motor.
 b. O motor tá fazendo um barulhinho esquisito.

- (93) a. Você está gravando direito aí nesse gravador?
 b. Esse gravador está gravando direito aí o que você está falando?

(Franchi; Negrão; Viotti, 1998)

²⁵ Nossa preocupação não é terminológica, mas meramente descritiva. Visamos diferenciar as construções com sujeito locativo formadas com verbos transitivos daquelas de tópico-sujeito, formadas com outra classe verbal. Portanto, “agente” ou “causa” servirão meramente como rótulos descritivos, sem implicações teóricas posteriores.

²⁶ Franchi, Negrão e Viotti (1998) referem-se aos dados em (92) e (93) como um “emprego transitivo-causativo” dos verbos.

Já havíamos notado esse efeito de significado em (78), uma sentença com um inacusativo monoargumental, que compartilha com os dados com verbos transitivos o fato de ter sintagma locativo adjunto. Uma vez manifesto como sujeito não preposicionado, esse locativo passa a denotar causa ou agente, o que não ocorre quando se trata de um locativo argumento (como vimos em (80)).

A diferença entre as construções de tópico-sujeito locativo e as construções agentivas como (92b-93b) decorre da origem do elemento que ocupa a posição de sujeito: nas sentenças agentivas (transitivas), é um adjunto;²⁷ nas locativas (inacusativas), é um argumento interno.

Um argumento em favor de o sujeito das construções de tópico-sujeito locativo ser na verdade um objeto movido para essa posição é o uso de *pro*. A interpretação arbitrária de *pro* só é possível com verbos que selecionam argumentos externos (Belletti; Rizzi, 1988). Nesse sentido, um comportamento sintático identificado nos verbos transitivos, mas não nos verbos das construções de tópico-sujeito – neste caso, tanto genitivo como locativo –, é a possibilidade de gerarem uma estrutura de indeterminação do sujeito no português brasileiro. Nessa estrutura, há um verbo transitivo na terceira pessoa do singular e uma categoria vazia na posição de sujeito de oração matriz (Lunguinho; Medeiros Júnior, 2009, p. 10):

- (94) a. Matou um rapaz no show do Zezé di Camargo e Luciano ontem.
b. Lava sofá.

A interpretação desses dados é a de que *alguém*, correspondente a um argumento externo sujeito cuja referência não está identificada no discurso, executa a ação expressa pelo verbo. Esses dados contrastam com (95), em que não há licenciamento de sujeitos nulos referenciais sem antecedente no discurso (Lunguinho; Medeiros Júnior, 2009, p. 11):²⁸

- (95) a. * Chegou ontem.
b. * Vai para casa.

²⁷ Foge aos limites desta dissertação analisar as construções transitivas com sujeito locativo. Portanto, é apenas com fins descritivos que as caracterizamos como tendo um adjunto não preposicionado na posição de sujeito. Outra possibilidade descritiva seria afirmar que, nesse caso, o locativo seria originado diretamente na posição de argumento externo (Spec, vP), daí seu sentido agentivo/causativo. Deixamos a análise dessas construções para uma investigação futura.

²⁸ Exibimos dados com terceira pessoa do singular para acompanhar a descrição de Lunguinho e Medeiros Júnior (2009), mas o mesmo vale para a estratégia de indeterminação com verbo na terceira pessoa do plural – (i-ii).

- (i) Roubaram o som do carro do André.
(ii) * Chegaram ontem lá em casa.

Os dados em (96), agramaticais na leitura de sujeito nulo arbitrário, também não licenciam sujeitos nulos não referenciais, pois tampouco seus verbos têm argumento externo:²⁹

- (96) a. * Coube na mala ontem pra fazer uma viagem longa.
 b. * Apareceu lá no jardim pra assustar os supersticiosos.
 c. * Entrou no pote pra comer o açúcar.
 d. * Quebrou um pote na cozinha anteontem tentando alcançar o armário.

Como vimos anteriormente, observação semelhante já foi feita por Costa e Galves (2001) e Galves (1998, 2001), que apontaram que os verbos do tópico-sujeito não têm agente implícito nem projetam argumento externo.

Nesse mesmo sentido, construções de alçamento com *se* indeterminado são boas com sujeitos temáticos, mas não com sujeitos derivados:³⁰

- (97) a. Parece ter-se trabalhado muito nas obras da catedral.
 b. Parece ter-se corrido muito nesta pista.
 c. ?Parece ter-se dormido cedo.
 d. Parece ter-se comprado muitas roupas na liquidação de ontem.
 e. Parece ter-se construído um estacionamento novo no centro da cidade.
- (98) a. ? Parece ter-se chegado tarde demais para o concerto.
 b. * Parece ter-se cabido tudo.
 c. * Parece ter-se aparecido no jardim.
 d. * Parece ter-se entrado nesse pote.
 e. * Parece ter-se quebrado.
 f. * Parece ter-se furado.

²⁹ Uma crítica ao teste da arbitrariedade de *pro* é que ele seria sensível, na verdade, à distinção semântica entre predicados agentivos ou não agentivos, mas não necessariamente ao contraste sintático entre sujeito e complemento (cf. Naves (2005)). Como muitos inacusativos seriam não agentivos, isso geraria a impressão de que o teste os distinguiria de predicados transitivos ou inergativos, comumente agentivos. Apesar dessa possível limitação, nossa opção por manter esse teste se dá em razão do contraste apresentado em contextos como (96b-c), em que os verbos exigiriam sujeitos animados, um traço compartilhado por agentes.

³⁰ Teste de Belletti e Rizzi (1988), com base em Cinque (1987). A sentença (97c) mostra que esse teste funciona melhor com predicados agentivos, o que, porém, não elimina o contraste geral entre (97) e (98). Os dados (98e-f) são agramaticais na leitura de que *alguém* quebrou ou furou algo.

Diante disso, nossa proposta vai no sentido de uma inacusatividade biargumental dos verbos que formam o tópico-sujeito locativo. Assim, os verbos dessas construções compartilham com os transitivos a biargumentalidade, mas projetam seus argumentos diferentemente. Não há nelas argumento externo, de modo que o sujeito (locativo) nessas construções é derivado, gerado via movimento a partir de uma posição interna ao VP.

3.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, partimos das propostas apresentadas por Galves (1998, 2001), Lobato (2006) e Lunguinho (2006) para desenvolver nossa descrição e análise das construções de tópico-sujeito. Uma das contribuições de que nos apropriamos foi o fato de essas construções não projetarem argumento externo agente e se licenciarem com verbos inacusativos. Com base nisso, observamos os dados de tópico-sujeito sob a ótica da estrutura argumental. A conclusão foi a de que essas construções de fato se constroem com inacusativos, porém, no caso das locativas, não há inacusativos típicos monoargumentais, mas inacusativos que selecionam dois argumentos. Esse contraste é, talvez, o que está subjacente a outras distinções entre ambas as construções, como a configuração do DP pós-verbal e as leituras de evento apenas para as genitivas, e de eventos e estados para as locativas.

As construções de tópico-sujeito genitivo se formam com inacusativos cujo único argumento é um constituinte que se encontra descontínuo, nos termos do que propõe Lunguinho (2006). As construções de tópico-sujeito locativo, porém, não se encaixam nessa análise e receberão um tratamento diferenciado no próximo capítulo. Nesse sentido, sugerimos que há uma derivação para cada tipo de tópico-sujeito, especificamente no tocante ao elemento que se torna sujeito: um DP possuidor, subconstituente de um argumento interno tema (Lobato, 2006; Lunguinho, 2006), no caso do tópico-sujeito genitivo; e um argumento interno locativo, no caso do tópico-sujeito locativo.

Ainda uma palavra em relação ao recorte que propomos é relativa aos dados de locativos agentivos, como repetimos em (99), e outros dados com sujeito locativo:

(99) O motor tá fazendo um barulhinho esquisito.

(100) a. Brasília chove demais.

b. O litoral nordestino choveu um temporal danado no último verão.

(101) Aquele baú tem roupa suja.

(102) Minha chácara está dando estas jabuticabas deliciosas. (Negrão; Viotti, 2008, p. 185)

Embora tenham sujeitos locativos, essas sentenças não entram em nosso recorte de análise. Quanto a (99), já vimos que se trata de uma construção com propriedades de estrutura transitiva, o que a distingue dos dados descritos (neste trabalho e na própria literatura) como de tópico-sujeito. Quanto a (100), há duas considerações: primeiro, (100a) não compartilha a ordem [DP V DP], caracterizadora das construções de tópico-sujeito; segundo, (100), assim como (101) e (102), se forma com verbos que têm propriedades particulares. A classe de (100) é constituída por verbos *quasi*-argumentais (cf., por exemplo, a descrição de Kato e Duarte (2008) em 2.1.3), e a classe de (101) e (102) é formada por verbos leves (Scher, 2003; Viotti, 2003).³¹ Essas classes são alvo de investigações maiores, e portanto mereceriam uma observação mais detida, o que não faremos aqui.

Vamos nos limitar a afirmar que o fato de essas sentenças admitirem locativos sujeitos tem a ver com a disponibilidade de uma posição de sujeito a ser preenchida. Talvez por não terem essa disponibilidade, verbos inergativos não licenciam tópicos-sujeitos. Verbos transitivos, que, assim como os inergativos, selecionam um argumento externo, podem ter sujeitos locativos, mas estes adquirem sentido agentivo. Assim sendo, ainda que estendêssemos a noção de “tópico-sujeito” encontrada na literatura a fim de abarcar dados como (99), (100b), (101) e (102), permaneceria nosso argumento de que esse rótulo abrange um fenômeno heterogêneo em termos de estrutura argumental. Como nosso objetivo não é estender essa noção nem lidar com esses outros tipos de sentença – que justificariam investigações futuras –, definiremos como recorte final de análise, no próximo capítulo, aquelas que vimos chamando de tópico-sujeito locativo, formadas por inacusativos biargumentais. E, quanto às sentenças de tópico-sujeito genitivo, assumiremos como suficiente para os propósitos deste trabalho a proposta de Lunguinho (2006).

³¹ Com relação a (101), vale lembrar que, segundo Freeze (1992), verbos existenciais exigem dois argumentos, um tema e um locativo. Também Kato e Duarte (2008) apontam nessa direção, ao descreverem o alçamento do locativo “argumento” em construções existenciais, como *Londres tem prédios lindos* (cf. 2.1.3). Com relação a (102), Negrão e Viotti (2008) afirmam tratar-se de sentença que envolve um verbo impessoalizado – com propriedades distintas das de *dar* prototípico –, um processo no qual há alteração da diátese verbal e o argumento *minha chácara* é realizado na posição de sujeito quando não há agente projetado.

4 A HIPÓTESE DA INACUSATIVIDADE BIARGUMENTAL E O TÓPICO-SUJEITO LOCATIVO

A análise empírica feita no capítulo anterior aponta para a existência de verbos inacusativos biargumentais e, conseqüentemente, para o fato de a classe dos inacusativos não ser homogênea. Mas a hipótese da inacusatividade biargumental não é trivial, pois os inacusativos são tradicionalmente descritos como uma subclasse dos verbos monoargumentais. Assim, este capítulo apresenta descrições presentes na literatura sobre a heterogeneidade dessa classe de verbos no português e, em seguida, algumas propostas que também sustentam a biargumentalidade de certos inacusativos. O objetivo é, ao final do capítulo, elaborar uma proposta de derivação das sentenças de tópico-sujeito locativo.

Os inacusativos são uma subclasse dos verbos de um só argumento. A Hipótese Inacusativa foi formulada por Perlmutter (1978 *apud* Alexiadou; Anagnostopoulou; Everaert, 2004), no âmbito da Gramática Relacional, e propunha uma cisão entre os verbos monoargumentais. Entre eles, haveria os inergativos e os inacusativos, que difeririam quanto à estrutura sintática subjacente. Os inergativos teriam um sujeito profundo, e os inacusativos, um objeto profundo que se torna sujeito superficial.

Já na década de 1980, no âmbito da Teoria da Regência e Ligação, Burzio (1986) adotou a hipótese de Perlmutter para analisar dados do italiano. Ele mostrou que verbos de um só argumento diferem estruturalmente, por exemplo, quanto à cliticização com *ne* (que segundo o autor só é possível com objetos diretos) e à seleção do auxiliar *essere* (mesmo verbo usado nas passivas verbais) ou *avere*, formando as classes de *chegar* e de *telefonar*:

- (1) a. Giovanni arriva.
 Giovani chega
 b. Ne arrivano molti.
 Muitos deles chegam
 c. Giovanni è arrivato.
 Giovani chegou
- (2) a. Giovanni telefona.
 Giovani telefona

b. * Ne telefonano molti

Muitos deles telefonam

c. Giovanni ha telefonato.

Giovani telefonou

(Burzio, 1986, p. 20)

Telefonar é inergativo, e *chegar*, inacusativo (ou ergativo, nos termos de Burzio). A não atribuição de Caso Acusativo por *chegar* gera o movimento do objeto para a posição de sujeito, que acaba sendo ocupada por um elemento não temático. Em seu trabalho, Burzio (1986, p. 178) chega a uma generalização segundo a qual “todos e apenas os verbos que atribuem papel- θ ao sujeito podem atribuir Caso (Acusativo) a um objeto”. Nesse sentido, são inacusativas também as sentenças passivas e as construções com clíticos reflexivos, que absorvem o papel temático externo.

Desde o trabalho de Burzio, vários fenômenos sintáticos, geralmente relacionados à ausência de papel temático externo e à presença de movimento do objeto para a posição de sujeito, foram sendo mencionados na literatura como diagnósticos de inacusatividade em diferentes línguas: seleção do auxiliar, possibilidade de formação de construções resultativas, uso de participípios como predicativos ou adjetivos e cliticização com *ne*, por exemplo (Alexiadou; Anagnostopoulou; Everaert, 2004). Para o português, costumam funcionar testes que envolvem participípios absolutos ou em posição atributiva:¹

- (3) a. As joias desaparecidas são de grande valor.
 b. O crime ocorrido em janeiro ainda não foi solucionado.
 c. Os muros rachados caíram com o terremoto. (Silva, 1999, p. 135-136)
- (4) a. * A menina brincada foi dormir.
 b. * O rapaz dançado foi descansar. (Silva, 1999, p. 138)
- (5) a. Mortos os soldados inimigos, a batalha foi considerada vencida.
 b. * Trabalhados os professores, a escola permaneceu aberta.
 (Silva, 1999, p. 139)

¹ Cf. Eliseu (1984) para uma síntese dos testes de inacusatividade aplicáveis ao português. Mas vale adiantar, como o fazem Silva e Farias (2011, p. 3), que “[...] os diagnósticos comumente utilizados para classificar um verbo como inacusativo no PB e no PE não podem ser aplicados a todas as classes de inacusativos, o que culmina, portanto, na não-homogeneidade dessa classe verbal”. Um exemplo é * *O João chegado me parece cansado* (Silva; Farias, 2011, p. 9).

Entretanto, se inicialmente a distinção entre inergativos e inacusativos foi feita para diferenciar os predicados monoargumentais, posteriormente foram surgindo propostas de que a inacusatividade não se limitaria a verbos de um só lugar, podendo estender-se a predicados biargumentais. Exemplos disso são alguns verbos psicológicos, conforme se verá em Belletti e Rizzi (1988), adiante, e verbos que selecionam um tema e um alvo/fonte, como estes do inglês e do holandês:

- (6) a. The ring passed to Mary.

O anel passou para Maria

- b. De teugels ontglipten hem.

As rédeas escorregaram dele

‘*As rédeas lhe escaparam*’ (Alexiadou; Anagnostopoulou; Everaert, 2004, p. 4)

Nesse caso, o que diferencia os inacusativos dos inergativos é que estes têm um argumento externo, mas aqueles não, podendo selecionar um ou dois argumentos internos. Na próxima seção, mostraremos que a classe dos inacusativos em português abrange verbos com comportamentos divergentes; em seguida, apresentaremos propostas de inacusativos biargumentais.

4.1 O comportamento diversificado dos inacusativos em português

A heterogeneidade da classe dos inacusativos já foi apontada por alguns autores em relação ao português brasileiro e ao europeu (Duarte, 2003; Silva, 2004; Silva; Farias, 2011). Nesta seção, apresentaremos a descrição feita por Duarte (2003), tomando-a como base para retomar os verbos encontrados nas construções de tópico-sujeito.

Duarte (2003) recupera os testes verbais propostos por Eliseu (1984) – participio absoluto, substituição do argumento interno por pronome nominativo, participio em posição predicativa ou atributiva, apassivação, nominalizações em *-vel* e *-or*. Mas, constatando que o comportamento dos verbos inacusativos quando submetidos a esses testes não é homogêneo, divide-os em classes semânticas:²

² Inspirada em Levin e Rappaport Hovav (1995), que analisaram verbos do inglês (cf. 4.2.2).

- i) Verbos de mudança de estado:³
- i.i) com uma causa externa (alguns dos quais participariam da alternância causativa), como *abrir, apodrecer, cristalizar, derreter, fritar e rasgar*;
- i.ii) com uma causa interna (não alternantes causativamente e não agentivos), de reação física ou psíquica, como *empalidecer*, de emissão, como *explodir*, e de mudança de estado devido à causa interna, como *crescer, florir e morrer*;
- ii) Verbos de movimento que denotam direção inerente, como *cair, chegar/partir, descer/subir, entrar/sair e ir/vir*;⁴
- iii) Verbos de existência e de aparição, como os existenciais *constar, existir e perdurar*, os existenciais locativos, como *morar, residir e viver*, os que denotam ausência ou carência, como *escassear e faltar*, os que denotam a entrada em cena de uma entidade, como *aparecer, brotar e surgir*, os de desaparecimento, como *desaparecer e sumir-se*, e os eventivos, como *acontecer, ocorrer e passar-se*.

Quanto aos dados desta pesquisa, observamos que os verbos que licenciam o tópico-sujeito genitivo enquadram-se entre os de mudança de estado causada externamente:

- (7) a. A bruxa rasgou a barra do vestido da princesa.
 b. A barra do vestido da princesa rasgou.
 c. O vestido da princesa rasgou a barra.

Interessantemente, entre os verbos de mudança de estado devido a uma causa interna, que, como mostra Duarte (2003), têm uma distribuição sintática particular, uma vez que não alternam causativamente – (8b) é agramatical na mesma leitura transitivo-agentiva de (7a) –, encontram-se *crescer* e *nascer*. Como já vimos, a interpretação genitiva ou locativa das sentenças de tópico-sujeito com esses verbos tem a peculiaridade de depender da definitude do DP pós-verbal:

- (8) a. A grama do campinho de futebol cresceu.

³ Cançado e Amaral (2010, p. 4) também apontam distinção semelhante entre certos inacusativos, como os da classe de *mofar*, considerados incoativos pelas autoras (*A roupa ficou mofada*), e os da classe de *nascer*, não incoativos, pois, segundo elas, não acarretam mudança de estado (**O bebê ficou nascido*).

⁴ Especificamente em relação ao verbo *ir* de movimento, o trabalho de Eugênio (2004) aponta a possibilidade de esse verbo selecionar dois argumentos – podendo classificar-se como transitivo ou como inacusativo biargumental.

- b. * A terra fértil cresceu a grama do campinho de futebol.
- c. O campinho de futebol cresceu a grama.
- d. O campinho de futebol cresceu grama.

Esses verbos também diferem dos outros inacusativos de mudança de estado por não terem o mesmo comportamento sintático nos testes de inacusatividade:⁵

- (9) a. *? Empalidecida a Maria, ...
b. *? A Maria está empalidecida. (Duarte, 2003, p. 519)
- (10) a. *? Crescida a grama do campinho de futebol, organizamos o campeonato.
b. *? A grama do campinho está crescida.
c. *? A grama crescida do campinho possibilitou a organização do campeonato.
- (11) a. *? Nascido o dente da Sarinha, tiramos várias fotos dela.
b. * O dente da Sarinha está nascido.
c. *? O dente nascido da Sarinha gerou burburinho na família inteira.

Em relação aos verbos de movimento, Duarte (2003, p. 520) também mostra que eles não alternam causativamente, embora admitam construções de participio absoluto (mas não de participio em posição predicativa):

- (12) a. Caído o cortinado, ...
b. Chegado o João, ...
c. Entrados os atletas, ...
- (13) a. O cortinado está caído.
b. * O João está chegado.
c. * Os atletas estão idos.

Particularmente em relação a verbos de movimento, alguns pesquisadores vêm sugerindo sua biargumentalidade (Holmer, 1999; Caçado; Amaral, 2010; Silva; Farias,

⁵ Mas observe-se que são possíveis construções de participio em posição atributiva do tipo *cabelos crescidos* e *bebê recém-nascido*.

2011). Concordamos com essa ideia, inclusive porque esses verbos também formam construções de tópico-sujeito locativo, como se vê em (14):

- (14) a. Minha casa chegou um caminhão da Coca-Cola.
 b. Esse pote entrou formiga.
 c. Arroz mexicano vai banana frita no meio.
 d. Cada pacote vem quatro figurinhas.

Observe-se, porém, que, apesar de os verbos de (14) serem de deslocamento, o sentido de trajetória parece ser perdido. Tais sentenças focalizam apenas o momento de culminação do evento ou apresentam um sentido existencial: (14d), por exemplo, poderia ser parafraseada como *Em cada pacote, há/tem/existem quatro figurinhas*. É diferente de *vir* em (15a-b), que implica trajetória e não licencia um tópico-sujeito (embora talvez seja possível (15c), em que a interpretação de trajetória também fica em segundo plano, dando lugar a uma interpretação de lista):

- (15) a. O João veio ao concerto.
 b. ?* O concerto veio o João./? O concerto veio um monte de alunos da rede pública.
 c. ? O concerto veio o João, a Maria, o Adão, a Eva...

Além disso, nem todo verbo de movimento inerente produz sentenças gramaticais de tópico-sujeito locativo, como se vê em (16)-(18):

- (16) a. Dois navios partiram daquele porto.
 b. * Aquele porto partiu dois navios./* Aquele porto parte cinco navios por dia.
- (17) a. Uma fruta caiu no chão.
 b. * O chão caiu uma fruta.⁶
- (18) a. Um gatinho desceu daquela árvore.
 b. ? Aquela árvore desceu um gatinho.

⁶ Um de nossos dados é *A primeira prova cai todas as declinações*. Novamente, o sentido de trajetória do movimento se perde, restando uma interpretação existencial.

Nesse caso, parece – embora uma investigação mais minuciosa fosse necessária – confirmar-se a ideia de Tortora (1997), cujo trabalho apresentaremos na próxima seção, de que verbos que contêm a informação de local-fonte (no português, por exemplo, *partir*, *cair* e *descer*) apresentam restrições a certas construções, possibilitadas por verbos de local-alvo. Daí (19b) ser melhor que (18b), apesar de também ter um verbo de movimento:

- (19) a. Um gatinho subiu naquela árvore.
b. Aquela árvore subiu um gatinho.

Finalmente, quanto aos verbos de existência e de aparecimento, Duarte (2003) afirma que eles também não respondem a todos os testes de inacusatividade (como mostramos com o existencial locativo em (20)), mas ainda assim são inacusativos: não admitem nominalizações em *-or*, não aceitam objetos cognatos, aceitam mais facilmente sujeito posposto e têm sujeito tema. Esses verbos formam sentenças de tópico-sujeito locativo, embora, nesse caso, o locativo é que se comporte como sujeito:

- (20) * Vivido o rei no castelo, ...
- (21) a. Essa pasta consta todos os documentos necessários.
b. Aquela casa ali mora o Fagner.
c. Seu cabelo tá faltando queratina.
d. O quintal lá de casa apareceu um gatinho.⁷
e. O e-mail da UnB às vezes aparece e desaparece as coisas.
f. O Japão quase aconteceu um desastre nuclear um dia desses.

Ainda segundo Duarte (2003, p. 547), “a particularidade dos verbos de existência e de aparição especialmente relevante para a compreensão das construções sintáticas que eles definem é que todos eles supõem um constituinte locativo como parte da eventualidade que

⁷ Note-se, porém, que um verbo de aparecimento como *surgir* não parece formar frases tão boas de tópico-sujeito: *?O céu surgiu uma estrela*, **?O fundo do lago emergiu um peixe*. O que está em jogo aqui é, talvez, o fato de *surgir*, como *partir*, implicar um local-fonte. Ainda assim, embora essa generalização sobre local-fonte pareça funcionar aqui, observamos que são gramaticais *Essa torneira não sai água* e *Esse carro tá vazando óleo*, o que pode se relacionar com o fato de elas serem potencialmente ambíguas entre uma leitura locativa e uma genitiva. Com relação a (21e), também essa frase é ambígua entre “desaparecer *do* ou *no* e-mail da UnB”. Não nos é claro se todos os verbos de desaparecimento formariam tópico-sujeito locativo, talvez porque, novamente, esses verbos podem implicar um local-fonte. Assim sendo, manteremos a generalização sobre locais-fonte neste trabalho, mas apontamos que essa é uma hipótese descritiva que carece de aprofundamento.

denotam”. Daí, por exemplo, esses verbos serem produtivos em inversões locativas, como observa a autora.

Em síntese, a análise de Duarte (2003) descreve os inacusativos do português como verbos que compartilham um argumento tema, o que, no entanto, não é suficiente para considerá-los uma classe homogênea, dado que eles exibem comportamentos sintáticos variáveis. Um acréscimo aos verbos mencionados por Duarte (2003) seriam *caber* e *bater*: *caber* corresponde a um predicado estativo, expressando a possibilidade de um tema situar-se em um local; e *bater* expressa o estado de um elemento tema *incidir* sobre um local.

Encontramos, ainda, nos dados de tópico-sujeito, verbos que não são de mudança de estado e que, conforme a descrição acima, selecionam argumentos locativos, mas têm um efeito curioso de admitirem, quando o locativo não está manifesto, também a partição do constituinte tema:

- (22) a. O João caiu o dente./Meu celular caiu a bateria.
b. Tu viu o rapaz ontem, filha, aparecendo a cueca?

Os estudos vêm mostrando que a classe dos verbos inacusativos é heterogênea. Mas eles vêm mostrando, também, que nem todo inacusativo tem um só argumento. Na próxima seção, veremos propostas que apontam para a mesma direção deste trabalho: a de que determinados inacusativos selecionam dois argumentos.

4.2 Três propostas de inacusativos biargumentais

A existência de inacusativos biargumentais tem sido mencionada na literatura para dar conta de uma série de fenômenos. Nesta seção, apresentaremos três propostas que apontam nessa direção para dados do italiano, do inglês e do borgomanerês. A ideia é que, observando trabalhos que compartilham o argumento de que certas construções se licenciam com inacusativos biargumentais, possamos mostrar, na seção final deste capítulo, como se derivam as sentenças de tópico-sujeito locativo.

4.2.1 Inacusativos psicológicos: Belletti e Rizzi (1988)

Belletti e Rizzi (1988) propõem uma análise inacusativa para certos verbos psicológicos do italiano, que segundo eles se dividem em três classes: a de *temere*, a de *preoccupare* e a de *piacere*. *Temere* projeta uma estrutura transitiva comum, com experienciador sujeito e tema objeto; *preoccupare*, inacusativo, projeta uma estrutura com tema sujeito e experienciador objeto; e *piacere*, também inacusativo, projeta um experienciador dativo e um tema nominativo, que podem aparecer pré e pós-verbalmente:

(23) Gianni teme questo.

João teme isso

(24) Questo preoccupa Gianni.

Isso preocupa João

(25) a. A Gianni piace questo.

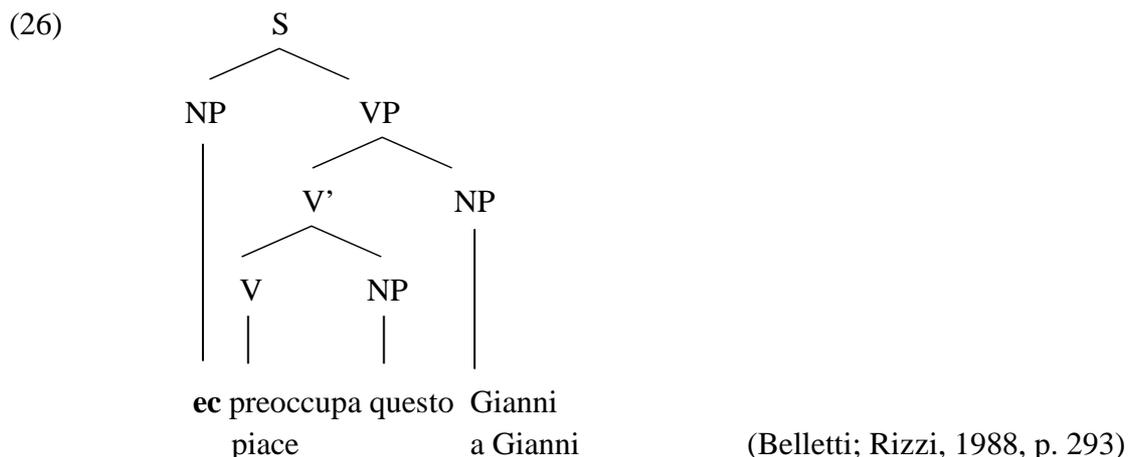
A João agrada isso

b. Questo piace a Gianni.

Isso agrada a João

(Belletti; Rizzi, 1988, p. 291-292)

No âmbito da Teoria da Regência e Ligação, os autores defendem que *temere* tem uma estrutura profunda transitiva, com o experienciador na posição de argumento externo e o tema, na de argumento interno; e *preoccupare* e *piacere*, a estrutura profunda (26), que seria “[...] um tipo de construção de duplo objeto com uma posição de sujeito não temática” (Belletti; Rizzi, 1988, p. 293), para a qual se moveria o tema, em (24) e (25b), e o experienciador, em (25a):



A hipótese de (26) ser a forma subjacente a (24) é defendida com base em duas ordens de argumentos: diferentemente do sujeito de *temere*, o sujeito de (24) não é um sujeito profundo, mas derivado; e o objeto experienciador não tem uma propriedade típica de objetos, a transparência total a extrações. Para o primeiro argumento, levantam-se as seguintes evidências (os autores fazem os testes com a classe de *preoccupare*, mas defendem que a de *piacere* é idêntica, diferenciando-se apenas quanto ao Caso atribuído ao experienciador): a inabilidade do sujeito de vincular um clítico reflexivo anafórico – (27); a impossibilidade de interpretação arbitrária de *pro* com verbo na terceira pessoa do plural – (28); o não encaixamento de sentenças com sujeitos derivados em construções causativas – (29); e a não formação de passivas verbais (embora passivas adjetivais sejam possíveis) – (30):

- (27) a. Gianni si teme.
Gianni se teme
- b. * Gianni si preoccupa.
Gianni se preoccupa (Belletti; Rizzi, 1988, p. 296)
- (28) a. Evidentemente, in questo paese per anni *pro* hanno temuto il terremoto.
Evidentemente, neste país por anos temeram o terremoto
- b. * Evidentemente, in questo paese per anni *pro* hanno preoccupato il governo.
Evidentemente, neste país por anos preoccuparam o governo (Belletti; Rizzi, 1988, p. 301)

- (29) a. Questo lo ha fatto apprezzare/temere/ammirare ancora di più a Mario.
Isso o fez apreciar/temer/admirar ainda mais a Mário
'Isso fez Mário apreciá-lo/temê-lo/admirá-lo ainda mais'
- b. * Questo lo ha fatto preoccupare/commuovere/attrarre ancora di più a Mario.
Isso o fez preocupar/comover/atrainr ainda mais a Mário
'Isso fez Mário preocupá-lo/comovê-lo/atrain-lo ainda mais'
- (Belletti; Rizzi, 1988, p. 303)

- (30) a. Gianni viene temuto da tutti.
João vem temido por todos
'João é temido por todos'
- b. * Gianni viene preoccupato da tutti.
João vem preocupado por todos
'João é preocupado por todos'
- (Belletti; Rizzi, 1988, p. 310-311)

Com base nessas observações empíricas, os autores concluem que o sujeito da classe de *preoccupare* é derivado, advindo de uma posição interna ao VP. A evidência para a estrutura do VP proposta por eles para essa classe, em (26), vem de contrastes como (31) e (32), relativos à sintaxe de anáforas local e de longa distância:

- (31) a. I propri_i sostenitori preoccupano Gianni_i.
Os próprios apoiadores preocupam João
- b. Gianni_i preoccupa i propri_i sostenitori.
João preoccupa os próprios apoiadores
- (32) a. Chiunque dubiti della propria_i buona fede preoccupa Gianni_i.
Quem quer que duvide da própria boa-fé preocupa João
'Quem quer que duvide da boa-fé de João o preocupa'
- b. * Gianni_i preoccupa chiunque dubiti della propria_i buona fede.
João preoccupa quem quer que duvide da própria boa-fé
'João preoccupa quem quer que duvide da boa-fé dele'
- (Belletti; Rizzi, 1988, p. 321)

para a posição de sujeito. Esse movimento seria necessário porque os verbos da classe de *preoccupare* seriam atribuidores de Caso Acusativo inerente, e esse Caso estaria associado ao experienciador. A única diferença entre a classe de *preoccupare* e a de *piacere*, segundo os autores, é que *piacere* atribui Caso Dativo inerente ao experienciador. Uma vez que a atribuição de Caso Dativo se dá via acréscimo de uma preposição, o sintagma experienciador nesse caso pode mover-se livremente, diferentemente dos Acusativos – daí haver (25a), em que o experienciador está, segundo os autores, na posição de sujeito.⁹

Belleti e Rizzi (1988, p. 344) propõem que os verbos contêm em sua entrada lexical uma grade temática e uma grade que indica os Casos inerentes que eles são capazes de atribuir a seus argumentos. O Caso inerente estaria associado a um elemento da grade temática do verbo, e o Caso estrutural seria insensível a informações temáticas. As três classes de verbos psicológicos diferenciam-se quanto ao Caso inerente atribuído:

- (35) a. *temere*
 Grade temática: <experienciador, tema>
 Grade de Caso: < -, - >
- b. *preoccupare*
 Grade temática: <experienciador, tema>
 Grade de Caso: < ACC, - >
- c. *piacere*
 Grade temática: <experienciador, tema>
 Grade de Caso: < DAT, - >

Temere especifica o experienciador como argumento externo (daí a sublinha) e não tem Caso inerente especificado. *Preoccupare* e *piacere* não selecionam argumento externo e atribuem Caso inerente (Acusativo e Dativo, respectivamente) ao experienciador. Uma vez que o experienciador é projetado mais alto que o tema e deve ficar interno ao VP por não ser marcado com papel temático externo, a configuração do VP para essas duas classes de verbo deve ser a encontrada em (26).

⁹ Ambos os argumentos não poderiam ficar internos a VP, segundo os autores, porque essa seria uma possibilidade restrita a predicados eventivos.

A proposta de Belletti e Rizzi (1988) recebeu críticas na literatura, como sintetiza Naves (2005).¹⁰ Um problema é quanto às evidências apresentadas pelos autores para afirmar que o sujeito de verbos da classe de *preoccupare* não são sujeitos profundos. Por exemplo, eles afirmam que esses verbos formam passivas adjetivas, mas não verbais. Porém, há línguas em que a apassivação verbal com psicológicos inacusativos é possível. No português, embora a ideia de Belletti e Rizzi valha para alguns verbos, como apontam Cyrino, Nunes e Pagotto (2009, p. 97) com base no contraste sintático em (36)-(37), há predicados psicológicos que admitem passivas verbais, com *ser* e sintagma-*por*, exemplificados por Naves (2005, p. 58) em (38). Como inacusativos por definição não formam passivas verbais (dado que apassivar é absorver o papel temático do argumento externo), os verbos psicológicos não poderiam ser considerados inacusativos.

- (36) a. O João beijou/beliscou a Maria.
b. A Maria foi beijada/beliscada pelo João.
- (37) a. O João preocupou/entristeceu a Maria.
b. *A Maria foi preocupada/entristecida pelo João.
- (38) a. A mãe foi surpreendida pelo comportamento inusitado da filha.
b. A torcida local foi animada pelo grupo de jogadores reserva.

Outro problema apontado por Naves (2005), bem como por Cançado (1997), refere-se à posição do experienciador, que, segundo Belletti e Rizzi (1988), por permitir ligação anafórica, deve ficar mais alto que o tema. Uma dificuldade nessa proposta é que os fatos relacionados à ligação de anafórico pressuporiam uma estrutura distinta da encontrada com outros tipos de verbo, mas em que ocorre o mesmo tipo de ligação, o que não parece conveniente:

- (39) a. [Os comentários sobre si mesmos]_i fizeram [João e Maria]_i desistir do prêmio.
b. [As armadilhas contra si mesma]_i tornaram [Maria]_i uma pessoa desconfiada.

(Naves, 2005, p. 59)

¹⁰ Como os verbos psicológicos não são o objeto de análise desta dissertação, não listaremos aqui todas as críticas feitas à proposta dos autores. Para uma avaliação mais abrangente da proposta, ver Naves (2005).

(40) A confiança excessiva em si_i mesma matou Maria_i.

(41) A imagem que tinha de si mesma_i não deixava Maria progredir.

(Cançado, 1997)

Quanto às idiossincrasias lexicais envolvidas no Caso atribuído pelos inacusativos psicológicos, um problema seria explicar por que o experienciador recebe Acusativo em uma classe, mas Dativo em outra – e, inversamente, por que o tema, apesar de mais baixo, é que teria de se mover, de modo que o experienciador recebesse Caso inerente. Ainda um contra-argumento apontado por Naves (2005, p. 60) são dados do português em que a atribuição de Dativo parece dever-se a outros fatores que não simplesmente a marcação lexical:

(42) Amar a Deus sobre todas as coisas.

Ainda assim, a proposta de Belletti e Rizzi (1988) nos é interessante na medida em que mostra que é possível existirem inacusativos biargumentais. Esse não era um fato previsto inicialmente nos estudos gramaticais, com os inacusativos definidos como um grupo de verbos monoargumentais. O trabalho de Belletti e Rizzi vai além e propõe como se configura um VP inacusativo que abriga dois argumentos, uma questão estrutural a ser observada nesse tipo de investigação.

4.2.2 *Inacusativos não alternantes: Levin e Rappaport Hovav (1995)*

Levin e Rappaport Hovav (1995) investigam os verbos inacusativos sob a ótica da alternância causativa, considerada um diagnóstico de inacusatividade. Essa alternância seria uma propriedade de verbos inacusativos prototípicos, que, segundo as autoras, indicam mudança de estado: em inglês, *break* e *open*, por exemplo. Esses verbos contrastam com inergativos também prototípicos, como *laugh*, *play* e *speak*, que não alternam causativamente.

Na proposta de Levin e Rappaport Hovav (1995), uma estrutura lexical causativa explica os verbos inacusativos em geral, mas não todos. Segundo elas, a própria alternância causativa revela a existência de duas subclasses de inacusativos – aqueles que alternam, inacusativos prototípicos; e aqueles que, embora comumente mencionados como autênticos

inacusativos, assemelham-se aos inergativos por não alternarem causativamente. São aqueles chamados pelas autoras de verbos de existência e aparecimento.

Os verbos não transitivos são divididos por Levin e Rappaport Hovav (1995) em três tipos: i) os inergativos, que têm em sua estrutura léxico-semântica um só argumento, o externo; ii) os inacusativos monoargumentais, que denotam mudança de estado e têm a representação léxico-semântica de um verbo causativo biargumental, mas selecionam apenas um argumento, interno; e iii) os inacusativos biargumentais, que não se relacionam em sua representação léxico-semântica a verbos causativos mais básicos e selecionam dois argumentos, ambos internos. Segundo elas, não existe motivo para considerar “[...] que todos os verbos inacusativos têm a mesma adicidade e estrutura argumental” (Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 81).

As autoras contextualizam os inacusativos biargumentais partindo da relação intrínseca entre existência e local, traduzida na ideia de que os verbos de existência (como *exist*, *flourish* e *thrive*) têm dois argumentos, um correspondente àquilo que existe e outro correspondente ao local onde essa entidade existe. Levin e Rappaport Hovav (1995) defendem que esses são dois argumentos internos, diferentemente dos predicados transitivos, que selecionam um argumento interno e um externo. Elas afirmam que os verbos de existência relacionam-se semanticamente com os de aparecimento (como *appear*, *emerge* e *arise*) e de desaparecimento (como *disappear* e *vanish*), pois estes denotariam um evento de vir a existir (ou deixar de existir), e aqueles, o estado resultante de um aparecimento. Que esses dois tipos de verbo podem receber um tratamento em comum é defendido com base nas propriedades que eles compartilham: além de requererem argumento locativo, manifesto ou interpretado, são os que mais comumente admitem inversão locativa e inserção de *there*, como ilustram (43)-(44), e não participam da alternância causativa – (45):

- (43) a. In front of her appeared a fabulous sight.
Na frente dela apareceu uma visão fabulosa
- b. In the desert flourished a utopian community.
No deserto prosperou uma comunidade utópica
- (44) a. There appeared a ship on the horizon.
Apareceu um navio no horizonte
- b. There exists a solution to that problem.
Existe uma solução para aquele problema

- (45) a. A star appeared in the sky.
Uma estrela apareceu no céu
- b. * The darkness appeared a star in the sky.
A escuridão apareceu uma estrela no céu

(Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 121-122)

Na visão das autoras, então, uma propriedade que distingue esses verbos dos demais inacusativos é a não participação na alternância causativa. Tal observação é feita em dados do inglês, do hebraico moderno, do italiano e do russo, nos quais não é possível identificar nenhuma associação entre os verbos de existência e aparecimento e uma forma transitiva causativa mais básica, como as autoras defendem ocorrer no caso dos inacusativos típicos. Um argumento em favor dessa constatação é o uso do sintagma adverbial *by itself*, com sentido de “sem ajuda externa”. Voltado para o argumento externo, esse sintagma dá evidência da presença de uma causa em sentenças com inacusativos típicos. Mas, quando associados a inacusativos biargumentais, ou geram agramaticalidade, ou recebem outra interpretação, a de “sozinho”:

- (46) a. The plate broke by itself.
O prato quebrou por si só
- b. The door opened by itself.
A porta abriu por si só (Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 88)
- (47) a. Cassie appeared by herself. (“alone”)
Cassie apareceu sozinha
- b. My mom lived by herself (“alone”)
Minha mãe vivia sozinha
- c. * The solution existed by herself.
A solução existiu sozinha (Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 125)

Para Levin e Rappaport Hovav (1995), (47) mostra que os verbos de existência e aparecimento não têm uma causa em sua representação léxico-semântica. Ainda assim, eles são inacusativos – por exemplo, em inglês eles não atribuem Caso Acusativo, e em italiano, selecionam o auxiliar *essere*. E, ainda segundo as autoras, os verbos de aparecimento podem

ser considerados inacusativos por formarem participios adjetivos (um teste não aplicável aos verbos de existência porque esses participios se formariam com verbos télicos, apenas):

- (48) a recently appeared book, a newly emerged scandal
um livro recém-aparecido, um escândalo recém-surgido

(Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 150)

Avaliando a proposta de Hoekstra e Mulder (1990), Levin e Rappaport Hovav (1995) incluem entre os verbos de existência aqueles de configuração espacial, como *sit*, *stand* e *lie*. As autoras explicam que, nas línguas, os verbos de configuração espacial podem ter até três sentidos não causativos. O primeiro sentido não causativo disponível é o de manutenção de posição por um agente animado, com sintagma locativo opcional – (49a). O segundo é o de tomada de posição também por um agente animado – (49b), novamente com sintagma locativo opcional. Nesses dois casos, as autoras sugerem que o locativo seja adjunto. O terceiro, de simples posição (*simple position meaning*), é não agentivo e informa o local onde se encontra uma entidade não animada – (49c). Nesse terceiro sentido, o sintagma locativo é obrigatório, como mostra (50).

- (49) a. Yvonne stood alone (in the hallway).

Ivone ficou sozinha (no corredor)

- b. Yvonne stood (up).

Ivone levantou-se

- c. The papers lay on the desk.

Os papéis ficam sobre a mesa

- (50) a. The statue stood *(in the corner).

A estátua ficou (no corredor)

- b. The picture is hanging *(on the wall).

O quadro está pendurado (na parede)

(Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 127)

É nesse terceiro significado que os verbos de configuração espacial são incluídos pelas autoras entre os de existência, pois compartilham a informação semântica de existência de

uma entidade num local.¹¹ Esses verbos participam das construções com inserção de *there*, um argumento que determinaria sua inacusatividade.¹²

Em síntese, Levin e Rappaport Hovav (1995) distinguem, entre os verbos inacusativos, um pequeno grupo que não participa da alternância causativa, e que em geral expressa uma relação entre um tema e um local – quer de existência, quer de aparecimento, quer de simples posição. As autoras recuperam evidências da biargumentalidade desses inacusativos, o que tem consequências sintáticas relativas às construções que eles licenciam. Nas palavras de Levin e Rappaport Hovav (1995, p. 81), “não há mais razão para acreditar que a classe dos verbos inacusativos seja homogênea que há para acreditar que todos os verbos transitivos constituem uma classe semântica única”.

4.2.3 Inacusativos que denotam local-alvo: Tortora (1996, 1997)

Tortora (1996, 1997) parte da existência de uma subclasse dos inacusativos, representada prototipicamente por *arrive*, em inglês, que não exhibe contrapartes transitivas por ter uma semântica lexical distinta e propriedades sintáticas particulares. A autora propõe que mesmo esses inacusativos não alternantes não formam um grupo homogêneo, subdividindo-se ainda mais. A proposta de Tortora se sustenta em dados do dialeto falado em Borgomanero, ao norte da Itália, mas é estendida ao italiano e ao inglês.¹³

A autora começa por recuperar a classe dos verbos que, segundo Levin (1993) e Levin e Rappaport Hovav (1995), são inacusativos não alternantes causativamente. Esses verbos têm nuances distintas de significado:

¹¹ Esses verbos de simples posição têm contrapartes causativas, como mostra (i). Mas as autoras afirmam que a causatividade nesse caso não é a mesma da contraparte transitiva dos verbos inacusativos típicos: aqui, os pares causativo/não causativo não encontram a mesma regularidade que com verbos inacusativos típicos, e o significado da variante intransitiva é diferente – não é incoativo, mas estativo, indicando a situação de estar em um local indicado pelo verbo.

- (i) a. The bicycle leaned against the fence.
A bicicleta encostou na cerca
 b. I leaned the bicycle against the fence.
Eu encostei a bicicleta na cerca (Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 128)

¹² Outro argumento é esses verbos não aceitarem objetos cognatos (cf. **The statue stood a heroic stance in the middle of the common*), uma propriedade também identificada nos verbos de existência e aparecimento (cf. **Karen appeared a striking appearance at the department party*) (Levin; Rappaport Hovav, 1995, p. 152 e 150).

¹³ Aqui, apresentaremos apenas a análise relativa ao borgomanerês.

i) verbos de movimento inerentemente direcionado (*verbs of inherently directed motion*, VIDMs): *arrive, ascend, come, depart/leave, descend, drop, enter, escape, exit, fall, flee, go, pass, return, rise*;

ii) verbos de existência e aparecimento e de desaparecimento: *exist, persist, prevail, remain, stay, survive; appear, arise, develop, emanate, emerge; disappear, expire, lapse, vanish*;

iii) verbos que não pertencem a nenhuma dessas duas classes: *die*, no inglês, e *bastare, nascere, piacere e sembrare*, do italiano.

Tortora (1997) mostra que os verbos da classe (i), embora compartilhem a informação lexical de movimento (mesmo que não haja um complemento direcional manifesto), não formam uma classe homogênea. Há aqueles que implicam um local-alvo necessariamente atingido, como *arrive, come* e *return*, chamados pela autora de *goal-entailing*; e aqueles que não implicam que esse local-alvo seja atingido, mas têm um local-fonte, como *go* e *leave*, chamados de *source-entailing*:

(51) a. Mary arrived at the station, * but she never got there.

Mary chegou na estação, mas ela nunca chegou lá

b. Mary left for the station, but she never got there.

Mary partiu para a estação, mas ela nunca chegou lá (Tortora, 1997, p. 14)

Essa distinção semântica encontra motivação sintática em borgomanerês, em que apenas os inacusativos *goal-entailing* admitem uma sequência descontínua de dois morfemas locativos. Tortora (1997) observa que, quando o “sujeito” desses verbos está posposto, ocorre o clítico locativo *ghi* na sentença, redobrado pelo clítico locativo sujeito *ngh* – formando dados como (52), chamados de construções-*ghi*. Mas se o verbo não for *goal-entailing* esses clíticos não aparecem, e a interpretação da sentença é de foco contrastivo – (53):¹⁴

(52) Ngh è rivà-gghi na fjiola.

SLOC is arrived-LOC a girl

Chegou uma menina

(Tortora, 1997, p. 23)

¹⁴ SLOC corresponde a clítico locativo sujeito; LOC, a clítico locativo; e SCL, a clítico sujeito. As consoantes geminadas *gg* surgem de uma regra fonológica.

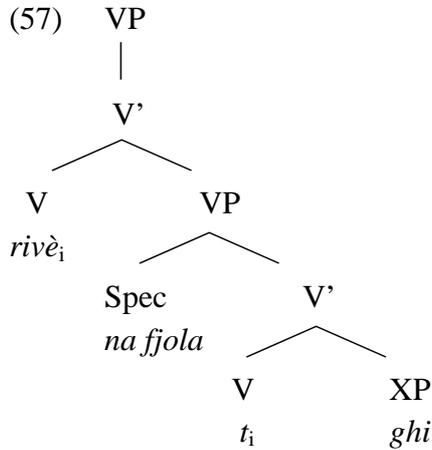
Segundo Tortora (1996, 1997), os inacusativos *goal-entailing* expressam predicados télicos: denotam o movimento por uma trajetória e o alcance necessário de um local-alvo que delimita esse movimento. A interpretação télica decorre do elemento locativo (em borgomanerês, por *ghi*), que pode estar manifesto ou subentendido. Na argumentação de Tortora (1996), em uma frase como *Maria chegou*, não é o argumento *Maria* que torna o predicado télico, mas o locativo. E, uma vez que são os argumentos internos que determinam o aspecto de uma eventualidade, os locativos, nesse caso, devem ser argumentos do verbo. Outra evidência a que a autora recorre para mostrar que os locativos são argumentos é o teste em (55)-(56), em que *do so* substitui argumentos na língua inglesa:

- (55) a. * John put the book on the table, and Mary did so on the floor.
João colocou o livro na mesa, e Maria o fez no chão
 b. John put the book on the table, and Mary did so, too.
João colocou o livro na mesa, e Maria o fez, também
 c. John read the book in N.Y. and Mary did so in Delaware.
João leu o livro em N.Y., e Maria o fez em Delaware (Tortora, 1997, p. 47)
- (56) a. * John arrived at the airport, and Mary did so at the station.
João chegou ao aeroporto, e Maria o fez à estação
 b. John arrived at the airport, and Mary did so, too.
João chegou ao aeroporto, e Maria o fez, também (Tortora, 1997, p. 48)

Como segundo argumento interno opcional, as categorias “alvo” e “fonte” (esta última de verbos *source-entailing*) podem ser instanciadas por um PP referencial, como *ao aeroporto* em (56), e por um locativo dêitico ou não dêitico (homófono a *ghi*). Apenas os locativos *goal-entailing* podem ter essa categoria expressa pelo argumento alvo locativo fraco. Porém, porque os verbos inacusativos *goal-entailing* deixam subentendido um local-alvo a ser atingido, é possível ainda a ausência de um argumento manifesto que expresse tal local (caso em que, em borgomanerês, não se projeta *ghi* – cf. nota 14).

A proposta de Tortora (1996, 1997) implica que, se *ghi* é um possível argumento de um inacusativo *goal-entailing*, então esse tipo de verbo é opcionalmente biargumental, diferentemente dos demais inacusativos – assim, nas construções-*ghi* há um argumento que se torna sujeito via movimento e um argumento local-alvo, *ghi*, especificado para Caso Dativo.

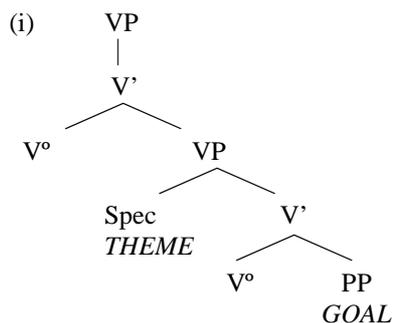
A autora se vale da proposta larsoniana do sintagma verbal em camadas para sugerir a estrutura projetada por inacusativos *goal-entailing*, com dois argumentos internos:¹⁶



(Tortora, 1997, p. 50)

O XP que domina *ghi* é explicado com base em um refinamento possibilitado pela análise do clítico locativo sujeito *ngh* nas construções-*ghi*. Segundo Tortora (1997), o clítico locativo *ngh* evidencia a presença de um *pro* locativo. Os clíticos sujeitos em borgomanerês concordam com o sujeito no especificador de IP e aparecem obrigatoriamente, mesmo quando não há sujeito manifesto nessa posição – nesse caso, concordando com *pro*. Assim, *ngh* é um indício da presença de um locativo fonologicamente nulo coindexado a ele no especificador de IP, especialmente porque, nas construções-*ghi*, o verbo fica na terceira pessoa do singular, ainda que exista um “sujeito” plural pós-verbal:

¹⁶ Do mesmo modo, Holmer (1999), analisando dados do alemão e do basco, faz uso de uma estrutura com dois VPs para verbos inacusativos de movimento, que, segundo ele, têm dois complementos (e nenhum agente): um tema, realizado superficialmente como sujeito, e um alvo, realizado como complemento. O autor parte da ideia de que verbos inacusativos com dois complementos diferem dos verbos causativos de movimento, de três argumentos, do tipo *colocar*, apenas por não projetarem um agente, assim como os inacusativos típicos participantes da alternância causativa diferem das estruturas transitivas apenas pela ausência de agente (cf. *A janela quebrou* vs. *João quebrou a janela*). Ele propõe que a estrutura de um inacusativo de movimento seja (i), derivada diretamente de verbos de três argumentos, mas sem a projeção de especificador que abrigaria o agente:

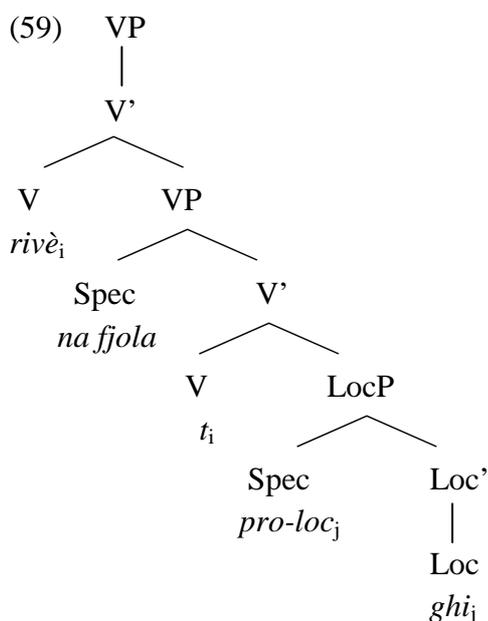


(Holmer, 1999, p. 111)

- (58) a. Ngh è riva-gghi do mati
 SLOC is arrived-LOC two.fem girls
Chegou duas meninas
- b. * Ngh (j) n rivaj-gghi do mati
 SLOC (SCL) are arrived.pl-LOC two.fem girls
Chegaram duas meninas (Tortora, 1997, p. 56-57)

Em (58a), segundo a autora, quem desencadeia concordância com o verbo é um *pro* locativo.¹⁷ Na ausência dos clíticos *ngh* e *ghi*, e portanto também de *pro-loc*, a concordância se dá com o sujeito posposto. Nas construções-*ghi*, o fato de um clítico locativo sujeito co-ocorrer com um *pro-loc* resulta da característica do borgomanerês de ser uma língua de clíticos sujeitos; por sua vez, o fato de haver o locativo *ghi*, além de *pro-loc*, decorre de essa língua ser também de redobro de clíticos dativos.

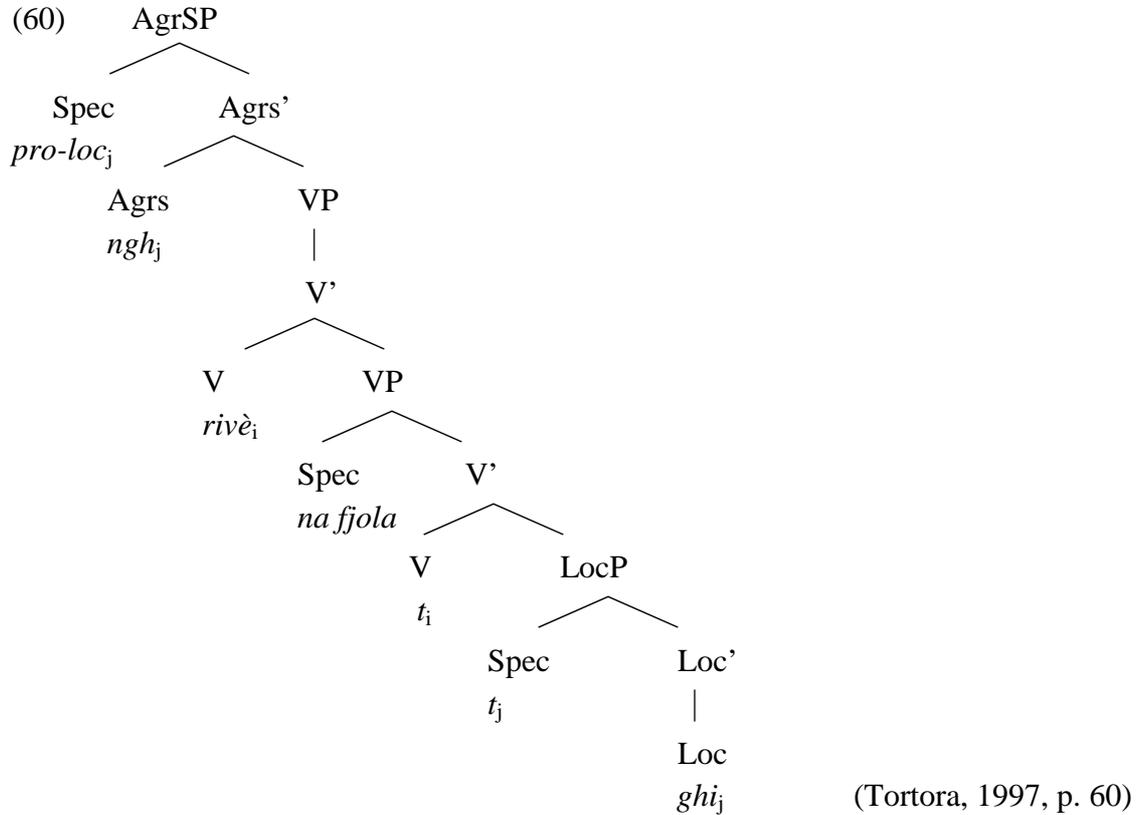
Tortora (1997) afirma, então, que tanto *ghi* quanto *pro-loc* são gerados como argumentos indiretos de verbos *goal-entailing*. O *pro-loc* é o redobro dativo do clítico *ghi* e, mais refinadamente, o argumento alvo locativo fraco. A autora adota a análise de Uriagereka (1995) do redobro de clíticos e propõe que o XP dominando *ghi* em (57) é LocP:



(Tortora, 1997, p. 60)

¹⁷ Também Pilati (2006), em análise da inversão locativa no português do Brasil, propõe que nessas construções pode haver um locativo não manifesto fonologicamente, o qual ocupa a posição pré-verbal e garante uma interpretação dêitica à sentença.

De onde é gerado, *pro-loc* sobe para a posição de sujeito. O clítico sujeito *ngh* fica no núcleo de AgrSP (e posteriormente *ghi*, como os clíticos objetos, fica enclítico ao verbo):



Na análise proposta pela autora, *pro-loc* se move obrigatoriamente para a posição de sujeito porque é um pronome fraco, e pronomes fracos não podem permanecer onde são gerados. Isso explica a característica das construções-*ghi* de exibirem inversão do “sujeito”. Uma vez que *pro-loc* ocupa o especificador de IP, o argumento tema é impedido de se mover e fica *in situ*. Mas, como o argumento alvo locativo fraco é projetado opcionalmente, se ele estiver ausente, o objeto tema pode ocupar a posição de sujeito (ou permanecer *in situ*), dada a propriedade de inversão livre do sujeito em borgomanerês.

Em síntese, a presença dos clíticos locativos *ngh* e *ghi* numa sentença em borgomanerês indica a presença também de *pro-loc*. Embora a princípio *ghi* pareça ter propriedades de expletivo, a autora defende que ele é mais bem analisado como argumento alvo locativo fraco, pois isso dá conta do caráter de inversão do “sujeito” das construções-*ghi* e a interpretação restringida do locativo-alvo, orientada ao falante, que não teria explicação se *pro-loc* fosse um expletivo, sem conteúdo semântico. Quanto às classes de verbos, apenas os inacusativos *goal-entailing* ou que contêm a categoria “locação”, como os existenciais, podem

opcionalmente selecionar *pro-loc* como mais um argumento interno.¹⁸ Os inacusativos *source-entailing* se diferenciam por não poderem selecionar *pro-loc*.

Uma questão que Tortora (1996, 1997) levanta é o estatuto opcional do argumento locativo. A autora traz argumentos empíricos para essa afirmação dizendo, por exemplo, que em inglês *there* é opcional: *there arrived four men* e *four men arrived*. Além disso, ela lembra que certos verbos transitivos também projetam argumentos opcionalmente, como *I brought a book (to the library)*. E afirma, ainda, que a consideração dos locativos de certos inacusativos como opcionais tem vantagem sobre uma análise como a de Moro (1993 *apud* Tortora, 1997), segundo a qual todo inacusativo projeta um locativo como um predicado interno a uma *small clause* (SC), o que segundo ela não se observa empiricamente.

Em relação à Generalização de Burzio, Tortora (1997) afirma que uma análise biargumental de certos inacusativos só teria problema se a inacusatividade fosse definida com base no tipo de complemento. Segundo ela, “a propriedade definidora da inacusatividade não é ‘a projeção de um único objeto em estrutura-D’, mas a falta de projeção de um argumento externo” (Tortora, 1997, p. 114). Os inacusativos são, para ela, tão variados quanto os transitivos.

O trabalho de Tortora (1996, 1997) esclarece a possibilidade de os verbos inacusativos, translinguisticamente, poderem não apenas se subdividir, mas principalmente tomarem um elemento locativo como argumento que pode ocupar a posição de sujeito. A autora mostra, ainda, que as construções com sujeitos locativos ocorrem com uma pequena classe dos inacusativos (os *goal-entailing* e os existenciais), o que permite vislumbrar a semelhança entre os fenômenos de inversão locativa, construções existenciais e, no caso deste trabalho, tópico-sujeito.

¹⁸ Tortora (1997) afirma que o uso de *pro-loc* em existenciais explica-se porque *pro-loc* pode também instanciar a categoria léxico-semântica “locação”. “Alvo” e “locação” diferem, assim, de “fonte”, provavelmente porque, segundo especula a autora com base na estrutura do evento de Pustejovsky (1991), “alvo” e “locação” representam a mesma categoria semântica: “alvo” é um predicado com dois eventos, *ir para um local* e *estar em um local*, e “locação” tem o único evento de *estar em um local*. Já “fonte” indica esses mesmos eventos, mas inversamente: *estar em um local*, e posteriormente *não estar nesse local*. Como *estar em um local* ocorre numa posição distinta na estrutura no evento “fonte”, os verbos *source-entailing* diferem dos que acarretam “alvo” ou “local”, sendo estes dois os únicos a poderem selecionar *pro-loc*. Para uma análise de como diferentes línguas codificam as informações de fonte, alvo e local, cf. Nikitina (2009), que afirma que codificações idênticas para alvo e local são tipologicamente mais comuns que codificações idênticas para fonte e local. Ainda segundo Nikitina, o significado do “alvo” estaria mais próximo do de “local” que o de “fonte”.

4.3 A derivação das construções com inacusativos biargumentais

No capítulo anterior, defendemos que as construções de tópico-sujeito locativo se licenciam com verbos que selecionam dois argumentos, um tema e um locativo. Neste capítulo, mostramos que essa proposta ganha sentido a partir de constatações de diferentes autores de que a classe dos inacusativos é heterogênea e, fundamentalmente, de que alguns inacusativos projetam uma estrutura biargumental. A singularidade das construções de tópico-sujeito é que os argumentos tema e locativo podem ser codificados em diferentes posições, facultando-se ao locativo ser ou não preposicionado quando pré-verbal – uma opcionalidade não identificada quando ele se encontra pós-verbal, por razões de Caso:

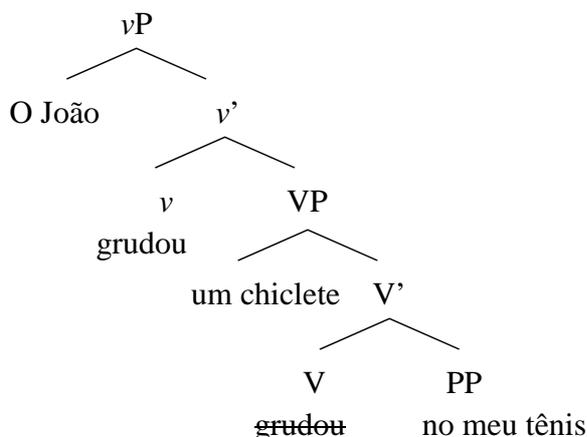
- (61) a. Nessa mala cabe(m) muitas coisas.¹⁹
 b. Essas malas cabem muita coisa.
 c. Cabe(m) muitas coisas *(n)essa mala.
 d. Muitas coisas cabem *(n)essa mala.

O objetivo desta seção é formalizar a análise das sentenças de tópico-sujeito locativo, bem como de suas contrapartes preposicionadas, mostrando como seus argumentos são licenciados. Para tanto, partiremos de alguns pressupostos apresentados a seguir.

O primeiro deles é o de que, por se construírem com verbos inacusativos, essas sentenças não têm *vP* em sua estrutura. Os inacusativos não selecionam um argumento externo agente, algo captado estruturalmente nos trabalhos acima apresentados, que propõem derivações a partir de um único VP (Beletti; Rizzi, 1988) ou de dois VPs, mas sem a projeção de especificador do VP mais alto, onde ficaria o argumento externo (Tortora, 1996, 1997). De fato, se analisamos uma estrutura do VP em camadas projetada por verbos locativos de três argumentos, como *colocar* ou *grudar*, em (62), observamos que a projeção do sintagma verbal mais baixo, VP, abriga os argumentos internos tema (*um chiclete*) e locativo (*no meu tênis*). A projeção de *vP*, por sua vez, fica reservada para acomodar em seu especificador o argumento externo agente (*O João*):

¹⁹ Não analisaremos sentenças como (61a) por entendermos que elas fogem ao recorte desta pesquisa, uma vez que podem, por exemplo, envolver fatores relacionados à sintaxe das inversões locativas.

(62) *O João grudou um chiclete no meu tênis*



Mas uma propriedade de *grudar* é também licenciar sentenças como (63), em que não há argumento externo. Especificamente em (63c), temos uma construção de tópico-sujeito locativo:²⁰

- (63) a. Grudou um chiclete no meu tênis.
 b. Um chiclete grudou no meu tênis.
 c. O meu tênis grudou um chiclete.

Será, portanto, partindo de uma estrutura como (62) que defenderemos que os verbos inacusativos biargumentais projetam apenas VP, onde ficam os argumentos internos tema e locativo, sem projetar um sintagma verbal mais alto. Isso se coaduna com a ideia já presente na literatura de que, diferentemente dos predicados transitivos, os verbos inacusativos não projetam vP, uma vez que não selecionam um argumento externo nem atribuem Caso Acusativo a seu complemento (Chomsky, 1995). A ausência de vP é também a maneira como entenderemos estruturalmente a Generalização de Burzio: o que caracteriza os inacusativos é, então, a projeção de apenas VP, independentemente de haver um ou dois argumentos internos.

O segundo pressuposto envolve propriedades da operação *Merge*, que, conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação, é responsável por formar objetos sintáticos e

²⁰ Já vimos em 3.2.2 que em geral os verbos que licenciam o tópico-sujeito locativo não aceitam ser transitivizados (cf. **O João coube o paletó na mala*), diferentemente dos inacusativos típicos (cf. *João quebrou o copo*). Entendemos *grudar*, aqui, como um verbo de três argumentos que sofre uma alteração de diátese, de modo a não projetar um argumento externo e, assim, alternar entre um uso transitivo e um intransitivo. Embora não seja nosso objetivo investigar as particularidades de *grudar*, vale notar que ele parece diferir de outros verbos locativos de três argumentos: *João colocou o livro na estante* vs. **Um livro colocou na estante/*A estante colocou um livro*.

expressa a recursividade. Chomsky (2008) descreve *Merge* como uma operação binária que se classifica em dois tipos: *Merge* interno e *Merge* externo. *Merge* interno corresponde a *Move*, na teoria de movimento por cópias. *Merge* externo, por sua vez, provê a estrutura argumental: o primeiro *Merge* será do verbo com um argumento na posição de complemento, e o segundo, do verbo e do complemento com um argumento na posição de especificador. A distinção entre um argumento projetado como especificador e outro como complemento decorrerá simplesmente do momento em que cada um foi inserido na computação: “[...] O número de especificadores é ilimitado; a distinção especificador-complemento por si só se reduz a primeiro-*Merge*, segundo-*Merge*, e assim por diante” (Chomsky, 2008, p. 146).

Os objetos sintáticos unidos por *Merge* sofrerão outras operações computacionais que os licenciarão, e por isso é importante o rótulo resultante do objeto sintático formado: se X e Y são concatenados, um desses dois elementos será projetado e servirá de rótulo da estrutura. Via *Merge* externo, esse rótulo será selecionado e também fará seleções posteriores na derivação, e, paralelamente, corresponderá à Sonda que busca um Alvo com o qual checará os traços via *Agree* ou via *Merge* interno (Chomsky, 2008).

O terceiro pressuposto refere-se a uma proposta que adotaremos de Viotti (2005). A autora defende que o Caso do complemento de inacusativos é sempre Nominativo e pode ser tanto licenciado sintaticamente como atribuído no componente morfológico, na forma de Caso *default*. Na primeira situação, o DP entrará na derivação portando um traço de Caso que será valorado sintaticamente via *Agree* com T. O efeito será a concordância com o verbo, como na sentença (64a):

- (64) a. Chegaram várias pessoas na festa.
 b. Chegou várias pessoas na festa. (Viotti, 2005, p. 65)

Em (64a), segundo Viotti (2005), o DP permanece posposto porque o T selecionado por C é defectivo, já que essa categoria C possui traço de foco apresentacional: T tem um conjunto de traços- ϕ não interpretáveis, mas não tem EPP, um fator que, conforme defende a autora, possibilita evitar o recurso ao expletivo nulo na derivação.

Na segunda situação, exemplificada por (64b), o DP entrará na computação sintática sem traço de Caso, e por isso permanecerá intacto no curso da derivação. O Caso Nominativo desse DP será atribuído no componente morfológico. Na derivação proposta para (64b), C seleciona uma categoria T também defectiva, porém não só em traço EPP, como também em traços- ϕ . Como não tem traços de concordância a serem checados, T não se constitui como

Sonda; e, como o DP não tem traço de Caso nem está numa posição em que se poderia valorar algum Caso sintaticamente, a derivação pode convergir. Após *Spell-Out*, no componente morfológico, esse DP recebe Nominativo *default*. Dada a ausência de traços- ϕ não interpretáveis em T, a sentença não exhibe concordância verbal.

Por fim, concordamos com Costa e Galves (2001) e Galves (1998, 2001) que o verbo no português brasileiro sobe até T – cujo especificador se define, tradicionalmente, como a posição de sujeito. E similarmente a Lunguinho (2006) pressupomos que, nas sentenças com inacusativos biargumentais, as variantes com e sem preposição surgem de Numerações distintas.²¹ Assim, se de um lado entendemos que a grade temática dos inacusativos aqui analisados é <tema, locativo>, de outro, constatamos que esses argumentos terão comportamentos sintáticos diversos a depender de que itens são selecionados do léxico: presença ou ausência de T defectivo, seguindo o que propõe Viotti (2005), e ainda presença ou ausência de preposição. Nesse sentido, o locativo poderá ser derivado como um PP complemento – o que, em termos semânticos, se capta pelo fato de o locativo ser mais periférico que o tema numa hierarquia temática (Franchi; Negrão; Viotti, 1998) –, mas também como um DP sujeito da oração.

4.3.1 Sentenças com locativo preposicionado

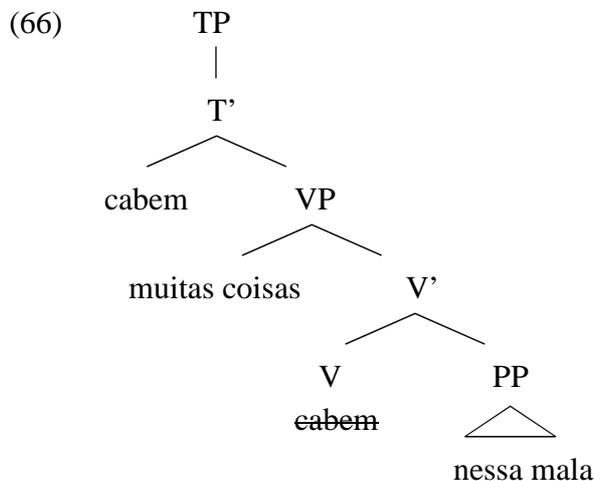
Antes de lidar com as sentenças de tópico-sujeito especificamente, proporemos a derivação das variantes preposicionadas dessas sentenças:

- (65) a. Cabem muitas coisas nessa mala.
 b. Cabe muitas coisas nessa mala.
 c. Muitas coisas cabem nessa mala.

²¹ Chomsky (2008) parece não falar mais de Numeração, mas de vários acessos ao léxico a cada vez que *Merge* se aplica. Neste trabalho vamos manter a referência a Numerações para fins de clareza na exposição: mostrar quais itens lexicais entram na derivação das sentenças. Além disso, apesar de C entrar na derivação sintática, por ser o núcleo que expressa a força ilocucionária da oração (Rizzi, 1997) e por ser dele que, segundo Chomsky (2008), T herda os traços de concordância, não colocaremos essa categoria nas árvores aqui ilustradas. As árvores seguirão o esquema X-barra, compartilhando a representação corrente na literatura. Por fim, assumiremos, sem maiores comprometimentos teóricos, que EPP é checado em T, embora haja propostas que afirmem que ele pode ser checado em outras posições (Kato; Duarte, 2008).

A Numeração de todas essas sentenças conterà a preposição locativa *em*. Uma vez que a preposição seleciona um complemento, consideraremos que o primeiro *Merge* será o da preposição com seu objeto, gerando um PP locativo. Uma vez formado, esse PP deve ser selecionado por um núcleo: o verbo, ao qual o PP será concatenado.

Assim como (64a), a Numeração de (65a) conta com uma categoria T com traços- ϕ completos e defectiva quanto ao traço EPP.²² Formado o objeto sintático referente à concatenação da preposição com seu complemento, haverá *Merge* desse PP locativo com o verbo que o seleciona. O passo seguinte é um segundo *Merge*, como descrito por Chomsky (2008), do outro argumento verbal, o tema. A categoria T então entra na derivação e, por ter traços- ϕ que precisam ser checados, constitui-se como uma Sonda. A Sonda buscará o Alvo mais próximo em uma relação de c-comando e encontrará o DP *muitas coisas*. *Agree* será estabelecido entre a Sonda e o DP Alvo, apagando os traços- ϕ de T e valorando o Caso Nominativo do DP, o que gerará o efeito da concordância entre verbo e sujeito. Como T não tem EPP, esse sujeito pode ficar posposto. Quanto ao argumento *essa mala*, ele recebe Caso da preposição com a qual se concatena. Essa derivação está representada em (66):

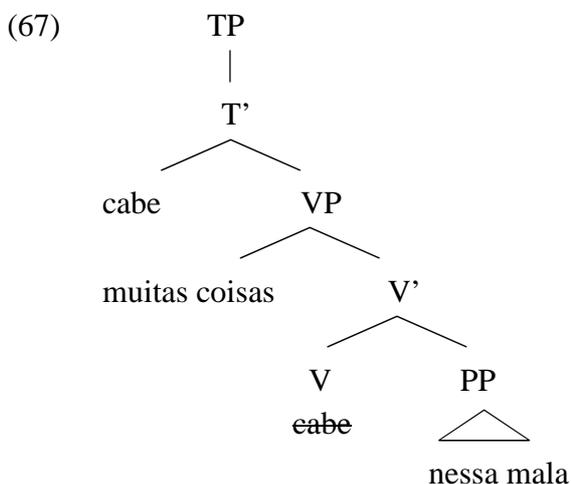


Vale observar que a diferença dessa sentença em relação a construções genitivas, como *Furou o pneu do carro*, é a posição ocupada pelo PP. Em (66), ele não está concatenado

²² Na proposta de Viotti (2005), como descrevemos acima, C seleciona um T defectivo por ter traços de foco apresentacional. Neste trabalho, adotaremos a ideia de T defectivo independentemente da leitura de foco envolvida nas construções com inacusativos biargumentais, preposicionadas ou de tópico-sujeito. Entendemos que o tipo de focalização presente nessas estruturas é um tema que merece reflexão, o que pretendemos abordar num próximo trabalho. Além disso, a defectividade de T é um tema que se encontra em discussão na literatura, um debate do qual nos absteremos neste momento. Uma opção também válida na teoria seria afirmar que T tem traço EPP, checado via *Merge* externo de um expletivo nulo *pro*. Porém, como estamos adotando Viotti (2005), assumiremos também a defectividade de T, deixando eventuais questionamentos quanto ao estatuto dessa categoria para outra oportunidade.

a um DP (*o pneu do carro*), formando com ele um único argumento, mas sim projetado internamente ao VP (*cabe nessa mala*), como complemento.

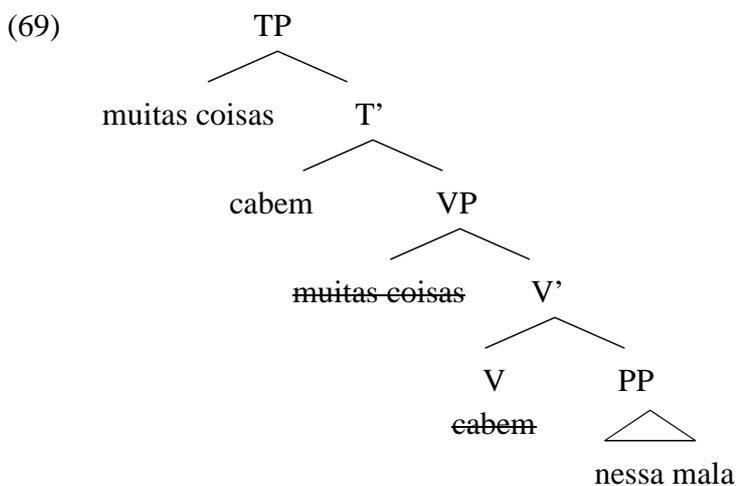
A derivação de (65b) conta com T defeutivo tanto em traços- ϕ quanto em EPP:



O argumento locativo *essa mala* recebe Caso da preposição com a qual é concatenado. Já o DP *muitas coisas* entra na derivação sem traço de Caso e receberá Caso *default*, pois T é defeutivo em traços- ϕ .²³ Como T não se constitui em Sonda, não há concordância. Uma evidência para esse DP ter Nominativo *default* é (68):

(68) Eu bem que tentei levar minhas botas na viagem, mas num coube *elas* na mala!

Por fim, em (65c) será projetado T com traços- ϕ e EPP na derivação:



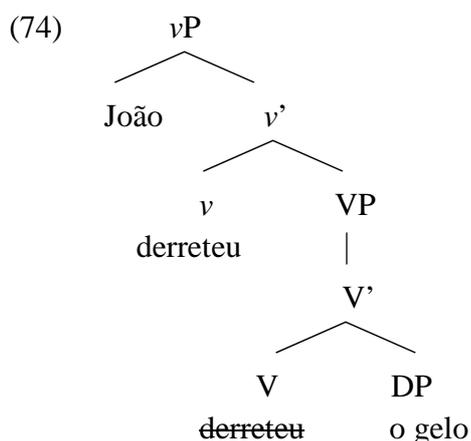
²³ Aqui estendemos a proposta de Caso *default* com inacusativos de Viotti (2005), para aplicá-lo a um segundo argumento interno – o primeiro DP abaixo de T, que em (67) não pode ser Sonda.

(72) * Essa mala cabem muitas coisas.

Já a evidência para a marcação de Caso Nominativo *default* do DP posposto é a gramaticalidade de frases como estas em (73):

- (73) a. Num coloca meus sapatos nessa mala, não, que essa mala não cabe *elas*!
 b. Ih, aquela mulher foi sentar na cadeira e a cadeira nem coube *ela*!
 c. Menina, tampa bem esse pote aí, porque com essa praga de formiga, esse pote entra *elas* todinho!
 d. O baú como é grande entrou *eu*, o J. e o M. (Negrão, 1999, p. 32)

Ainda em relação à estrutura proposta em (71), sugerimos anteriormente que o sintagma locativo pode constituir-se como um argumento opcional, uma ideia adotada explicitamente por Tortora (1996, 1997). Nesse sentido, é talvez por isso que, na ausência de preposição na Numeração, o verbo se concatene primeiro ao argumento tema, cuja presença é sempre obrigatória. O segundo *Merge* terá como consequência o fato de originar o locativo numa posição de onde ele corresponderá ao Alvo mais próximo identificado pela Sonda, passível de ser alçado à posição de sujeito. Isso implica que a posição argumental mais alta do VP inacusativo será ativada em condições especiais: quando há um DP locativo argumento ou, ainda, quando um PP locativo argumento foi concatenado primeiro, restando ao tema ocupar a posição mais alta no VP. Em ambos os casos, há um inacusativo com dois argumentos. O que difere esses verbos dos inacusativos monoargumentais é, então, que estes últimos não projetam duas posições dentro do VP, por só selecionarem um argumento. Se transitivizados, esses verbos projetarão o segundo argumento, que é externo e agenteivo, internamente a *vP*:



Por fim, vale observar que a derivação em (71) compartilha com a derivação das sentenças de tópico-sujeito genitivo proposta por Lunguinho (2006) o fato de não haver preposição na Numeração.²⁴ É essa convergência de fatores na Numeração que gerará o mesmo padrão sintático superficial – uma sentença de tópico-sujeito –, apesar das diferenças estruturais relativas à posição sintática de origem do DP “tópico-sujeito” e, mais precisamente, aos verbos que licenciam cada tipo de construção: inacusativos locativos, biargumentais, ou inacusativos monoargumentais, cujo argumento é partido em dois.

4.4 Síntese do capítulo

Este capítulo preocupou-se em formalizar as construções geradas com verbos inacusativos biargumentais, tanto preposicionadas quanto, principalmente, não preposicionadas – estas últimas de tópico-sujeito locativo. Para tanto, partimos de propostas na literatura referentes à heterogeneidade da classe dos inacusativos e à biargumentalidade de certos inacusativos.

As propostas apresentadas sugeriram dois fatos relevantes: primeiro, o de que não há projeção de vP com inacusativos, o que explica por que eles não têm argumento externo nem atribuem Acusativo, independentemente de selecionarem um ou dois argumentos internos. Partindo-se de uma estrutura do sintagma verbal em camadas, isso significa que os inacusativos biargumentais projetam somente o VP mais baixo, que abriga os argumentos internos tema e locativo. Segundo, o de que, dada a proposta chomskyana de *Merges* sucessivos, os argumentos tema e locativo podem ser projetados em posições diferentes dentro do VP, a depender da ordem em que são concatenados.

Com base nisso, desenvolvemos a ideia de que distintas razões de Caso, relacionadas à presença ou não de preposição na Numeração, bem como de traços- ϕ e EPP em T, conforme sugere Viotti (2005), geram cada estrutura. Devemos registrar que a proposta que sugerimos é, ainda, tentativa e merece reflexões posteriores para verificação de sua precisão descritiva.

²⁴ Salles (c. p.) levanta a questão teórica de haver alguma condição para que a Numeração não inclua a preposição, isto é, se haveria restrições – talvez, de ordem paramétrica – à formação de uma Numeração. Reconhecemos a relevância dessa questão, deixando-a para reflexão futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se ocupou da descrição e análise, dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, de construções comumente denominadas na literatura de “tópico-sujeito”. Elas seriam assim chamadas por terem um elemento de natureza tópica se comportando como sujeito da oração. Além disso, esse é um fenômeno que diferenciaria a gramática do português do Brasil da gramática do português europeu e de outras línguas românicas – o que pode se relacionar à posição de sujeito ativa em cada língua, às propriedades de flexão de concordância entre elas, à marcação do parâmetro pro-drop ou, ainda, à classificação tipológica do português brasileiro.

Foi partindo desse contexto em que costumam ser mencionadas as sentenças de tópico-sujeito que iniciamos, no segundo capítulo, a descrição dessas sentenças. Revisamos a literatura relativa à sintaxe do português brasileiro, em especial no tocante às propriedades da posição de sujeito. Nesse capítulo, aproveitamos a discussão proposta pelos autores para descrever que o “tópico-sujeito” é o sujeito da oração, ainda que não típico. Embora não tivéssemos uma preocupação teórica com a posição específica ocupada pelo “tópico-sujeito”, tal descrição foi relevante para caracterizar essas construções como um fenômeno relacionado à posição de sujeito, bem como para determinar posteriormente alguns traços relevantes em sua derivação, no quarto e último capítulo.

A revisão da literatura se estendeu ainda ao terceiro capítulo, em cujo início apresentamos propostas voltadas mais especificamente à descrição das propriedades sintáticas das construções de tópico-sujeito e seu licenciamento. As propostas recuperadas na literatura nos permitiram delimitar o recorte de análise deste trabalho: o da estrutura argumental. Conduzindo a análise sob essa perspectiva, constatamos que as construções de tópico-sujeito são distintas, dividindo-se essencialmente em dois grupos: as genitivas, formadas por inacusativos monoargumentais, e as locativas, formadas por inacusativos biargumentais. Nesse capítulo, mostramos também evidências que corroboram para a descrição do estatuto de argumento do locativo.

A ideia de inacusativos biargumentais não é trivial, e portanto o quarto capítulo se desenvolveu a partir de diferentes análises que apontam não só para a heterogeneidade da classe dos inacusativos, mas também para o fato de alguns inacusativos selecionarem dois argumentos internos: um tema e um experienciador, no caso de alguns psicológicos, e um

tema e um locativo ou alvo, nos demais casos. Essas propostas, aliadas a outras implementações teóricas apropriadas de Chomsky (1995, 2008) e Viotti (2005), nos permitiram formalizar uma derivação das sentenças com inacusativos biargumentais. Também em consonância com as propostas resenhadas, entendemos que os verbos inacusativos biargumentais obedecem à Generalização de Burzio na medida em que não atribuem Caso Acusativo nem têm argumento externo, pois não projetam vP .

Certamente, este trabalho não esgota a investigação desse tema, que se revela relacionado também a uma série de aspectos que justificariam novos estudos – por exemplo, as propriedades da posição de sujeito, o parâmetro pro-drop, a relação do tópico-sujeito com as diferenças sintáticas entre o português europeu e o português brasileiro e, ainda, problemas mais específicos, como o fenômeno da inversão locativa, que parece tangenciar as sentenças de tópico-sujeito. Ainda uma questão que não abordamos neste trabalho é a da interpretação das formas preposicionadas (*Furou o pneu daquele carro, Entrou formiga nesse pote*) e não preposicionadas (*Aquele carro furou o pneu, Esse pote entrou formiga*). O que condicionaria o uso de cada variante é uma pergunta que esperamos responder em um próximo trabalho.

Ficam também como questões de pesquisa construções que se aproximam das sentenças de tópico-sujeito por terem sujeitos locativos, mas se distanciam delas por se licenciarem com verbos não inacusativos: verbos transitivos (*Essa loja vende CDs*), verbo *ter* existencial (*Aquele cesto tem roupa suja*), verbo *dar* leve (*O sítio do Chico Bento dá bastante tomate*), verbos meteorológicos (*A UnB choveu um temporal semana retrasada*). E, como os sujeitos não canônicos, o próprio estatuto dos elementos locativos merece maiores estudos, por aparentemente estar envolvido em outros fenômenos sintáticos encontrados entre as línguas, tais como as inversões locativas e a ordem verbo-sujeito.

Como toda pesquisa, esta dissertação responde a um conjunto de questões, permitindo avançar no debate sobre a temática investigada, mas, ao fazê-lo, também levanta outras questões. É dessa inquietação incessante que, esperamos, virão os próximos passos de nossa trajetória na ciência.

REFERÊNCIAS

- Alexiadou, Artemis; Anagnostopoulou, Elena; Everaert, Martin. Introduction. In: Alexiadou, Artemis; Anagnostopoulou, Elena; Everaert, Martin (Ed.). *The unaccusativity puzzle: explorations of the syntax-lexicon interface*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 1-21.
- Araújo, Edivalda. As construções de tópico. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza (Ed.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: UFBA, 2009. p. 231-250.
- Avelar, Juanito. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. *Matraga*, v. 16, n. 24, p. 232-252, jan./jun. 2009.
- Avelar, Juanito; Cyrino, Sonia. Sintagmas locativos e concordância no português brasileiro. *XV Congresso da ALFAL*, 18-22 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.juanito-avelar.com/handouts/romaniaIII.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2010.
- Belletti, Adriana; Rizzi, Luigi. Psych-verbs and θ -theory. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 6, n. 3, p. 291-352, 1988.
- Berlinck, Rosane de Andrade; Duarte, Maria Eugênia Lamoglia; Oliveira, Marilza de. Predicação. In: Kato, Mary; Nascimento, Milton do (Ed.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2009. v. 3, p. 101-188.
- Blake, Barry J. *Case*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- Brito, Ana Maria; Duarte, Inês; Matos, Gabriela. Frases com tópicos marcados. In: Mira Mateus, Maria Helena *et al.* (Ed.). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003. p. 489-502.
- Burzio, Luigi. *Italian syntax*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.
- Callou, Dinah *et al.* Dinâmica do genérico e do específico: artigo definido e construções existenciais. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, v. 4, n. 2, p. 81-88, 2000.
- Cançado, Márcia. Verbos psicológicos do português brasileiro e a análise inacusativa de Belletti & Rizzi: indícios para uma proposta semântica. *Delta*, v. 13, n. 1, p. 119-139, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 abr. 2011.
- Cançado, Márcia; Amaral, Luana. A representação lexical de verbos incoativos e causativos no português brasileiro. *Revista da Abralín*, 2010. No prelo.
- Castilho, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- Chomsky, Noam. *Lectures on government and binding*. 7. ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 1993.
- _____. *The minimalist program*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1995.
- _____. Novos horizontes no estudo da linguagem. *Delta*, v. 13, n. esp., p. 51-74, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 ago. 2008.

Chomsky, Noam. On phases. In: Freidin, Robert; Otero, Carlos P.; Zubizarreta, Maria Luisa (Ed.). *Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge: MIT Press, 2008. p. 133-166.

Chomsky, Noam; Belletti, Adriana; Rizzi, Luigi. *On nature and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Costa, João. PB e PE: orientação para o discurso importa? *Estudos da Língua(gem)*, v. 8, n. 1, p. 123-143, jun. 2010.

Costa, João; Galves, Charlotte. *Peripheral subjects in two varieties of Portuguese: evidence for a non-unified analysis*. 2001. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/COSTA_Jetal-Fase1a.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2010.

Cyrino, Sonia; Nunes, Jairo; Pagotto, Emilio. Complementação. In: Kato, Mary A.; Nascimento, Milton do (Ed.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2009. v. 3, p. 47-100.

Duarte, Inês. A família das construções inacusativas. In: Mateus, Maria Helena Mira *et al.* (Ed.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 507-548.

Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: Roberts, Ian; Kato, Mary (Ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993. p. 107-128.

_____. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. 1995. 151 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

Eliseu, André. *Verbos ergativos do português: descrição e análise*. 1984. Trabalho de síntese (Graduação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1984.

Eugênio, Keli Cristiane. *Aspectos sintáticos e semânticos do verbo ir de movimento no português do Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

Fernández-Soriano, Olga. Two types of impersonal sentences in Spanish: locative and dative subjects. *Syntax*, v. 2, n. 2, p. 101-140, 1999.

Ferreira, Marcelo Barra. *Argumentos nulos em português brasileiro*. 2000. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

Figueiredo Silva, Maria Cristina. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Unicamp, 1996.

Franchi, Carlos; Negrão, Esmeralda Vailati; Viotti, Evani. Sobre a gramática das orações impessoais com ter/haver. *DELTA*, v. 14, n. esp., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2009.

Freeze, Ray. Existentials and other locatives. *Language*, v. 68, n. 3, p. 553-595, 1992.

Galves, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: Roberts, Ian; Kato, Mary A. (Ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993. p. 387-408.

Galves, Charlotte. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 34, p. 19-31, jan./jun. 1998.

_____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Unicamp, 2001.

Haegeman, Liliane. *Introduction to government and binding theory*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1994.

Hale, Ken; Keyser, Samuel J. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: _____. (Ed.). *The view from building 20: essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 53-109.

Hauser, Marc D.; Chomsky, Noam; Fitch, W. Tecumseh. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, v. 298, n. 5598, p. 1569-1579, 22 nov. 2002.

Holmer, Arthur. On complements of unaccusatives and the argument structure of motion verbs. *Working Papers*, Lund University, v. 47, p. 107-121, 1999. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOId=528708&fileOId=624450>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

Hornstein, Norbert; Nunes, Jairo; Grohmann, Kleanthes K. *Understanding minimalism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

Kato, Mary. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 17, p. 109-131, jul./dez. 1989.

Kato, Mary; Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. *Mudança paramétrica e orientação para o discurso*. In: Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, XXIV, 2008. Braga: Universidade do Minho, 20-22 nov. 2008.

Kato, Mary; Mioto, Carlos. A arquitetura da gramática. In: Kato, Mary; Nascimento, Milton do (Ed.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2009. v. 3, p. 23-41.

Klein, Susan. Foco no português brasileiro. In: Müller, Ana Lúcia; Negrão, Esmeralda V.; Foltran, Maria José (Ed.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 125-150.

Levin, Beth. *English verb classes and alternations: a preliminary investigation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

Levin, Beth; Rappaport Hovav, Malka. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

Li, Charles N.; Thompson, Sandra A. Subject and topic: a new typology of language. In: Li, Charles N. (Ed.). *Subject and topic*. Nova York: Academic Press, 1976. p. 459-489.

Lobato, Lucia. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. In: Silva, Denize Elena da (Ed.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 54-86.

Lunguinho, Marcus Vinicius da Silva. *Sobre a sintaxe e a semântica da partição de constituintes*. Brasília, 2005. Manuscrito.

_____. Partição de constituintes no português brasileiro: características sintáticas. In: Silva, Denize Elena da (Ed.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 133-147.

Lunguinho, Marcus Vinicius da Silva; Medeiros Júnior, Paulo. Inventou um tipo novo de sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *Interdisciplinar*, v. 9, p. 7-21, ago./dez. 2009.

Lyons, Christopher. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Mioto, Carlos. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, n. 61, p. 169-189, 2003.

Mioto, Carlos; Figueiredo Silva, Maria Cristina; Lopes, Ruth E. Vasconcellos. *Novo manual de sintaxe*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

Müller, Ana Lúcia. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: Müller, Ana Lúcia; Negrão, Esmeralda V.; Foltran, Maria José (Ed.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 153-172.

_____. A semântica do sintagma nominal. In: Müller, Ana Lúcia; Negrão, Esmeralda V.; Foltran, Maria José (Ed.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 61-73.

Munhoz, Ana Terra Mejia. *Sujeitos não-canônicos no português do Brasil*. 2007. 74 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília.

Naves, Rozana Reigota. *Alternâncias sintáticas: questões e perspectivas de análise*. 2005. 202 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

Naves, Rozana Reigota; Lunguinho, Marcus Vinicius. *Aspecto e alternância causativa*. In: VIII Encontro do Centro de Estudos Lingüísticos do Sul (CELSUL), 2008. Porto Alegre, 29-31 out. Handout de apresentação.

Negrão, Esmeralda Vailati. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. 1999. 214 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. O princípio de projeção estendida no português brasileiro. *Revista Letras*, n. 56, p. 141-155, jul./dez. 2001.

Negrão, Esmeralda Vailati; Viotti, Evani. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: Fiorin, José Luiz; Petter, Margarida. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 170-203.

_____. A estrutura sintática das sentenças absolutas no português brasileiro. *Linguística*, v. 23, p. 37-58, 2010. Disponível em: <http://linguisticalfal.org/23_linguistica_037_058.swf>. Acesso em: 28 mar. 2011.

Nikitina, Tatiana. Subcategorization pattern and lexical meaning of motion verbs: a study of the source/goal ambiguity. *Linguistics*, v. 47, n. 5, p. 1113-1141, 2009.

Perini, Mario A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

Pilati, Eloisa Nascimento Silva. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, Brasília.

Pilati, Eloisa Nascimento Silva; Naves, Rozana Reigota. A hipótese de transferência de traços e o licenciamento da posição de sujeito no português do Brasil. In: Ciclo de Palestras - Temas em Teoria Gerativa, 7., 2010. Brasília: Universidade de Brasília.

Pilati, Eloisa Nascimento Silva; Naves, Rozana Reigota. A hipótese do sistema de transferência de traços de C para T e o licenciamento da posição de sujeito no português brasileiro. In: Congresso Internacional da ABRALIN, VII, Curitiba. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 10-13 fev. 2011. Handout de apresentação.

Pinheiro, Diogo Oliveira Ramires. *Aspectos sintáticos e semânticos da construção locativa do português brasileiro: uma abordagem construcional*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Pires, Acrísio. The subject, it is here! *Delta*, v. 23, n. esp., p. 113-146, 2007.

Pontes, Eunice. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo/Brasília: Ática; Instituto Nacional do Livro; Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

Raposo, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

Rizzi, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: Haegeman, Liliane (Ed.). *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.

Roberts, Ian. *Comparative syntax*. London: Arnold, 1996.

Rodrigues, Cilene Aparecida Nunes. *Aspectos sintáticos e semânticos das estruturas médias no português do Brasil: um estudo comparativo*. 1998. Dissertação (Mestrado) –, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

Scher, Ana Paula. Quais são as propriedades lexicais de uma construção com verbo leve? In: Müller, Ana Lúcia; Negrão, Esmeralda V.; Foltran, Maria José (Ed.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 205-219.

Silva, Cláudia Roberta Tavares. *A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu*. 2004. 618 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Silva, Cláudia Roberta Tavares; Farias, Jair Gomes de. O fenômeno da inacusatividade no português: por uma análise léxico-sintática dos verbos do tipo ir e chegar. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, 2011. No prelo.

Silva, Cristiany Fernandes da; Naves, Rozana Reigota. *A estrutura argumental de sentenças médias e ergativas no português brasileiro (PB): um caminho de análise*. In: Anais do IX Encontro do CELSUL, 2010. Palhoça (SC): Universidade do Sul de Santa Catarina, out. 2010.

Silva, Gláucia Valéria. *Word order in Brazilian Portuguese: a minimalist analysis*. 1999. 322 f. Tese (Doutorado em filosofia) – Graduate College of the University of Iowa, University of Iowa, Iowa City, 1999.

Tenny, Carol Lee. *Grammaticalizing aspect and affectedness*. 1987. 322 f. Tese (Doutorado) – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1987.

Torres Morais, Maria Aparecida C. R. EPP generalizado, sujeito nulo e línguas de configuração discursiva. *Letras de Hoje*, v. 38, n. 1, p. 71-98, mar. 2003.

Tortora, Christina. Two types of unaccusatives: evidence from a Northern Italian dialect. In: Zagona, Karen. *Grammatical theory and Romance languages: selected papers from the 25th Linguistic Symposium on Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 251-262.

_____. *The syntax and semantics of the weak locative*. 1997. 224 f. Tese (Doutorado) – Department of Linguistics and Cognitive Science, University of Delaware, Newark, 1997.

Vasco, Sérgio L. *Construções de tópico na fala popular*. 2006. 216 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Viotti, Evani. Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais. *Revista do GEL*, n. esp., p. 127-153, 2002.

_____. A composicionalidade nas sentenças com o verbo ter. In: Müller, Ana Lúcia; Negrão, Esmeralda V.; Foltran, Maria José (Ed.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 221-241.

_____. O Caso default no português do Brasil: revisitando o Caso dos inacusativos. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 13, n. 2, p. 53-71, 2005.